



AIRPORTUGAL

TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, S.A.

2019

**RELATÓRIO DE GESTÃO
E
CONTAS CONSOLIDADAS**

A STAR ALLIANCE MEMBER 

RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO
2019

ÍNDICE

1. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	4
2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA TAP, S.A. (CONTAS CONSOLIDADAS).....	5
3. PRINCIPAIS INDICADORES.....	6
4. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2019	7
5. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	25
6. PERSPETIVAS PARA 2020	26
7. GOVERNO CORPORATIVO	30
8. GESTÃO DO RISCO.....	36
ANEXOS.....	42
I – MENÇÕES OBRIGATÓRIAS	42
II – DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 245 DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	44
III – INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	45
IV - GLOSSÁRIO.....	53
V – CONFERENCE CALL SOBRE OS RESULTADOS.....	54
VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	55

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP”, “TAP, S.A.”, “Empresa” ou “Companhia”)

Triénio 2018-2020

Por deliberação social unânime por escrito de 31 de janeiro de 2018, do acionista único TAP-Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Vítor Pereira das Neves <i>Nomeado em 28 de junho de 2019, através de deliberação social unânime por escrito do acionista único TAP-Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.</i>
Secretário da Sociedade	Ana Maria Sirgado Malheiro

Conselho de Administração

Presidente	Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal	David Gary Neeleman
Vogal	Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Raffael Guarita Quintas Alves

Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração, de 31 de janeiro de 2018

Presidente	Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Raffael Guarita Quintas Alves

Secretário da Sociedade

Por deliberação do Conselho de Administração, de 31 de janeiro de 2018

Secretário da Sociedade	Ana Maria Sirgado Malheiro
Secretário da Sociedade Suplente	Carlos Neves de Almeida

Conselho Fiscal

Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

Mandato (Início - Fim)	Posição	Nome	Designação Doc.	Mandatos exercidos	
				Número	Data da 1ª designação
2018-2020	Conselho Fiscal	Sérgio Sambade Nunes Rodrigues (*)	Deliberação Social Unânime por Escrito	2	13.nov.2015
		Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	Deliberação Social Unânime por Escrito	2	13.nov.2015
		Maria Susana da Mota Furtado e Almeida Rodrigues	Deliberação Social Unânime por Escrito	2	13.nov.2015
	Suplente	João Miguel Guerreiro Aranha	Deliberação Social Unânime por Escrito	1	31.jan.2018

(*) Sérgio Sambade Nunes Rodrigues apresentou a renúncia ao cargo em 29 de janeiro de 2020. Em 5 de março de 2020, Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, em representação da Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., foi eleito para o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da TAP, tendo sido eleita, para o cargo de Vogal do Conselho Fiscal da TAP, Susana Nereu de Oliveira Ribeiro, ambos para o remanescente do mandato 2018/2020 em curso.

Revisor Oficial de Contas

Efetivo PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por António Joaquim Brochado Correia ou por Hugo Miguel Patrício Dias.

Suplente Carlos Figueiredo Rodrigues

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA TAP, S.A. (CONTAS CONSOLIDADAS)

Em 31 de dezembro de 2019 a TAP detinha 100% da subsidiária TAP Logistics Solutions, S.A., criada em 30 de Dezembro de 2019 para operar no setor da carga e correio. Desta forma, as demonstrações financeiras desta empresa foram incluídas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da TAP, S.A. em 31 de dezembro de 2019.

3. PRINCIPAIS INDICADORES

TAP, S.A. Consolidado	2019	2018 ¹⁾	Variação	
			Abs.	%
Passageiros ('000)	17.052	15.763	1.289	+8,2%
RPK (milhões)	42.065	38.048	4.017	+10,6%
ASK (milhões)	52.527	47.000	5.527	+11,8%
<i>Load Factor</i>	80,1%	81,0%	-0,9p.p.	
Frota Operacional (final do período) ²⁾	105	93	12	+12,9%
Frota Total (fim do período) ³⁾	105	96	9	+9,4%
<i>Block Hours</i>	409.522	390.544	18.977	+4,9%
Número de Partidas	136.705	134.718	1.987	+1,5%
Etapa média (km)	1.956	1.874	82	+4,4%
<i>Yield</i> ⁴⁾ (€ cêntimos)	6,85	7,08	-0,23	-3,2%
PRASK ⁴⁾ (€ cêntimos)	5,49	5,73	-0,24	-4,3%
CASK ⁴⁾ (€ cêntimos)	6,12	6,60	-0,48	-7,2%
CASK ex-fuel ⁴⁾ (€ cêntimos)	4,63	4,95	-0,32	-6,5%
CASK fuel ⁴⁾ (€ cêntimos)	1,49	1,64	-0,16	-9,6%
Pontualidade até 15'	63,9%	58,4%	+5,5p.p.	
Regularidade	99,2%	98,2%	+1,0p.p.	
Quadro do Pessoal Ativo (final do período) ⁵⁾	9.006	8.145	861	+10,6%
Rendimentos Operacionais (milhões €)	3.298,8	3.177,2	121,5	+3,8%
Rendimentos de Passagens (milhões €)	2.914,0	2.782,4	131,6	+4,7%
EBITDAR (milhões €) ⁶⁾	522,9	195,8	327,1	+167,1%
Margem EBITDAR	15,9%	6,2%	+9,7p.p.	
Resultado Operacional (EBIT) (milhões €)	47,2	-26,9	74,1	s.s.
Margem EBIT	1,4%	-0,8%	+2,3p.p.	
Resultado líquido do período (milhões €)	-95,6	-58,1	-37,6	s.s.

1) A TAP adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. As demonstrações financeiras consolidadas de 2018 não foram ajustadas pelos efeitos da IFRS 16 não sendo como tal comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 2019.

2) Inclui aeronaves operadas em regime de *wet-lease*.

3) Pode diferir da frota operacional em alguns períodos devido a aeronaves em processo de *phase-in* ou *phase-out*.

4) Ajustado pela etapa média.

5) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo.

6) EBITDAR = Resultado Operacional + Rendas de aeronaves + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade.

4. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2019

4.1. Sumário

Nota IFRS 16: A Transportes Aéreos Portugueses, S.A. adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. As demonstrações financeiras consolidadas de 2018 não foram ajustadas pelos efeitos da IFRS 16, não sendo como tal comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 2019. Para informação adicional sobre a IFRS 16 e os seus impactos deverá ser consultada a nota explicativa 2 das demonstrações financeiras consolidadas.

Destaques de 2019

- O EBITDAR atingiu EUR 522,9 milhões em 2019 (um aumento de EUR 327,1 milhões face ao ano anterior) e o Resultado Operacional (EBIT) EUR 47,2 milhões, um aumento de EUR 74,1 milhões quando comparado com o ano anterior. O 2º semestre de 2019 confirma a tendência positiva com uma melhoria de resultados e margem. Durante a segunda metade do ano, assistiu-se a uma melhoria progressiva na atividade, permitindo uma forte expansão do Resultado Operacional (EBIT) e da margem operacional, com resultado líquido positivo no período.
- Transformação da Frota com o reforço da estratégia de renovação e expansão da frota. Em 2019, 30 aviões Airbus de última geração da família NEO entraram em operação, permitindo à TAP a expansão para 11 novos mercados, dos quais se destacam a expansão nos EUA, com o contributo das novas rotas que começaram em junho (São Francisco, Chicago e Washington), o início das operações no Médio Oriente (Tel Aviv) e novas rotas em África (Conacri e Banjul).
- Número recorde de passageiros transportados em 2019, atingindo os 17,1 milhões (+8,2% face ao ano anterior). Estratégia de diversificação bem sucedida, com o mercado Norte-Americano a representar já 14% das receitas de passagens, um aumento de 3 pontos percentuais quando comparado com 2018 e mais do que duplicando o peso deste mercado face a 2015.
- Total de rendimentos operacionais aumentou em EUR 121,5 milhões em 2019 (+3,8% face ao ano anterior) para EUR 3.298,8 milhões, com as receitas de passageiros a aumentar em EUR 131,6 milhões (+4,7%) para EUR 2.914,0 milhões, em resultado do aumento das receitas operacionais no segundo semestre, sendo de realçar o comportamento das rotas da América do Norte e das rotas domésticas (continente e ilhas), que aumentaram as receitas de passagens em 2019 em 33,4% e 13,2% respetivamente, em comparação com o ano anterior. As receitas de passagens das rotas do Brasil registaram um decréscimo de EUR 50 milhões (-6,3%) em 2019 face a 2018, com o 1º semestre a ser responsável por um decréscimo de EUR 43 milhões face à primeira metade do ano anterior, impactado pela instabilidade política e económica no país, sobretudo no primeiro trimestre.
- Decréscimo dos custos operacionais unitários. Num contexto de aumento de capacidade (com um crescimento de ASK de 11,8%), em 2019 os custos unitários operacionais totais por ASK (CASK) registaram

uma diminuição de 7,2% face ao ano de 2018 apesar dos custos associados à renovação e expansão da frota.

- Decréscimo dos custos unitários com combustível por ASK (CASK fuel). O CASK fuel registou um decréscimo de 9,6% em 2019, refletindo uma maior eficiência dos novos aviões, um custo médio mais baixo do jet fuel quando comparado com o ano anterior e a política de *hedging* implementada.
- Investimento na frota e decréscimo nas receitas de passagens das rotas brasileiras no 1º semestre de 2019 com impacto negativo no Resultado Líquido Anual. Resultado Líquido do ano negativo em EUR 95,6 milhões, um agravamento de EUR 37,6 milhões face ao ano anterior, em resultado do investimento na renovação da frota sendo os custos relacionados com o processo de transformação da frota de aproximadamente EUR 55 milhões. Recuperação do resultado líquido no 2º semestre de 2019, o qual atingiu EUR 16,3 milhões, representando um aumento de 36% quando comparado com o segundo semestre de 2018.
- Forte posição de liquidez com caixa e equivalentes de EUR 426,3 milhões no final do ano. Adicionalmente, considerando o montante disponível de recebíveis de cartões de crédito no Brasil de EUR 105,9 milhões, o total de liquidez foi de EUR 532,2 milhões, representando 16,1% do total de receitas.
- Conclusão com sucesso de diversas transações de financiamento, prosseguindo a estratégia da TAP de diversificação das suas fontes de financiamento e aumento da maturidade média da dívida. A maturidade média da dívida financeira da TAP (excluindo leasings operacionais) aumentou de 2,5 anos no final de 2018 para 4,5 anos no final de 2019. Também a percentagem da dívida com taxa fixa aumentou de forma significativa de 11% no final de 2018 para 66% no final de 2019.

4.2. Enquadramento Macroeconómico e Setorial

Enquadramento Macroeconómico

Indicadores Macro Var %	2018	2019E	2019E vs 2018
Crescimento Real do PIB			
Global	+3,6%	+2,9%	-0,7 pp
Zona Euro	+1,9%	+1,2%	-0,7 pp
Portugal	+2,4%	+2,0%	-0,4 pp
América do Norte	+2,7%	+2,1%	-0,6 pp
América Latina	+1,0%	+0,2%	-0,8 pp
África	+3,8%	+3,2%	-0,6 pp
Médio Oriente	+0,1%	-1,2%	-1,3 pp
Ásia-Pacífico	+5,3%	+4,8%	-0,5 pp
Crescimento do Comércio			
Global	+3,7%	+1,0%	-2,7 pp

Fonte: Comissão Europeia (dados para Portugal e Zona Euro) – Fevereiro 2020, FMI (dados para Resto do Mundo) – Janeiro 2020

Em 2019, a economia global continuou a tendência de abrandamento do ano anterior, com o crescimento do PIB mundial a desacelerar de 3,6% para 2,9%, juntamente com o crescimento do comércio, de 3,7% para 1,0% em 2019.

Evolução Cambial EUR 1 em	FY 2018	1T 2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	FY 2019	FY2018 vs FY2019
USD	1,181	1,136	1,124	1,112	1,107	1,119	-5,2%
BRL	4,308	4,278	4,407	4,408	4,559	4,413	+2,4%

Fonte: BCE (via Bloomberg), preço médio diário.

No decurso de 2019, o EUR desvalorizou face ao USD, com o câmbio médio a cair 5,2% face ao ano anterior. Ao longo do ano, a relação das moedas atingiu o mínimo de 1,089 no início do 3º trimestre, longe dos 1,149 máximo registado no 1º trimestre. Contrariamente, o EUR apreciou face ao BRL em 2019, com o câmbio médio a aumentar 2,4% face ao ano anterior. O fraco desempenho do Real Brasileiro foi atribuído à política monetária expansionista, bem como aos receios de um abrandamento do crescimento nos mercados emergentes, causado por uma maior incerteza e tensões comerciais.

Evolução do Petróleo e Derivados em USD	FY 2018	1T 2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	FY 2019	FY2018 vs FY2019
Brent, (USD/bbl)	71,2	63,1	68,5	61,9	62,6	64,0	-10,1%
Jet Fuel (USD/mT)	687,5	625,4	645,8	629	627,1	631,7	-8,1%

Fonte: Bloomberg (dados Brent), Platts (dados Jet Fuel), preço médio diário.

Os preços do Brent caracterizaram-se por alguma volatilidade durante 2019, variando entre 52,8 USD/bbl e 73,9 USD/bbl. O preço médio do Brent caiu de 71,2 USD/bbl em 2018 para 64,0 USD/bbl em 2019, o que representa uma queda de 10%. Da mesma forma, o preço médio do Jet Fuel em 2019 foi 8,1% menor face ao ano anterior. Apesar da OPEC ter concordado em reduzir a produção numa tentativa de estabilizar o mercado, os preços do petróleo ainda caíram devido ao crescimento económico mais lento do que o esperado e às graduais revisões em baixa do crescimento da procura mundial desta matéria.

Setor da Aviação Comercial

Receita USD mil milhões	2018	2019E	2019E vs 2018
Global	812	838	+3,2%
Europa	202	207	+2,5%
América do Norte	254	265	+4,3%
América Latina	33	37	+12,1%
África	14	15	+7,1%
Médio Oriente	55	56	+1,8%
Ásia-Pacífico	254	258	+1,6%
Passageiros	561	567	+1,1%
Yield, Var %	-2,1%	-3,0%	-0,9 pp
Load Factor, %	81,9%	82,6%	+0,7 pp
RPK, Var %	7,4%	4,2%	-3,2 pp
Carga	111,3	102,3	-8,1%
Yield, Var %	12,3%	-5,0%	-17,3 pp
Load Factor, %	49,3%	46,7%	-2,6 pp
FTK, Var %	3,4%	-3,3%	-7,7 pp

Fonte: Airline Industry Economic Performance - Dezembro 2019 (IATA)

Em resultado do arrefecimento económico global, 2019 revelou-se um ano de abrandamento para a indústria da aviação comercial, que registou uma desaceleração generalizada da maioria das suas métricas de desempenho. A procura de passageiros, medida por RPKs, cresceu 4,2% em 2019 (contra 7,4% em 2018), enquanto a procura de carga, medida por FTKs, diminuiu 3,3% (contra 3,4% em 2018). O crescimento global de ASKs também desacelerou de 6,9% para 3,5% em 2019. Assim, em linha com os anos anteriores, os ASKs cresceram a uma taxa inferior à dos RPKs, traduzindo-se numa melhoria de 0,7 pp do *Load Factor* de passageiros, que atingiu o máximo histórico de 82,6%. No entanto, assistiu-se a uma deterioração da *yield* de passageiros, que diminuiu 3,0% em 2019.

No segmento de carga, o *Load Factor* diminuiu 2,6 pp, para 46,7%, enquanto a *yield* diminuiu 5,0% em 2019. Isto levou a uma diminuição das receitas de carga de 8,1%, enquanto a receita de passageiros ainda aumentou 1,1%.

4.3. Performance Operacional e Económico-Financeira

Adoção da IFRS 16

A TAP adotou na data efetiva de aplicação obrigatória, 1 de janeiro de 2019, a IFRS 16 – Locações, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Os principais impactos na demonstração da posição financeira na data de transição decorrentes da adoção da IFRS 16 são (1) o reconhecimento do ativo correspondente aos direitos de uso (na sua maioria associados a aeronaves em regime de leasing operacional), (2) o reconhecimento do passivo correspondente às obrigações contratuais assumidas, (3) a reclassificação das reservas de manutenção para o ativo e, (4) o aumento do capital próprio no montante correspondente aos efeitos da IFRS 16 no tratamento dos gastos com manutenção de aeronaves em regime de locação operacional.

A adoção da IFRS 16 em 1 de Janeiro de 2019, teve os seguintes impactos nas principais rubricas da Demonstração da Posição Financeira:

TAP, S.A. Consolidado EUR milhões	31-dez-18	Impacto da adoção da IFRS 16	1-jan-19
ATIVO			
Ativo não corrente	687,0	1.222,2	1.909,3
Ativos fixos tangíveis	521,0	1.179,0	1.700,0
Outras contas a receber	61,1	43,2	104,4
Outras rubricas do Ativo não corrente	104,9	-	104,9
Ativo corrente	1.515,9	-	1.515,9
Total do ativo	2.203,0	1.222,2	3.425,2
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Resultados transitados	(12,0)	90,9	79,0
Outras rubricas de Capital e reservas	116,8	-	116,8
Total do capital próprio	104,8	90,9	195,7
Passivo não corrente	762,2	877,5	1.639,7
Passivos por impostos diferidos	18,8	38,1	56,8
Provisões	12,2	26,1	38,3
Passivo locação sem opção de compra	-	863,1	863,1
Outras contas a pagar	49,7	(49,7)	-
Outras rubricas de Passivo não corrente	681,5	-	681,5
Passivo corrente	1.336,0	253,8	1.589,7
Passivo locação sem opção de compra	-	303,6	303,6
Outras contas a pagar	667,5	(49,8)	617,7
Outras rubricas de Passivo corrente	668,5	-	668,5
Total do passivo	2.098,2	1.131,3	3.229,5
Total do capital próprio e passivo	2.203,0	1.222,2	3.425,2

No que respeita à demonstração de resultados de períodos subsequentes à data de transição, os principais impactos da adoção da IFRS 16 são: (1) a redução dos custos com rendas de aeronaves e outros custos operacionais de tráfego pelo desreconhecimento dos custos associados aos contratos de leasing operacional ou outras obrigações contratuais semelhantes; (2) aumento das despesas de depreciação e amortização pelo efeito da amortização dos direitos de uso e da capitalização de eventos de manutenção estruturais; (3) diminuição dos gastos com manutenção de aeronaves e custos com o pessoal pela capitalização dos custos com grandes manutenções de equipamentos em leasing operacional e (4) aumento das despesas de juros pelo efeito da atualização dos passivos com obrigações contratuais e eventuais variações cambiais pelo efeito das alterações nas taxas de câmbio usadas para reconhecer os passivos com obrigações contratuais.

O reconhecimento do direito de uso dos ativos em regime de locação sem opção de compra e respetivo *redelivery* e o reconhecimento do passivo correspondente, originou um incremento nos custos com depreciação no montante de, aproximadamente, 394 milhões de Euros e das despesas com juros no valor de, aproximadamente, 130,8 milhões de Euros. As diferenças de câmbio reconhecidas na demonstração dos resultados, relacionadas com os passivos com obrigações contratuais, ascenderam a, aproximadamente, 13,7 milhões de Euros. Por outro lado, os custos com rendas e outras obrigações contratuais (reconhecidos até 31 de dezembro de 2018 nas rubricas de "Rendas de aeronaves" e "Custos operacionais de tráfego") reduziram no montante de, aproximadamente, 423 milhões de Euros.

Em 2019, foram reconhecidos 66,2 milhões de Euros relativos a despesas de manutenções estruturais de

aeronaves e reatores, na rubrica ativos fixos tangíveis.

Adicionalmente, a apresentação dos pagamentos das despesas relacionadas com contratos de locação sem opção de compra resultou numa reclassificação de, aproximadamente, 417 milhões de Euros de fluxos de caixa das atividades operacionais para fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Performance Operacional

TAP, S.A. Consolidado	2019	2018	Variação	
			Abs.	%
Passageiros ('000)	17.052	15.763	1.289	+8,2%
RPK (milhões)	42.065	38.048	4.017	+10,6%
ASK (milhões)	52.527	47.000	5.527	+11,8%
<i>Load Factor</i>	80,1%	81,0%	-0,9p.p.	
Frota Operacional (final do período) ¹⁾	105	93	12	+12,9%
Frota Total (fim do período) ²⁾	105	96	9	+9,4%
<i>Block Hours</i>	409.522	390.544	18.977	+4,9%
Número de Partidas	136.705	134.718	1.987	+1,5%
Etapa média (km)	1.956	1.874	82	+4,4%
Pontualidade até 15'	63,9%	58,4%	+5,5p.p.	+9,4%
Regularidade	99,2%	98,2%	+1,0p.p.	
Quadro do Pessoal Ativo (final do período) ³⁾	9.006	8.145	861	+10,6%

1) Inclui aeronaves operadas em regime de *wet-lease*.

2) Pode diferir da frota operacional em alguns períodos devido a aeronaves em processo de *phase-in* ou *phase-out*.

3) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo.

Em 2019, a TAP alcançou um novo valor recorde de passageiros transportados, com um aumento de 1,3 milhões de passageiros face ao período homólogo do ano anterior (+8,2%), para 17,1 milhões de passageiros. Após um ligeiro decréscimo no número de passageiros transportados no primeiro trimestre do ano (-0,3% face ao período homólogo), verificou-se uma tendência de recuperação e consolidação do crescimento nos últimos 3 trimestres do ano, a qual se traduziu no significativo crescimento do tráfego face ao ano anterior. O aumento do número de passageiros foi transversal a todas as regiões operadas pela rede da TAP.

De destacar a performance do mercado Norte Americano, em virtude do aumento de frequências e abertura de novas rotas. Em 2019, os passageiros das rotas do Brasil aumentaram 3% em relação ao ano anterior, apesar do decréscimo de 2% observado no primeiro semestre face ao período homólogo do ano anterior.

Este crescimento sustentado da TAP foi possível graças à renovação da frota, aumento da oferta, diversificação de rotas e mercados, com destaque para a consolidação do investimento na América do Norte e por práticas de negócio cada vez mais competitivas.

A capacidade em 2019, medida em ASKs, aumentou 11,8% em termos homólogos, em virtude do aumento do número de frequências para muitas das rotas que a TAP já operava e da introdução de 11 novas rotas (Tel Aviv e Dublin em março, Chicago, Washington, S. Francisco, Nápoles e Tenerife em junho, Porto-Bruxelas e Conacri em julho, Porto-Munique em agosto e Banjul em outubro). A procura em termos de tráfego de passageiros, expressa em RPKs, aumentou 10,6%, ligeiramente abaixo do aumento da capacidade, o que resultou num *load factor* de 80,1% em 2019, comparado com os 81,0% do ano anterior. Durante o 2º semestre de 2019 o *load factor* atingiu os 80,4%, uma melhoria face aos 79,8% verificados no período homólogo do ano anterior.

Em 2019, os indicadores de pontualidade e regularidade da TAP melhoraram face ao ano anterior. A pontualidade global da Empresa melhorou 5,5 pontos percentuais em termos homólogos, em 2019, destacando-se a ponte aérea Lisboa-Porto, que registou uma melhoria de 22 pontos percentuais na pontualidade, passando de 52% em 2018 para 74% em 2019. O número de voos cancelados diminuiu 56% face ao ano anterior, com este número a corresponder a 0,8% do total de voos da Companhia, valor que compara com 1,8% em 2018.

A melhoria da pontualidade e regularidade em 2019 resulta da implementação de múltiplas medidas, tais como o novo centro integrado de controlo de operações (iOCC – *integrated Operations Control Center*), a utilização de aeronaves sobressalentes, contratação de pilotos e comissários/assistentes de bordo adicionais, a alteração do processo de embarque, a criação de uma nova função de coordenador de *turnaround* no *hub* e de novos sistemas operativos e comités de pontualidade.

A satisfação do cliente, medida através do *Net Promoter Score* (D15 NPS), apresentou uma evolução muito positiva em 2019, aumentando 12 pontos percentuais. Em virtude da forte aposta no atendimento ao Cliente envolvendo toda a Empresa e da renovação da frota, todas as principais dimensões NPS avaliadas pelos Clientes aumentaram em 2019, destacando-se o Conforto e o Entretenimento a bordo. Adicionalmente, em resultado das medidas implementadas na ponte aérea Lisboa-Porto, nomeadamente a alteração para aeronaves a jato, registou-se um aumento de 20 pontos percentuais neste indicador.

Performance Económico-Financeira

TAP, S.A. Consolidado EUR milhões	2019	2018 ¹⁾	Variação	
			Abs.	%
Rendimentos operacionais	3.298,8	3.177,2	121,5	+3,8%
Passagens	2.914,0	2.782,4	131,6	+4,7%
Manutenção	211,3	228,2	-16,9	-7,4%
Carga e Correio	137,4	134,7	2,7	+2,0%
Outros rendimentos	36,1	31,9	4,1	+12,9%
Gastos operacionais	3.251,6	3.204,1	47,4	+1,5%
Combustível para aeronaves	789,7	798,6	-8,9	-1,1%
Custos Operacionais de Tráfego	807,3	939,6	-132,3	-14,1%
Custos com o Pessoal	678,6	607,8	70,9	+11,7%
Rendas de aeronaves	0,0	152,0	-152,0	s.s.
Gastos com manutenção de aeronaves	56,1	89,9	-33,8	-37,6%
Custo dos materiais consumidos	141,3	166,0	-24,7	-14,9%
Custos comerciais, marketing e comunicação	153,2	186,5	-33,3	-17,9%
Imparidade de contas a receber, inventários e Provisões	0,0	7,0	-7,0	s.s.
Outros gastos	144,1	141,2	2,9	+2,0%
Reestruturação	5,0	24,7	-19,7	-79,8%
Outros itens não recorrentes	0,5	20,1	-19,6	-97,5%
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	475,7	70,7	405,0	+572,8%
EBIT (Resultado Operacional)	47,2	-26,9	74,1	s.s.
Margem EBIT	1,4%	-0,8%	+2,3p.p.	
Juros e rendimentos similares obtidos	33,8	36,9	-3,1	-8,4%
Juros e gastos similares suportados	-185,4	-43,2	-142,2	+329,0%
Diferenças de câmbio líquidas	-21,3	-49,1	27,8	-56,6%
Resultado antes de impostos	-125,7	-82,3	-43,4	s.s.
Imposto sobre o rendimento	30,1	24,2	5,9	+24,2%
Resultado líquido do período	-95,6	-58,1	-37,6	s.s.
EBITDAR ²⁾	522,9	195,8	327,1	+167,1%
Margem EBITDAR	+15,9%	+6,2%	+9,7p.p.	

1) A TAP adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. As demonstrações financeiras consolidadas de 2018 não foram ajustadas

pelos efeitos da IFRS 16 não sendo como tal comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 2019. Para informação adicional sobre a adoção da IFRS 16 e os seus impactos, deverá consultar-se as demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas explicativas. 2) EBITDAR = Resultado Operacional + Rendas de aeronaves + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade.

Rendimentos Operacionais

Em 2019, os rendimentos operacionais totais atingiram os EUR 3.298,8 milhões, um aumento de EUR 121,5 milhões (+3,8%) face ao ano anterior, principalmente explicado pelo aumento dos rendimentos de passagens de EUR 131,6 milhões. Este comportamento foi suportado pelo aumento de EUR 162,4 milhões (+9,6%) dos rendimentos operacionais totais, verificado no 2º semestre de 2019 face ao período homólogo do ano anterior.

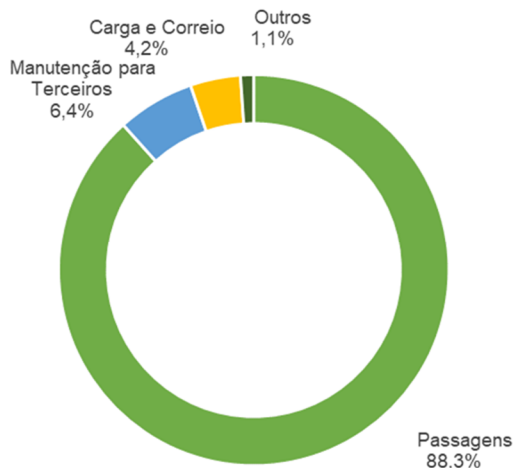
Os **rendimentos de passagens** atingiram EUR 2.914,0 milhões, um aumento de 4,7% face ao ano anterior, representando 88,3% dos rendimentos operacionais totais. Depois de um fraco primeiro trimestre de 2019, com os rendimentos de passagens a serem particularmente impactados pela instabilidade política e económica no Brasil, resultando numa diminuição de EUR 47 milhões (-8,1%) face ao trimestre homólogo de 2018, a TAP registou três trimestres consecutivos de crescimento significativo dos rendimentos de passagens (6,2%, 5,9% e 13,3% no segundo, terceiro e quarto trimestres de 2019, respetivamente).

Analisando a performance dos rendimentos de passagens por região em comparação com o ano anterior, destacam-se as rotas Norte Americanas que cresceram EUR 101,2 milhões (+33,4%), em virtude do foco neste mercado e da abertura de novas rotas em junho (Chicago, Washington e S. Francisco). Em 2019, a América do Norte já representou 14% do rendimento total de passagens, um aumento de 3 pontos percentuais face a 2018 e 8 pontos percentuais face a 2015, indo de encontro à estratégia de diversificação dos mercados que tem vindo a ser seguida pela TAP. Os rendimentos de passagens provenientes das rotas Brasileiras registaram um decréscimo de EUR 50 milhões (-6,3%) em 2019 face ao ano anterior, a maior parte em resultado da performance do primeiro semestre, ainda impactado pela instabilidade económica e política no Brasil e pela desvalorização do BRL. No 2º semestre de 2019 registou-se um aumento dos rendimentos de passagens de EUR 135,6 milhões (+9,0% YoY) com os rendimentos das rotas da América do Norte a aumentarem em EUR 80,4 milhões (+51,3% YoY) e mostrando uma tendência de recuperação do mercado Brasileiro. De destacar também a melhoria do PRASK verificada no último trimestre de 2019, que em termos globais aumentou 2% na rede da TAP face ao período homólogo do ano anterior.

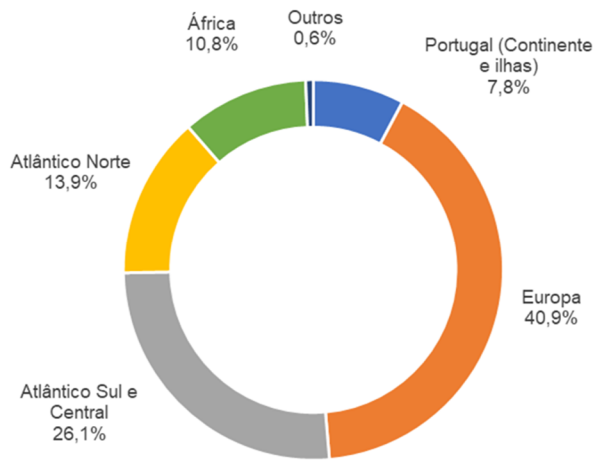
Os **rendimentos da manutenção para terceiros** diminuíram EUR 16,9 milhões face ao ano anterior (-7,4%), refletindo essencialmente a renovação da frota da TAP e o *phase-out* de aeronaves mais antigas, o que resultou em menos *slots* de hangar disponíveis para terceiros e um foco em eventos de manutenção de motores mais rentáveis. Apesar da diminuição de receitas, a margem operacional melhorou em comparação com 2018. No 2º semestre de 2019 os rendimentos de manutenção para terceiros aumentaram EUR 15,2 milhões (+14,7%) face ao período homólogo do ano anterior.

Por último, os **rendimentos de carga e correio** atingiram EUR 137,4 milhões em 2019, um aumento de EUR 2,7 milhões (+2,0%) face ao ano anterior. Em termos de volumes, a Tap Air Cargo, unidade de negócio de carga da TAP, apresentou um crescimento de 16% face ao ano anterior, apesar da diminuição de mais de 3% nos volumes de carga aérea e correio observados no mercado a nível global. A estratégia desta unidade em torno do *time-to-market*, da competitividade das tarifas e do reforço comercial resultou na antecipação da captura de um maior volume de carga, por forma a adaptar-se a um mercado global em declínio. No 2º semestre de 2019 os rendimentos de carga e correio aumentaram 5,5% face ao período homólogo do ano anterior, para EUR 71,6 milhões.

**Rendimentos Operacionais por Atividade
(2019)**



**Receitas de Passagens por Região
(2019)**



Gastos Operacionais

Os gastos operacionais totais ascenderam a EUR 3.251,6 milhões em 2019, um aumento de EUR 47,4 milhões (+1,5%) face ao ano anterior, abaixo do crescimento de ASK verificado durante o ano (+11,8%), traduzindo-se numa redução dos custos operacionais unitários por ASK (CASK) de 7,2%, comparativamente com o ano anterior. Esta tendência foi ainda mais positiva durante o 2º semestre de 2019 verificando-se um decréscimo de CASK em 8,3% face ao período homólogo do ano anterior.

Os custos com combustíveis e licenças de emissão de CO2 diminuíram 1,1%, em 2019, face ao ano anterior, apesar do crescimento das *block hours* (+4,9%), e representando um decréscimo do custo unitário de combustíveis por ASK (CASK fuel) de 9,6%, refletindo a maior eficiência de combustível das novas aeronaves, o preço médio de *jet fuel* nos mercados internacionais mais baixo, durante 2019, quando comparado com o ano anterior (-3,2% em EUR considerando o CIF NWE Platts) e a política de *hedging* implementada. Com o peso crescente dos NEOs na frota durante o 2º semestre de 2019, o CASK fuel registou um decréscimo de 13,3% face ao período homólogo de 2018.

A diminuição dos custos operacionais de tráfego em EUR 132,3 milhões (-14,1%), em 2019 face ao ano anterior, decorre essencialmente da melhoria da eficiência operacional com menos cancelamentos, o que reduziu a necessidade de realização de *wet-leases*, bem como dos efeitos da adoção da IFRS 16.

O aumento dos custos com pessoal em EUR 70,9 milhões (+11,7%), deve-se às novas contratações de colaboradores para fazer face ao crescimento de atividade com a expansão da frota, novas rotas e mais frequências, bem como aos aumentos salariais acordados com os sindicatos em 2018.

A inexistência de valores reconhecidos como rendas de aeronaves em 2019 resulta da adoção da IFRS 16.

A diminuição em EUR 33,8 milhões (-37,6%) dos gastos com manutenção de aeronaves, em 2019 face ao ano anterior, decorre essencialmente da capitalização de custos com manutenções estruturais de aeronaves em leasing operacional, ao abrigo da IFRS 16.

A diminuição dos custos dos materiais consumidos em EUR 24,7 milhões (-14,9%), em 2019, resulta essencialmente do decréscimo da atividade de manutenção para terceiros, nomeadamente no que se refere a substituição de peças de vida limitada de elevado valor, comparando com o ano anterior.

A diminuição dos custos comerciais, marketing e comunicação em EUR 33,3 milhões (-17,9%), inclui o efeito da diminuição dos *booking fees* em virtude do aumento das vendas através de canais diretos e de negociações comerciais.

O aumento das Depreciações, Amortizações e Perdas por Imparidade em EUR 405,0 milhões, inclui o impacto decorrente do efeito da adoção da IFRS 16, em resultado do reconhecimento do direito de uso dos ativos em regime de locação operacional e do passivo correspondente.

Resultados Operacionais

O EBITDAR atingiu os EUR 522,9 milhões em 2019 (+167,1% face ao ano anterior), correspondendo a uma margem EBITDAR de 15,9%, dos quais EUR 395,3 milhões gerados durante o 2º semestre de 2019 correspondendo a uma margem EBITDAR de 21,4%.

O Resultado Operacional (EBIT) atingiu os EUR 47,2 milhões em 2019, uma melhoria de EUR 74,1 milhões comparado com o ano anterior, resultando numa margem EBIT de 1,4%, graças ao comportamento do 2º semestre que gerou EUR 132,1 milhões, uma melhoria de EUR 113,3 milhões face ao período homólogo de 2018, correspondendo a uma margem EBIT de 7,1% no período.

Resultados não Operacionais

O aumento de juros e gastos similares suportados em 2019 é explicado sobretudo pelo aumento da componente de juros de leasings operacionais, em resultado do investimento na renovação da frota e da adoção da IFRS 16 em 2019.

As diferenças de câmbio líquidas desfavoráveis devem-se sobretudo à apreciação do USD, considerando o montante do passivo nesta moeda, em consequência da introdução da IFRS 16, sendo a maior parte sem impacto em tesouraria, já que está dependente da taxa de câmbio vigente no final do ano. Adicionalmente, esta rubrica reflete também a desvalorização do BRL.

Posição Financeira

TAP, S.A. Consolidado EUR milhões	31-dez 2019	01-jan 2019 ¹⁾	31-dez 2018 ²⁾
Total do Ativo	5.152,8	3.425,2	2.203,0
Ativo Não Corrente	3.298,0	1.909,3	687,0
Ativo Corrente	1.854,8	1.515,9	1.515,9
Capital Próprio	134,5	195,7	104,8
Total do Passivo	5.018,3	3.229,5	2.098,2
Passivo Não Corrente	3.282,9	1.639,7	762,2
Passivo Corrente	1.735,3	1.589,7	1.336,0

Financiamentos e Passivos de Locação

TAP, S.A. Consolidado EUR milhões	31-dez 2019	01-jan 2019 ¹⁾	31-dez 2018 ²⁾
Dívida Financeira ³⁾	1.358,3	775,9	775,9
Empréstimos bancários	399,1	644,0	644,0
Passivos de locação com opção de compra	274,9	132,0	132,0
Empréstimos obrigacionistas	684,3	0,0	0,0
Caixa e equivalentes	426,3	223,7	223,7
Dívida Financeira Líquida	932,0	552,2	552,2
Passivos de locação sem opção de compra	2.278,7	1.166,7	0,0

1) Reflete o impacto da adoção da IFRS 16.

2) A TAP adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. As demonstrações financeiras consolidadas de 2018 não foram ajustadas pelos efeitos da IFRS 16 não sendo como tal comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 2019. Para informação adicional sobre a adoção da IFRS 16 e os seus impactos, deverá consultar-se as demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas explicativas.

3) Exclui leasings operacionais, os quais estão incluídos nos Passivos de locação sem opção de compra.

No final de 2019, a TAP apresentava uma posição de caixa e equivalentes de EUR 426,3 milhões. Para além da posição de caixa e equivalentes no Balanço, a TAP detinha no final do ano, um montante disponível de recebíveis de cartões de crédito no Brasil de BRL 478,2 milhões (equivalente a EUR 105,9 milhões considerando a taxa de câmbio do final do ano). A liquidez total considerando o montante de caixa e equivalentes e o montante disponível de recebíveis de cartões de crédito no Brasil representou 16,1% do total de rendimentos operacionais de 2019.

Durante 2019, a TAP continuou a concretizar o objetivo de diversificação das suas fontes de financiamento e alargamento do prazo médio da dívida, sendo de realçar durante este período as seguintes operações:

- Em janeiro, financiamento com maturidade final em 2034, no montante de aproximadamente EUR 137 milhões, colocado junto de investidores institucionais internacionais;
- Em Junho, oferta pública de subscrição de Obrigações TAP 2019-2023 com prazo de 4 anos, no montante de EUR 200 milhões, que contou com um total de 6.092 investidores de retalho e institucionais. As obrigações encontram-se admitidas à negociação na Euronext Lisbon;
- Em dezembro, oferta dirigida a investidores institucionais de obrigações TAP com maturidade em 2024 (prazo de 5 anos), no montante de EUR 375 milhões.

A maturidade média da dívida financeira da TAP (excluindo leasings operacionais) aumentou de 2,5 anos, no final de 2018, para 4,5 anos, no final de 2019. Também a percentagem da dívida com taxa fixa aumentou de forma significativa de 11% no final de 2018 para 66% no final de 2019.

Em novembro de 2019, foi atribuído à TAP o rating BB- (Preliminar, *Outlook* Estável) pela Standard & Poor's e o rating B2 (*Outlook* Estável) pela Moody's Investors Service.

4.4. Principais Desenvolvimentos do Plano Estratégico em 2019

Em 2019, a TAP continuou a dar passos significativos na concretização do seu Plano Estratégico conforme se descreve de seguida.

Investimentos Estratégicos

O ano de 2019 ficará marcado como o ano de transformação da frota da TAP, com um total de 30 novas aeronaves de última geração a entrar em operação, substituindo 18 aeronaves mais antigas que saíram de operação. Trata-se de um claro investimento em nova tecnologia para melhoria da eficiência operacional, do produto oferecido e modernização da imagem, por forma a enaltecer a oferta da TAP aos seus passageiros atuais e futuros. Em 2019 a TAP investiu mais de EUR 1,5 mil milhões na renovação da sua frota.

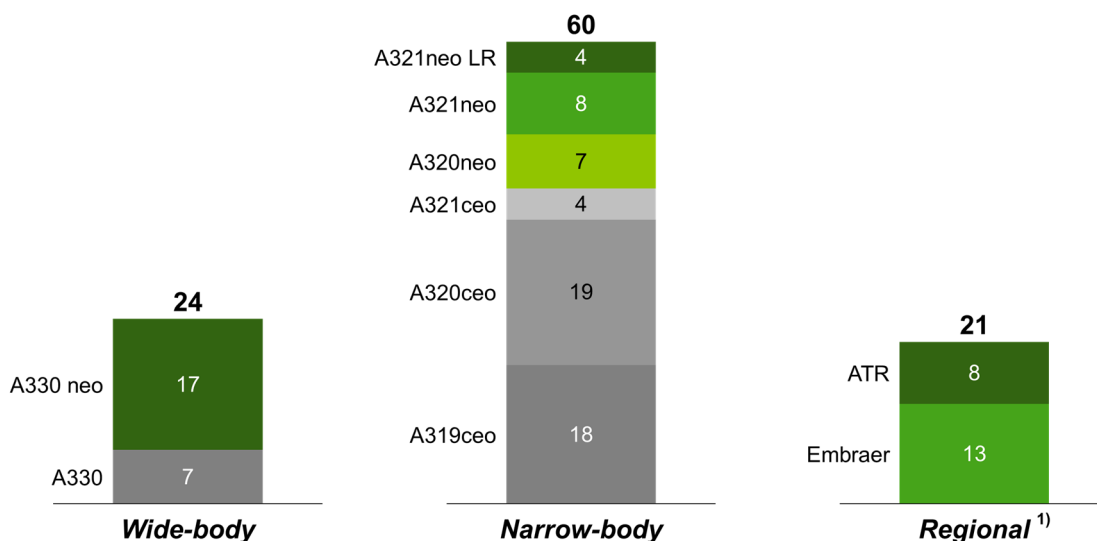
Depois de ter iniciado as operações do seu primeiro novo A330neo no final de 2018, para o qual a TAP foi a operadora de lançamento, durante 2019, a TAP adicionou mais 16 A330neo à sua frota, sendo de longe o maior operador do modelo no final de 2019. A adição destas aeronaves permitiu à TAP executar uma transformação massiva na sua frota de longo curso, substituindo os mais antigos A340 e A330 por novas aeronaves, melhorando significativamente a sua oferta. Outra transformação primordial na frota de longo curso foi a introdução do A321LR. Esta aeronave *narrow-body* oferece aos passageiros um produto similar às aeronaves *wide-body* da TAP, alavancando na localização única de Lisboa para voar para a costa este dos EUA e Canadá, nordeste do Brasil e África. A TAP foi a primeira companhia aérea a operar este modelo em voos transatlânticos. A introdução do A321LR permite à TAP abrir novos mercados, aumentar as frequências para destinos existentes e aumentar o nível de flexibilidade das operações de longo curso. No final de 2019, todas as aeronaves de longo curso estavam equipadas com lugares completamente reclináveis em Classe Executiva, entretenimento de última geração a bordo e 75% da frota com capacidade para oferecer ligação a internet de alta velocidade e mensagens gratuitas aos passageiros. A idade média da frota de longo curso foi reduzida de 15,2 anos, no final de 2018, para 3,9 anos, no final de 2019, destacando o investimento significativo em nova tecnologia. A TAP tem atualmente uma das frotas de longo curso mais jovens do mercado, oferecendo aos passageiros uma experiência inovadora com tecnologia de última geração.

Na frota de médio curso, com base nas melhorias significativas em termos de eficiência de combustível e CO₂, a TAP continuou a substituição da geração mais antiga de aeronaves A320fam pela nova geração de A320neos e A321neos. Esta renovação não só traz uma melhoria ao nível da eficiência, como permite ainda um aumento do número de lugares oferecidos. Além da renovação da frota, a TAP acrescentou ainda unidades adicionais à sua frota de médio curso, contando com um total de 56 aeronaves no final do ano. Tal como acontece com a frota de longo curso, também na de médio curso, o investimento em nova tecnologia resultou na redução da idade média da frota de 15,1 anos, no final de 2018, para 13,2 anos, no final de 2019.

Em 2019, a TAP reforçou ainda a operação com aeronaves sobressalentes na frota *wide-body* e *narrow-body*, num esforço para melhorar a performance ao nível da pontualidade, especialmente protegendo as operações de entrada e saída do *hub* de Lisboa.

A frota regional manteve-se estável durante 2019.

A 31 de dezembro de 2019, a frota da TAP era composta por 105 aeronaves, tal como se segue:



1) Frotas da White e Portugaláia, operadas em regime de *wet-lease*

Estratégia da Rede

Em 2019, a TAP manteve o seu compromisso de aumentar a rendibilidade global da sua rede, garantindo um crescimento sustentável. A Empresa continuou a prosseguir uma estratégia de expansão focada nas Américas e em África, alavancando a localização geográfica de Lisboa para fornecer uma conectividade superior para vários destinos. A expansão do número de frequências e de destinos permitiu à TAP reduzir a sua dependência de um número limitado de mercados, diversificando o seu portfólio.

A Companhia serviu 95 destinos em 38 países em 2019, mais 4 do que em 2018, operando mais de 130 mil voos, com um aumento da capacidade de mais de 11% (medida por ASKs), o que resultou em mais de 17 milhões de passageiros transportados em 2019, crescendo 8% em relação a 2018.

A TAP consolidou a sua posição como companhia aérea líder no transporte aéreo de passageiros entre a Europa e o Brasil. Com 85 voos semanais operados de, e para o Brasil, a TAP transportou mais de 1,7 milhões de passageiros nas suas 12 rotas entre o país e a Europa. Durante 2019 aumentaram as frequências para São Paulo, Salvador e Belém.

Nos EUA, a Companhia continuou a sua forte expansão em 2019, crescendo de 6 para 9 rotas com o lançamento de operações para Chicago, Washington e São Francisco. Além disso, as frequências do Porto para Nova Iorque (Newark) aumentaram. Com estas alterações, o número de voos semanais para os EUA cresceu para 49 (um aumento de 63%), reforçando a relevância deste mercado para a TAP. As rotas para a América do Norte representam agora 14% do rendimento total das passagens da Companhia, valor que compara com menos de 6% em 2015.

Em 2019, a TAP aumentou também a sua rede em África, aumentando o número de frequências semanais de 94 para 101. De destacar o lançamento de novos destinos como Banjul e Conacri, reforço das operações em Angola com operações duplas diárias nos dias da semana com mais procura e 3 novas frequências semanais para Cabo

Verde.

Foi também lançado um novo voo diário para Tel Aviv, marcando o regresso da TAP ao Médio Oriente.

Ao longo de 2019, continuaram a ser introduzidas melhorias de produto significativas, com a TAP a começar a operar a ponte aérea Lisboa-Porto em aeronaves *E-jet* da Embraer. Operar o maior e mais rápido E90 em vez dos anteriores *turboprops*, permitiu aumentar o número de lugares diários oferecidos em aproximadamente 400. Este novo equipamento não só permite viagens mais rápidas, como também melhor conforto a bordo e maior pontualidade. Em 2019, a TAP transportou mais de 821 mil passageiros na ponte aérea, um aumento de 5% face a 2018.

Com a renovação da frota de longo curso, em dezembro de 2019, 70% dos voos para o Brasil foram operados por aviões de nova geração, enquanto para a América do Norte este número atingiu os 95%. A renovação da frota de médio curso resultou também numa melhoria da eficiência e no aumento da capacidade para os principais mercados da rede da TAP na Europa e África.

Apesar das restrições no *hub* de Lisboa, a TAP continuou comprometida com a melhoria da qualidade de serviço.

Adicionalmente, a TAP iniciou várias iniciativas com o objetivo de otimizar a gestão de receitas, investindo no desenvolvimento de novas capacidades e ferramentas, focando-se na competitividade, qualidade do produto e melhoria de receitas.

Foco nos Trabalhadores e na Melhoria da Gestão

O ano de 2019 foi caracterizado por um grande esforço no recrutamento, seleção e contratação de candidatos para várias posições na TAP, tendo sido contratados um total de 906 novos colaboradores, incluindo 228 pilotos, 293 comissários/assistentes de bordo, 58 técnicos de manutenção aeronáutica, 65 profissionais para reforçar as operações em terra no *hub* de Lisboa e 41 funcionários para o *call center*.

Em 2019, foi ainda implementado um novo modelo de gestão de desempenho para toda a Equipa de Gestão da TAP, o qual foi aplicado de modo transversal por forma a potenciar uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores. Este novo modelo baseado na definição e gestão de objetivos (KPIs) e avaliação de 360 graus, bem como na implementação de painéis de moderação, permitiu uma melhor avaliação da performance dos elementos da Equipa de Gestão, bem como estimular o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Rentabilidade

No contexto do processo de transformação da Empresa, 2019 foi ainda impactado ao nível da rentabilidade por diversos fatores, dos quais se realçam a diminuição da atividade no mercado brasileiro, especialmente durante o primeiro semestre, o dimensionamento da operação da TAP para um patamar mais elevado de atividade com o *phase-in* de 30 novas aeronaves e o *phase-out* de 18 aeronaves mais antigas, bem como os constrangimentos que continuaram a afetar o aeroporto de Lisboa.

Assim, como referido, no primeiro semestre de 2019 assistiu-se a uma queda das receitas de passagens no mercado brasileiro (EUR 43,1 milhões face ao período homólogo do ano anterior) em resultado não só da má performance económica do país, mas também da desvalorização cambial ocorrida. Note-se que, apesar da perda de peso que tem vindo a sofrer, fruto da estratégia de diversificação de mercados, o Brasil continua ainda a ser

um dos principais mercados da TAP pelo que a recuperação da economia Brasileira constituirá um fator fundamental para a melhoria da rentabilidade das rotas da América Latina.

Por outro lado, o crescimento e renovação da frota por forma a permitir o aumento de frequências e abertura de novas rotas, implica necessariamente custos resultantes do desfasamento entre os custos incorridos e o momento em que se inicia a geração de receitas. O momento de *phase-out* das aeronaves mais antigas não é inteiramente coincidente com o *phase-in* das novas aeronaves, levando a que exista uma duplicação e conseqüente aumento de custos durante a fase inicial. De forma similar, também ao nível dos recursos humanos, os novos colaboradores contratados para fazer face ao crescimento do transporte aéreo, necessitam no geral de períodos relativamente prolongados de formação antes de entrarem ao serviço, sem que exista durante esse período geração de receitas associadas a essas contratações. Adicionalmente, de referir que o *phase-out* de equipamentos mais antigos da frota TAP tem exigido maior envolvimento da área de manutenção, diminuindo a capacidade de prestação de serviços de manutenção para terceiros de revisões periódicas, não afetando no entanto a capacidade de manutenção de motores. Estima-se em EUR 55 milhões os custos extraordinários totais associados ao processo de *phase-in* e *phase-out* de aeronaves em 2019.

Capitalização e Dívida

Durante 2019, registaram-se três grandes operações de financiamento num montante agregado de EUR 712 milhões, permitindo à TAP diversificar as suas fontes de financiamento e alargar o prazo médio da sua dívida, bem como reforçar significativamente a posição de liquidez da Companhia.

A maturidade média da dívida remunerada da TAP (excluindo leasings operacionais) aumentou de 2,5 anos no final de 2018, para 4,5 anos no final de 2019.

Em novembro de 2019, a TAP obteve pela primeira vez uma notação de risco de crédito por parte de duas agências de rating internacionais, tendo-lhe sido atribuído um rating BB- (Preliminar, *Outlook* Estável) pela Standard & Poor's e B2 (*Outlook* Estável) pela Moody's Investors Service.

Durante o 4º trimestre de 2019, a TAP amortizou na totalidade um financiamento bancário de mais curto prazo, com garantia, o qual tinha um montante em dívida à data de 30 de setembro de 2019 de EUR 58,8 milhões.

Por último, importa dar nota que, no contexto do Acordo de Adaptação e Acompanhamento das Responsabilidades Financeiras relativas ao Grupo TAP, assinado com várias instituições bancárias Portuguesas no âmbito do processo de privatização, a TAP amortizou em 2019 um total de aproximadamente EUR 164 milhões deste financiamento, incluindo uma amortização antecipada em dezembro. Tal como descrito na secção de eventos subsequentes, em Fevereiro de 2020, a TAP amortizou um montante adicional deste financiamento de EUR 158,6 milhões e contratualizou a extensão da sua maturidade final de Novembro de 2022 para Maio de 2024. Ajustada pelo montante amortizado em Fevereiro de 2020 e pela extensão de maturidade deste financiamento, a maturidade média da dívida financeira da TAP à data de 31 de dezembro de 2019 teria aumentado ainda mais, para 5,1 anos.

O Compromisso da TAP com Portugal

Enquanto elemento fundamental na mobilidade de pessoas e carga em Portugal Continental e Ilhas, a TAP continuou a desenvolver esforços para melhorar o serviço na sua rede doméstica. Em 2019, além do renovado

serviço de ponte aérea entre Lisboa e Porto, com 13 voos diários, a Companhia continuou a servir Faro e aumentou os lugares oferecidos em voos para as Ilhas em mais de 10%, apesar da forte concorrência.

Relativamente à diáspora Portuguesa, as operações para todos os países de Língua Portuguesa continuaram, com aumentos de capacidade em algumas rotas (por exemplo, Cabo Verde registou um aumento dos lugares oferecidos em 15% face a 2018). Os importantes mercados de Luanda e Maputo são agora servidos pelas novas aeronaves A330neo, melhorando a qualidade relativamente ao anterior A340.

Como um dos principais impulsionadores do crescimento significativo de turistas estrangeiros em Portugal nos últimos anos, a TAP contribuiu decisivamente para o aumento de turistas dos EUA e Canadá. A notoriedade angariada pela TAP nestes mercados tem alavancado Portugal como um destino turístico para os Norte Americanos, enquanto o premiado programa Portugal Stopover introduziu o conceito popular para viajantes transatlânticos, permitindo uma paragem em Lisboa ou no Porto até 5 dias a caminho de outros países Europeus. A TAP tenciona adicionar ainda mais destinos ao programa Stopover do Porto.

A criação de emprego e o contributo para o PIB português são também uma forte prova do compromisso da TAP com Portugal. Em 2019, a Companhia continuou a contratar alguns dos melhores talentos do país (906 novas contratações, 49% das quais com ensino superior) e gerou uma contribuição de impostos significativa. Em 2019, os custos com os trabalhadores da TAP totalizaram EUR 678,6 milhões, colocando a TAP entre os maiores empregadores do país.

A TAP contribui também significativamente para as receitas fiscais e as contribuições sociais em Portugal, tendo pago em 2019 cerca de EUR 262,7 milhões em impostos e contribuições sociais (valor líquido dos impostos recebidos).

4.5. Principais Eventos de 2019

Janeiro 2019

- Conclusão de financiamento no montante de aproximadamente EUR 137 milhões, com maturidade final em 2034, coordenada pelo Macquarie Group.
- A TAP começa a operar 13 voos diários entre Porto e Lisboa, com voos a cada hora em horário de ponta, inteiramente operados por aeronaves a jato.
- A TAP recebe três novas aeronaves da Airbus: um A321neo e dois A330neo, totalizando 9 NEO na frota.

Fevereiro 2019

- A TAP recebe em Lisboa um novo airbus A320neo, a primeira aeronave deste modelo a chegar à Companhia em 2019, progredindo no objetivo de modernização da sua frota.
- A TAP reforça as suas operações entre o Porto e o Brasil, adicionando mais voos entre a cidade portuguesa e São Paulo.
- A TAP adiciona novos benefícios ao seu programa de fidelidade Miles&Go, permitindo aos clientes TAP Miles&Go usar milhas para upgrades e beneficiar da nova funcionalidade *Plusgrade*.

Março 2019

- A TAP reporta resultados de 2018.
- A TAP celebra 74 anos e estende o Programa Stopover ao Brasil.
- A TAP realiza o primeiro voo comercial num A330neo nos EUA, num voo entre Lisboa e Miami.
- A TAP alcança o primeiro lugar em termos de pontualidade no mês, entre as companhias europeias mais ativas no Aeroporto Humberto Delgado – Lisboa.
- A TAP recebe três novas aeronaves da Airbus: um A321neo e dois A330neo, totalizando 13 NEO na frota.

Abril 2019

- A TAP realiza o voo inaugural entre Lisboa e Tel Aviv, bem como voos para Dublin.
- A TAP recebe o primeiro A321 Long Range, tornando-se a primeira companhia no mundo a operar simultaneamente o A330neo e o A321LR. O Airbus A321LR é a primeira aeronave *narrow-body* da TAP com capacidade para operar rotas transatlânticas, permitindo a expansão das conexões com a costa Este dos EUA e o Nordeste do Brasil.
- A TAP recebe mais duas novas aeronaves da Airbus: um A320neo e um A33neo, totalizando 16 NEO na frota.

Maio 2019

- A TAP recebe três novas aeronaves da Airbus: dois A320neo e um A330neo, totalizando 19 NEO e, pela primeira vez nos seus 74 anos de história, alcança a marca das 100 aeronaves na frota.
- Em 2 de maio de 2019 deu-se a fusão da Megasis – Sociedade de Serviços e Engenharia informática, S.A. (“Megasis”) na TAP, S.A., produzindo efeitos contabilísticos e fiscais à data de 1 de janeiro de 2019.

Junho 2019

- A TAP conclui uma oferta inaugural no mercado obrigacionista português. A emissão de obrigações, no valor de EUR 200 milhões e maturidade em 2023, foi a maior oferta pública de subscrição de obrigações por um emitente *Corporate* no Mercado de Capitais Português desde 2012. A forte procura registada permitiu que o montante final da oferta fosse elevado para 4 vezes o valor inicial de EUR 50 milhões. Mais de 6.000 investidores (retalho e institucional) participaram na oferta.
- No mesmo mês em que inicia três novas rotas para os EUA (Chicago, São Francisco e Washington), a TAP também reforça a sua rede na Europa, com o início dos voos para Nápoles e Tenerife. Nápoles é a sexta rota da TAP para Itália e Tenerife é a décima primeira rota para Espanha e a segunda para as Ilhas Canárias.
- A TAP recebe quatro novas aeronaves da Airbus: um A321LR e três A330neo, totalizando 23 NEO na frota e alcançando a marca das 10 aeronaves A330neo.
- Novo simulador de voo instalado em Cascais.

Julho 2019

- A TAP começa a voar entre o Porto e Bruxelas, no âmbito do investimento nas operações a partir desta cidade do Norte de Portugal.
- A TAP começa a voar para Conacri (Guiné).
- A TAP recebe três novas aeronaves da Airbus: um A320neo e dois A330neo, totalizando 26 NEO na frota.

Agosto 2019

- A TAP anuncia plano de rotas para 2020, que inclui uma nova ponte aérea para Madrid (de Lisboa e Porto), um reforço das rotas norte-americanas e brasileiras, e novos destinos (como Santiago de Compostela, em Espanha).
- A TAP acolhe um novo A330neo totalizando 27 NEO na frota.
- A TAP começa a voar entre o Porto e Munique.

Setembro 2019

- A TAP recebe duas novas aeronaves da Airbus: um A321LR e um A330neo, totalizando 29 NEO na frota.

Outubro 2019

- A TAP alcança a marca dos 30 NEO na frota ao receber um novo A330neo, que é também a décima quinta aeronave deste modelo.
- A TAP lança o EconomyXtra, oferecendo total flexibilidade de escolha aos seus clientes e uma experiência a bordo que vai além da tradicional classe Económica e Executiva.
- A TAP começa a voar para Banjul (Gâmbia).
- A última aeronave A340 deixa de operar na frota da TAP depois de 25 anos a voar com a cores da Companhia.

Novembro 2019

- A TAP obtém pela primeira vez notação de rating de crédito de duas agências de rating internacionais, sendo-lhe atribuído um rating BB- (Preliminar, *Outlook* Estável) pela Standard & Poor's e B2 (*Outlook* Estável) pela Moody's Investors Service.
- A TAP recebe seis novas aeronaves da Airbus: um A321LR, um A320neo, dois A321neo e dois A330neo totalizando 30 novas aeronaves em 2019 e 36 NEO na frota.
- A TAP anuncia três novas rotas para 2020: Maceió (Brasil) e Montreal (Canadá), a partir de Lisboa, e Boston (EUA), a partir de Ponta Delgada (Açores).

Dezembro 2019

- A TAP conclui emissão de EUR 375 milhões de obrigações sénior com maturidade em 2024, no mercado de capitais internacional.
- A TAP anuncia ter concluído as autorizações internas necessárias para avançar com um acordo de cooperação comercial com a Azul Linhas Aéreas Brasileiras, S.A..
- Em 30 de dezembro de 2019 foi criada a TAP Logistics Solutions, S.A..

DISTINÇÕES E PRÉMIOS

Portugal

- A TAP é considerada a segunda melhor empresa para trabalhar em Portugal pela Randstad Employer Brand Awards, depois de ter conquistado o terceiro lugar no ano anterior.
- A TAP ganha o ouro por *Employer Branding* nos Human Resources Awards.
- A TAP é eleita “Melhor Companhia Aérea” durante os Marketeer Awards.

- A TAP é a marca mais forte e valiosa de Portugal, liderando o ranking da Brand Finance.
- A TAP é eleita “Melhor Companhia Aérea” nos Publituris Awards.
- TAP Miles&Go eleito melhor programa de fidelização internacional pela revista ‘Melhores Destinos’.
- A TAP é considerada uma “Marca de Confiança” relativamente às melhores práticas ambientais, pelos leitores portugueses da Reader’s Digest.
- Campanhas de marketing da TAP distinguidas nos Prémios Eficácia.
- A TAP Air Cargo recebe três prémios na cerimónia anual da revista Transportes & Negócios.

Internacional

- A TAP foi distinguida em Phoenix, nos MicroStrategy Awards 2019, pelos *dashboards* desenvolvidos para a Companhia, que lhe permitem continuar a melhorar o desempenho global, nomeadamente pontualidade e satisfação do cliente.
- A TAP é premiada nos World Travel Awards, ganhando nas três categorias para as quais foi nomeada. A TAP foi considerada i) Companhia Aérea Europeia líder nas conexões para África, ii) Companhia Aérea Europeia líder nas conexões para América do Sul e ainda iii) Companhia Aérea Europeia com a melhor revista de bordo, a UP Magazine.
- TAP Miles&Go o programa de fidelização da Companhia, foi premiado com o “210 Award” para a Europa e África nos prestigiados Freddie Awards, considerando que o programa tem o maior potencial de crescimento nessas regiões.
- A tripulação da TAP volta a ser eleita a mais bonita do mundo. A prestigiada revista britânica Monocle reforçou o prémio do ano passado enfatizando o profissionalismo da tripulação.
- TAP Miles&Go ganha três prémios nos Frequent Traveler People’s Awards. O programa de passageiro frequente da TAP foi considerado o melhor na Europa e África, nas categorias de Programa do Ano, Melhor Promoção Geral e Melhor Serviço ao Cliente.
- A TAP foi distinguida pela MSC Cruises como “Airline Partner” na cerimónia “All-stars of the Sea 2019”.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acordo de cooperação comercial com a Azul

A 6 de fevereiro de 2020 a TAP formalizou um acordo de cooperação comercial (“Acordo de Cooperação”) com a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (“Azul”). O Acordo de Cooperação tem por objetivo estabelecer um modelo de cooperação comercial entre a TAP e a Azul, comumente usado na indústria da aviação, para prestar serviços de transporte aéreo conjuntos, aumentando a eficiência e a diversidade de produtos e serviços que são disponibilizados aos passageiros, nomeadamente em termos de frequências, horários disponíveis e número de origens e destinos servidos em combinação. Este Acordo de Cooperação não implica qualquer alteração acionista ao nível da TAP ou da Azul. A implementação do Acordo de Cooperação fica condicionada à obtenção das autorizações e/ou não oposição e realização das comunicações necessárias junto das autoridades de regulação e da concorrência competentes.

Amortização Parcial de Financiamento e Extensão do Prazo

A 12 de fevereiro de 2020, a TAP efetuou uma amortização referente a um financiamento com um sindicato de Bancos Portugueses no montante de EUR 158,6 milhões. Com este montante, a TAP amortizou desde o início de 2019 um total de EUR 322,2 milhões referente a este financiamento, sendo o montante remanescente atualmente em dívida de aproximadamente EUR 142 milhões. Adicionalmente, em 28 de fevereiro de 2020, a TAP contratualizou a extensão da maturidade final deste financiamento de Novembro de 2022 para Maio de 2024. Ajustada pelo montante amortizado em Fevereiro de 2020 e pela extensão de maturidade deste financiamento, a maturidade média da dívida financeira da TAP à data de 31 de dezembro de 2019 teria aumentado ainda mais, para 5,1 anos.

Impacto do Coronavírus (COVID-19)

Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global. Os efeitos da disseminação do vírus estão ainda a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que venham a ser implementadas novas iniciativas com impacto na situação atual.

Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços de transporte aéreo a nível mundial, estando a Administração da TAP a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Considerando o contexto de incerteza acima descrito, a Administração da TAP, em articulação com as autoridades de saúde e da aviação civil, e demais entidades relevantes, nacionais e internacionais, implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e passageiros, bem como à adequação da sua oferta às constantes alterações da procura, incluindo a redução do número de voos para os meses de março (-7%), abril (-11%) e maio (-19%) de 2020 e diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo a suspensão ou adiamento de investimentos não críticos, renegociação de contratos e prazos de pagamento, corte de despesas acessórias, suspensão de contratações de novos trabalhadores, de progressões e de formações, bem como a implementação de programas de licenças sem vencimento temporárias.

As medidas implementadas para proteção da posição financeira da TAP foram determinadas tendo por base a melhor informação disponível a esta data, salientando-se no entanto a existência de um contexto de incerteza associado à evolução futura da disseminação do Covid-19.

6. PERSPETIVAS PARA 2020

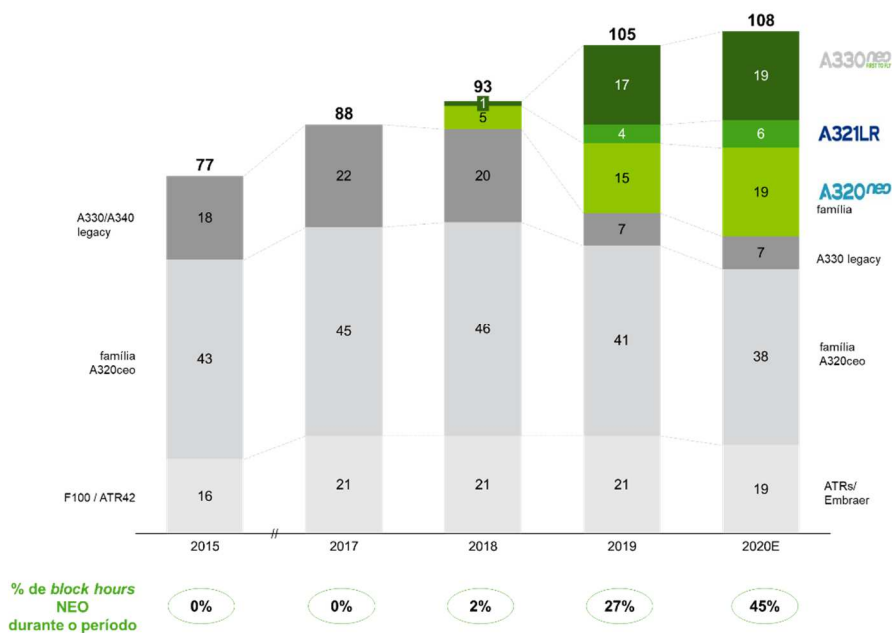
Frota

Com base na profunda transformação realizada na frota em 2019, continuará o compromisso da Empresa em introduzir aeronaves de nova geração, tanto no longo como no médio curso, embora a um ritmo mais lento. Durante o ano de 2020, a TAP espera reforçar a frota de longo curso com 2 A330neo e 2 A321LR que irão suportar o crescimento das operações e o lançamento de novas rotas.

Na frota de médio curso, a substituição dos A319 e A320 pelos novos A320neo e A321neo vai continuar, sendo expectável que no final do ano exista um total de 4 novas aeronaves na frota.

A frota regional deverá sofrer uma redução temporária devido à retirada progressiva de 2 E190 que não serão substituídos em 2020.

Frota Operacional no final do ano e Plano de Renovação¹⁾



1) Em alguns anos, a Frota Operacional pode diferir da Frota Total devido aos *phase-ins* e *phase-outs* de aeronaves. O Plano de Frota para 2020 poderá sofrer alterações em resultado de atrasos na entrega das novas aeronaves.

Transporte Aéreo de Passageiros

Em 2020, a TAP continuará a otimizar as suas operações e a sua rede por forma a melhorar a rentabilidade, ajustando frequências nas rotas atuais e lançando novos destinos. A Companhia continuará a seguir a sua estratégia de *hub*, com foco no robusto crescimento para a América do Norte e na melhoria da conectividade nas regiões servidas pela TAP. As principais alterações na rede da TAP incluem:

- Introdução do serviço duplo diário para Nova Iorque (Newark) a partir de Lisboa, adicionando às operações diárias Lisboa-JFK e Porto-Newark (apenas diariamente no verão);
- Aumento para 10 voos semanais para Miami (dos 7 atuais) e consolidação das rotas de Chicago e Washington, ambas aumentando para 7 voos semanais (dos 5 atuais);
- Lançamento de serviço sem escalas entre Lisboa e Montreal (Canadá) e entre Ponta Delgada (Açores) e Boston. A ligação aos Açores reforça o compromisso da TAP com a diáspora Açoriana, aumentando o potencial turístico da plataforma dos Açores;
- Manutenção da forte presença no Brasil, aumentando frequências para Natal e Belém, e adicionando novo serviço sem escalas para Maceió, com 3 voos semanais;

- Aumento de frequências em várias rotas, tais como Porto-Funchal (para 3 voos diários) e Lisboa-Ponta Delgada (para 5 voos diários). Melhoria do serviço para Tel Aviv e Casablanca, passando a duplo diário, aumentando significativamente a conectividade destes destinos com Lisboa.

Para além do aumento de destinos e frequências anunciado, a TAP irá continuar a otimizar o seu *hub* em Lisboa, por forma a alavancar o tráfego de ligação e oferecendo um melhor produto nas principais rotas entre Europa, África, Médio Oriente e Américas.

Para expandir a sua cobertura, particularmente na América do Sul e do Norte, a TAP continuará a suportar-se da sua extensa rede de parceiros, permitindo-lhe oferecer mais destinos e conectividade contínua para além dos seus próprios destinos. A TAP irá também alavancar a sua *Joint Venture* com a Azul e fortalecer os laços com os seus parceiros da Star Alliance.

Finalmente, para melhorar a competitividade, a TAP irá focar-se na segmentação da sua procura e da sua oferta, por forma a atender às especificidades dos diferentes segmentos de mercado, otimizando o seu portfólio e aumentando a sua proposta de valor. A Companhia irá focar-se igualmente na maximização das receitas acessórias, através da melhoria das estratégias de preço dinâmicas e processos de venda.

Manutenção e Engenharia

Relativamente à atividade de Manutenção em Portugal, do ponto de vista comercial, as perspetivas para 2020 são de consolidação face aos anos anteriores, embora se preveja que algum crescimento no negócio dos motores compense a diminuição da atividade de manutenção de aeronaves a terceiros, devido à capacidade limitada de *slots* disponíveis nos hangares. Comercialmente, o foco está nos mercados asiáticos e os esforços mantêm-se para obter a certificação necessária da Autoridade Chinesa, CAAC. A atividade de manutenção de componentes a terceiros resultará principalmente de contratos de gestão de frotas, embora possam surgir algumas oportunidades resultantes de novos prestadores de serviços de manutenção da TAP. Por último, potenciais contratos com fabricantes de motores serão também avaliados.

Carga e Correio

Em 2020, as perspetivas de mercado para o transporte aéreo de carga permanecem incertas esperando-se de o nível de volumes de 2019 se mantenha, após 14 quedas mensais contínuas. No entanto, em 2020, a TAP Air Cargo deverá voltar a crescer em volume, nomeadamente durante a primeira metade do novo ano nas novas rotas comerciais dos EUA: Chicago e São Francisco.

O crescimento previsto para 2020 no negócio de carga da TAP deverá concretizar-se através da sua estratégia de reforço comercial em mercados-chave, considerando ainda o desenvolvimento dos destinos de carga *off-line* (*interline*), bem como a implementação dos produtos *express* porta-a-porta ao longo do ano, seguindo o programa de digitalização de processos e geração de receita.

O desempenho da TAP em 2020 irá naturalmente depender do ambiente económico doméstico e internacional e, em especial, da evolução dos seguintes fatores: i) procura por transporte aéreo nos principais mercados da TAP, nomeadamente Europa, Brasil e EUA; ii) preço do combustível (*jet fuel*) nos mercados internacionais; iii) taxa de câmbio das principais moedas a que a TAP está exposta, nomeadamente o Dólar Norte Americano (USD) e o Real

Brasileiro (BRL) face ao Euro (EUR) e, adicionalmente; iv) da capacidade dos fornecedores de entregarem as novas aeronaves nas datas acordadas.

Adicionalmente, o ano de 2020 está a ser adversamente afetado por uma procura mais fraca em resultado do coronavírus (COVID-19), com a atividade de transporte aéreo a nível global a ser impactada pelo decréscimo quer de viagens de lazer, com cancelamentos de passagens previamente adquiridas ou adiamentos, quer de viagens empresariais, sobretudo nos países afetados. As equipas da TAP encontram-se a tomar medidas mitigadoras, por forma a melhor adequar a oferta à procura, incluindo ajustes de capacidade em algumas rotas, em linha com o evoluir da situação e, iniciativas de receita e de custos estão a ser implementadas em toda a empresa. Com a atual incerteza quanto ao potencial impacto e duração do COVID-19, não é possível nesta fase aferir corretamente o impacto desta situação no exercício de 2020.

7. GOVERNO CORPORATIVO

7.1. Participações qualificadas no capital social da sociedade a 31 de dezembro de 2019

Artigo 245.º-A, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários¹ (“CVM”), aplicável ex vi artigo 245.º-A, número 6 do CVM

Titulares com participação qualificada	Capital/Direitos de Voto (%)	N.º de Ações
TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS S.A.		
▪ Diretamente	100%	8.300.000
Que por sua vez tem como acionistas titulares de participações qualificadas:		
▪ Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. (Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, detém 100% do capital social)	50%	750.000
▪ Outros ²	5%	75.000
▪ Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	45%	675.000
Que por sua vez tem como acionistas titulares de participações qualificadas:		
▪ HPGB, SGPS, S.A. (Humberto Manuel dos Santos Pedrosa detém 96,86% do capital social)	50%	
▪ DGN Corporation (David Gary Neeleman detém 100% do capital social)	40%	
▪ GLOBAL AZULAIR PROJECTS, SGPS, S.A. (Global Airline Ventures LLC detém 54,55% do capital social; Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. detém 45,45% do capital social)	10%	

7.2. Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Artigo 245.º-A, número 1, alínea d) do CVM, aplicável ex vi artigo 245.º-A, número 6 do CVM

A TAP SGPS não é titular de direitos especiais, na qualidade de acionista única da Sociedade.

Ao nível da estrutura acionista indireta da Sociedade, e conforme resulta dos estatutos da TAP SGPS, a cada categoria de ações da TAP SGPS correspondem direitos económicos específicos. Nesse contexto, a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. detém 50% (cinquenta por cento) do capital social e dos direitos de voto e 5% (cinco por cento) dos direitos económicos da TAP SGPS, enquanto o acionista privado Atlantic Gateway,

¹ Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de novembro, conforme alterado.

² Em 10 de abril de 2017, foi lançada uma oferta pública de venda de ações da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS S.A. (“TAP SGPS”) reservada a trabalhadores da TAP SGPS e de outras sociedades do Grupo TAP, no âmbito do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março de 2017, na sequência da qual trabalhadores do Grupo TAP adquiriram um total de 75.000 ações representativas de 5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS, tendo já parte dessas ações sido alienada a favor de terceiros.

SGPS, Lda detém 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social e dos direitos de voto e 90% (noventa por cento) dos direitos económicos da TAP SGPS. Os restantes 5% (cinco por cento) do capital social, direitos de voto e direitos económicos da TAP SPGS são detidos por acionistas minoritários (*vide* secção 7.1. *supra*).

7.3. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Artigo 245.º-A, número 1, alínea f) do CVM, aplicável ex vi artigo 245.º-A, número 6 do CVM

Nos termos do artigo 9.º, número 2 dos estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral de acionistas, podendo os acionistas possuidores de um número inferior a 100 (cem) ações da Sociedade agrupar-se de forma a reunirem as condições necessárias ao exercício conjunto do direito de voto.

Além desta limitação ao exercício do voto baseada no número de ações da Sociedade, não existem restrições ou limitações em matéria de direitos de voto, nem quaisquer sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Nos termos do artigo 9.º, número 3 dos estatutos da Sociedade, para conferir direito a voto, as ações deverão estar averbadas em nome dos respetivos titulares no livro de registo da Sociedade pelo menos 15 (quinze) dias antes da data marcada para a reunião da Assembleia Geral.

Os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral nos termos da legislação aplicável. De acordo com o disposto no artigo 9.º, número 4 dos estatutos da Sociedade, os acionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral desde que o façam através de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao início dos trabalhos.

O voto por correspondência é permitido nos termos do artigo 9.º, número 10 dos estatutos da Sociedade, podendo os acionistas exercer o seu direito de voto por correspondência mediante carta entregue em mão ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou enviada por correio registado com aviso de receção para a sede social da Sociedade, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência em relação à data da reunião da Assembleia Geral, salvo se prazo superior constar da convocatória da Assembleia Geral.

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 9.º, número 11 dos estatutos da Sociedade, o direito de voto pode ser exercido por via eletrónica, de acordo com requisitos que assegurem a sua autenticidade, os quais devem ser definidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória da Assembleia Geral.

7.4. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da Sociedade

Artigo 245.º-A, número 1, alínea h) do CVM, aplicável ex vi artigo 245.º-A, número 6 do CVM

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por um mínimo de 3 (três) e um máximo de 11 (onze) membros. Atualmente, o Conselho de Administração da Sociedade é composto por 5 (cinco) membros, incluindo o Presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração, incluindo o seu

presidente, são eleitos em Assembleia Geral, exercendo as suas funções por um período de 3 (três) anos, renovável nos termos legalmente autorizados.

Nos termos do artigo 13.º, número 2 dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração pode delegar, nos limites estabelecidos na lei, a gestão corrente da Sociedade num ou mais administradores delegados ou numa Comissão Executiva. O Conselho de Administração deliberou a constituição de uma Comissão Executiva composta por 3 (três) membros, incluindo o seu Presidente (*vide* secção 7.5. *infra*).

No que se refere à falta e substituição de administradores, o artigo 12.º, número 3 dos estatutos da Sociedade determinam que a falta de um administrador a mais de 4 (quatro) reuniões seguidas ou a 6 (seis) reuniões interpoladas do Conselho de Administração, sem justificação aceite pelos restantes membros do Conselho de Administração, conduz à situação de falta definitiva. Faltando definitivamente um administrador, a sua substituição deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável, nomeadamente de acordo com as disposições dos artigos 393.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais.³

Nos termos do artigo 10.º, número 2 dos estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral só pode deliberar, em primeira convocação, desde que se encontrem presentes ou representados acionistas titulares de ações representativas de, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Sociedade. Nos termos do número 4 do artigo 10.º dos estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral sobre alterações dos estatutos da Sociedade devem ser aprovadas por maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos, salvo se a deliberação for tomada em Assembleia Geral reunida em segunda convocação em que estejam presentes, ou devidamente representados, acionistas titulares de, pelo menos, metade do capital social com direito de voto, caso em que as referidas deliberações de alteração de estatutos da Sociedade podem ser tomadas por maioria simples dos votos emitidos.

7.5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Artigo 245.º-A, número 1, alínea i) do Código dos Valores Mobiliários, aplicável ex vi artigo 245.º-A, número 6

O Conselho de Administração gere os negócios e a atividade da Sociedade, podendo decidir sobre qualquer matéria relacionada com a gestão da Sociedade, estando vinculado pelas deliberações da Assembleia Geral de acionistas da Sociedade nos termos dos estatutos da Sociedade e da legislação aplicável.

Nos termos do artigo 13.º dos estatutos da Sociedade, compete especificamente ao Conselho de Administração:

- a) Gerir as atividades da Sociedade;
- b) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais;
- d) Contrair empréstimos no mercado financeiro nacional ou estrangeiro;

³ Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março, conforme alterado.

- e) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, dentro dos limites para tanto anualmente fixados pela Assembleia Geral (nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º dos estatutos da Sociedade);
- f) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- g) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;
- h) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela Assembleia Geral de acionistas.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração fixa as datas ou periodicidade das suas reuniões, devendo reunir, pelo menos, uma vez em cada trimestre e sempre que seja convocado pelo Presidente, por sua iniciativa e, na sua ausência ou impedimento, pelo seu substituto ou a requerimento de dois administradores ou a pedido do órgão de fiscalização.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, salvo por motivo de urgência, como tal reconhecida pelo Presidente ou pelo seu substituto na sua ausência ou impedimento, caso em que os votos podem ser expressos por correspondência.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos seus membros, não se contando as abstenções.

De acordo com os estatutos da TAP, o Conselho de Administração pode delegar, nos limites estabelecidos pela lei, a gestão corrente da TAP num ou mais administradores delegados ou numa Comissão Executiva.

Em 31 de janeiro de 2018 o Conselho de Administração deliberou a constituição de uma Comissão Executiva para o triénio 2018-2020, tendo aprovado igualmente o seu regulamento.

Foram delegados na Comissão Executiva, de acordo com o disposto nos números 3 e 4 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e nos números 2 e 3 do artigo 13.º dos estatutos da Sociedade, a gestão corrente da Sociedade, que inclui, nomeadamente, e no quadro das políticas gerais aprovadas pelo Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos:

- a) Direção da atividade da Sociedade de acordo com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;
- b) Preparação do orçamento anual da Sociedade para efeitos de aprovação pelo Conselho de Administração;
- c) Contratação e exercício do poder disciplinar, de direção e de supervisão dos trabalhadores da Sociedade e, bem assim, representação da Sociedade nas suas relações com os trabalhadores;
- d) Preparação e apresentação aos demais administradores, dos elementos necessários às deliberações a tomar pelo Conselho de Administração, de acordo com a respetiva agenda;
- e) Apresentação ao Conselho de Administração dos assuntos que requeiram estudos técnicos específicos;

- f) Gestão financeira, operacional, comercial, administrativa, publicitária e promocional da Sociedade;
- g) Negociação e celebração de todos os contratos necessários ou convenientes para a prossecução do objeto social da Sociedade, com exceção de contratos que impliquem a contratação, alteração ou cessação de quaisquer empréstimos ou emissão de títulos de dívida, de que sejam parte a Sociedade e/ou qualquer uma das sociedades por ela participadas, de montante individual superior a 30% (trinta por cento) dos ativos totais do Grupo TAP; a concessão de garantias pela Sociedade e/ou qualquer uma das suas participadas; a aprovação de investimentos ou outras despesas de capital da Sociedade e/ou das suas participadas de valor individual superior a 30% (trinta por cento) das receitas consolidadas do Grupo TAP, aprovação, alteração ou cessação de contratos de parceria ou de *joint-venture* de que sejam parte a Sociedade e/ou qualquer sua participada, de valor individual superior a 30% (trinta por cento) das receitas consolidadas do Grupo TAP; a aquisição, oneração ou venda de ativos do Emitente e/ou de qualquer uma das suas participadas, de valor individual superior a 30% (trinta por cento) das receitas consolidadas do Grupo TAP, a aquisição ou alienação de controlo sobre outras sociedades pela TAP; a transmissão de ações representativas de qualquer sociedade do Grupo TAP;
- h) Abrir contas bancárias, negociar condições financeiras com os bancos, efetuar pagamentos, fazer depósitos ou levantar dinheiro das contas bancárias da Sociedade;
- i) Representar a Sociedade perante quaisquer ministérios, direções gerais, departamentos governamentais, câmaras municipais e quaisquer repartições públicas ou de outras entidades, públicas ou privadas;
- j) Representar a Sociedade perante todos os tribunais, sejam civis, penais, administrativos, de trabalho e fiscais em todas as instâncias, apresentando petições, pedidos, requerimentos, contestações, reconvenções, apresentando provas e interpondo recursos ordinários ou extraordinários; transigir em todo o tipo de casos e diferendos, desistir de ações ou recursos, definindo livremente as condições, acordos e obrigações consideradas convenientes; transigir e desistir em qualquer tribunal, em todos os pleitos de natureza civil, penal, administrativa e fiscal, com as mais amplas faculdades, em nome da Sociedade.

Para além das matérias que são da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração de acordo com a lei, a Comissão Executiva também não pode deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) Aprovação ou alteração do plano de negócios ou do orçamento anual da Sociedade;
- b) Nomeação de membros dos órgãos sociais de sociedades participadas pela Sociedade ou de sociedades relacionadas com a Sociedade;
- c) Aprovação, alteração ou cessação de quaisquer empréstimos, ou emissão de títulos de dívida, de que sejam parte a Sociedade e/ou qualquer uma das sociedades participadas pela TAP SGPS, de montante individual superior a 30% (trinta por cento) dos ativos totais do Grupo TAP;
- d) Concessão de garantias pela Sociedade e/ou qualquer uma das sociedades por ela participadas;
- e) Aprovação de quaisquer investimentos ou outras despesas de capital da Sociedade e/ou de qualquer uma das sociedades por ela participadas, de valor individual superior a 30% das receitas consolidadas do Grupo TAP;

- f) Aprovação de quaisquer alterações ao plano de capitalização que consta do anexo 1.1(j) ao acordo de venda direta, celebrado em 24 de junho de 2015, entre a Parpública, a DGN Corporation, a HPGB, SGPS, S.A. e a Atlantic Gateway;
- g) Aprovação, alteração ou cessação de contratos de parceria ou de joint-venture de que sejam parte a Sociedade e/ou qualquer uma das sociedades por ela participadas, de valor individual superior a 30% das receitas consolidadas do Grupo TAP;
- h) Aquisição, oneração ou venda de ativos da Sociedade e/ou de qualquer uma das sociedades por ela participadas, de valor individual superior a 30% das receitas consolidadas do Grupo TAP;
- i) Aquisição ou alienação de controlo sobre qualquer outra sociedade pela Sociedade;
- j) Transmissão de ações representativas de qualquer sociedade do Grupo TAP;
- k) Dar início a um procedimento de insolvência ou a um processo especial de revitalização da Sociedade;
- l) Determinação do sentido de voto pela Sociedade nas assembleias gerais de quaisquer das suas participadas, com respeito às deliberações de acionistas dessas participadas nas seguintes matérias:
 - (i) Alteração dos estatutos de qualquer uma das sociedades participadas pela Sociedade;
 - (ii) Alteração à política de distribuição de dividendos de qualquer uma das sociedades participadas pela Sociedade;
 - (iii) Fusão, cisão, aumentos e reduções de capital social, transformação, liquidação ou dissolução, de qualquer uma das sociedades participadas pela Sociedade;
 - (iv) Realização e reembolso de prestações acessórias e, bem assim, os respetivos termos e condições.

A Comissão Executiva reunirá sempre que convocada pelo seu Presidente ou por dois dos seus membros, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo ter uma periodicidade mínima mensal, podendo ser estabelecido um calendário anual.

A Comissão Executiva não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros e dos que votem por correspondência.

As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria simples dos votos, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Finalmente, no que se refere a aumentos do capital social da Sociedade, embora o artigo 456.º do Código das Sociedades estabeleça que o contrato de sociedade pode autorizar o órgão de administração a aprovar aumentos de capital por entradas em dinheiro aumentar o capital, os estatutos da Sociedade não conferem tais poderes ao Conselho de Administração.

7.6. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Artigo 245.º-A, número 1, alínea m) do CVM, aplicável ex vi artigo 245.º-A, número 6 do CVM

É responsabilidade do Conselho de Administração garantir a divulgação de informação financeira idónea que represente fielmente a situação financeira da Empresa em cada momento, no cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis.

No que concerne à qualidade da informação financeira que é alvo de divulgação pública, esta resulta de um processo de *reporting* financeiro que é assegurado pelas áreas centrais de serviços, sujeito a procedimentos e controlos internos do Grupo TAP, sendo monitorizado pelo Conselho de Administração e Comité de Auditoria em Matérias Financeiras do Grupo TAP. Em particular, em relação às contas anuais e semestrais, os documentos são enviados ao Conselho de Administração, que os aprovam, antes de serem divulgados.

Adicionalmente, compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo Conselho de Administração.

7.7. Comissões especializadas no seio do órgão de administração

No âmbito do modelo de *governance* da TAP, importa ainda fazer menção à existência de três comissões especializadas – a Comissão de Estratégia, a Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras e a Comissão de Recursos Humanos – as quais funcionam ao nível da acionista única TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., tendo sido criadas no seio do respetivo órgão de administração.

8. GESTÃO DO RISCO

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A Direção de Auditoria Interna, através da avaliação dos sistemas de controlo interno, tem um papel ativo no desenvolvimento e robustez do processo de gestão de risco, supervisionando a sua efetividade, eficácia e adequação, alinhada com o objetivo da TAP de continuar a desenvolver controlos internos robustos e independentes, de forma a fortalecer a sua cultura de cumprimento e consciencialização regulamentar.

Tendo em conta os inúmeros riscos que podem pôr em causa a atividade da TAP, é fundamental a implementação de sistemas de controlo interno e de gestão de risco adequados que minimizem a exposição da empresa a essas incertezas.

O controlo interno é, assim, um instrumento de melhoria e aperfeiçoamento de processos, baseado nas normas, procedimentos e estruturas da TAP que permite à administração gerir a sua estratégia e objetivos de forma eficiente, otimizando os seus recursos.

O ambiente de controlo da TAP é suportado e inculcido pela gestão de topo, sendo comunicada a todos os colaboradores a importância do cumprimento dos procedimentos instituídos, em linha com elevados padrões de conduta, refletindo um compromisso com os valores éticos, responsabilidades, políticas, normas e procedimentos.

PRINCIPAIS RISCOS

No contexto atual, as organizações encontram-se sujeitas a diversos acontecimentos que as poderão expor a eventos negativos, em termos de imagem ou de valor patrimonial.

Com base nos resultados apresentados no Relatório de Riscos Globais 2019 do Fórum Económico Mundial, foram enumerados diversos riscos que se agruparam em 5 categorias, designadamente, vulnerabilidades económicas, tensões geopolíticas, tensão política e social, fragilidades ambientais e instabilidade tecnológica.

O mercado em que a TAP está presente é diretamente afetado por qualquer uma destas categorias de risco, estando significativamente sujeita aos impactos negativos que deles podem advir.

Vulnerabilidades Económicas

A TAP, ao ter a sua atividade focada na Europa, Brasil, América do Norte e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), está particularmente sujeita a alterações económicas e geopolíticas que envolvam qualquer uma destas regiões, direta ou indiretamente.

Condições económicas desfavoráveis, como elevadas taxas de desemprego, difícil acesso ao crédito, baixas taxas de crescimento do PIB ou mesmo crescimento negativo, taxas de câmbio desfavoráveis ou diminuição da confiança dos consumidores e das empresas, podem ter um efeito negativo na procura por viagens, quer de lazer, quer de negócios, com especial impacto em serviços premium, o que pode afetar de forma significativa as receitas e as margens da Empresa.

A recente saída do Reino Unido da União Europeia, é neste momento, um risco iminente para a estabilidade económica na Europa e com potencial impacto na indústria da aviação.

A TAP também enfrenta vários riscos Financeiros incluindo os associados ao preço do fuel e das licenças de CO2, flutuações de taxas de câmbio, risco de taxa de juro, liquidez, crédito e gestão do capital. Para mais informação sobre riscos financeiros deverá ser consultada a nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas de 2019.

Adicionalmente surtos ou potenciais surtos de doenças tal como o exemplo recente do Coronavírus podem ter um impacto adverso na aviação a nível global. Surtos de doenças podem também resultar em períodos de quarentena do nosso pessoal ou na incapacidade para aceder a instalações ou aos nossos aviões, o que poderá ter consequências adversas na nossa reputação e situação financeira.

Tensões Geopolíticas

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento das tensões geopolíticas entre as principais potências mundiais, não sendo de esperar um abrandamento das mesmas num futuro próximo, sendo certo que a polarização e a má governança levantam sérias questões sobre a saúde política de alguns países, representando um sério risco para a estabilidade a nível mundial.

Um dos fatores de grande exposição da TAP às crises geopolíticas é a volatilidade do preço do combustível que tem impactos significativos nas contas da Empresa. Eventos adversos no médio oriente ou em outras regiões produtoras de petróleo, incluindo a suspensão da produção por qualquer produtor significativo pode resultar em

aumentos substanciais de preços e impactar a disponibilidade futura de combustível, afetando negativamente os nossos custos e, conseqüentemente, o desempenho financeiro

Tensão Política e Social

Muitas vezes a instabilidade geopolítica, é exacerbada pelas próprias tensões políticas domésticas, sendo a polarização das sociedades um dos motores potenciadores dos desenvolvimentos no cenário de riscos globais. Esta instabilidade, pode ter um impacto direto na vontade e disposição para viajar para destinos específicos, como é o exemplo do Brexit, cuja procura de e para o Reino Unido pode ser substancialmente afetada, ou da Venezuela, com a situação atual de crise social e económica, ou de qualquer outro país onde a empresa opere.

Adicionalmente, e uma vez que o nosso negócio assenta numa base de trabalho humano, é de referir que outras questões sociais, como aumentos nos benefícios aos trabalhadores, disputas sindicais, greves ou outras disrupções relacionadas com os trabalhadores podem afetar de forma significativa a operação da empresa.

Instabilidade Tecnológica

De uma perspetiva tecnológica, os ataques cibernéticos apresentam-se como uma preocupação crescente, sendo as fraudes relacionadas com dados e os roubos, riscos com uma probabilidade de ocorrência muito significativa.

A TAP depende de sistemas informáticos para toda a sua operação, incluindo o sistema de vendas, de reservas, de gestão de frota, entre outros. A interrupção ou mau funcionamento dos sistemas de gestão de voo pode provocar uma disrupção da atividade, provocando atrasos, cancelamentos, problemas no planeamento das tripulações, entre tantos outros, que teriam um impacto direto e altamente negativo na nossa atividade. Assim, os custos associados a um ataque cibernético podem incluir valores avultados de compensações a pagar aos clientes, receitas perdidas, litígios e danos reputacionais, o que pode afetar significativamente a confiança dos nossos clientes e investidores.

Fragilidades Ambientais

Os riscos relacionados com o ambiente têm sido dos mais sonantes nos últimos anos, quer seja pela probabilidade de ocorrerem, quer pelo potencial impacto que apresentam.

Neste âmbito, as atividades da Empresa estão sujeitas a inúmeras leis e regulamentos de segurança e proteção ambiental aplicáveis ao transporte aéreo e à manutenção de aeronaves, motores e componentes, cada vez mais rigorosas, principalmente no que diz respeito às emissões de CO2 resultante do uso de combustível pelas aeronaves, o ruído gerado pela atividade, gestão de resíduos e emissão de gases.

Pela natureza do negócio da Empresa, alterações e maiores restrições nestas leis e regulamentos terão um impacto imediato no dia-a-dia operacional e financeiro da TAP.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

O processo metodológico utilizado para antecipar o risco pelas organizações, traduz-se na utilização de um instrumental analítico como o Corporate Risk Management (“CRM”), metodologia através da qual os gestores,

após identificarem os riscos a que estão sujeitas as áreas pelas quais são responsáveis, definem uma estratégia de gestão dos mesmos, que passa por:

- Aceitar - caso o nível de risco monitorizado se encontre no intervalo de variação em conformidade com o estabelecido pela organização;
- Partilhar/Transferir - através da constituição de contratos de seguro ou de outsourcing de funções;
- Mitigar - através de procedimentos que permitam minimizar o impacto, bem como controlar o processo no patamar de risco considerado como aceitável para a organização;

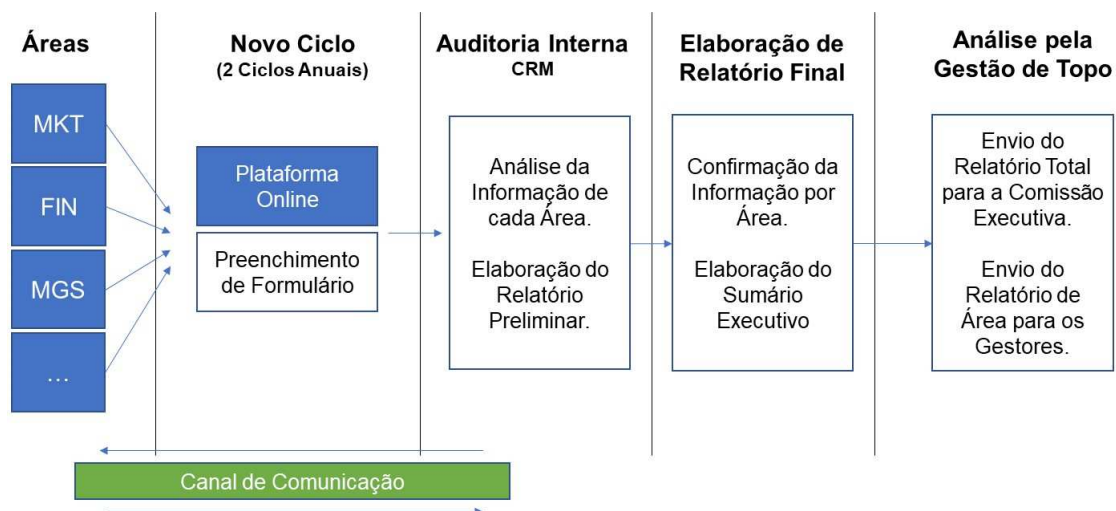
Outra estratégia possível é a de não-aceitação, “no go” do processo ou atuação, sempre que o nível de risco não é adequado à operação pretendida e ao perfil de “apetite” ao risco da organização.

A elaboração do relatório CRM pretende dar execução às indicações fornecidas por normas e processos internacionalmente aceites sobre gestão de risco, de que se salientam a Norma de Gestão de Riscos (2003) da FERMA, o documento “Enterprise Risk Management – An Integrated Framework” (2016) do COSO e a ISO31000:2009, “Risk Management-Principles and Guidelines” e insere-se no âmbito das melhores práticas, que auxiliam as organizações a delegar e coordenar as tarefas essenciais de gestão e de monitorização de riscos. Este documento abrange a realidade da TAP e aplica o instrumental metodológico denominado “Modelo das Três Linhas de Defesa”, decorrente da 8th EU Company Law Directive da ECIIA/FERMA.

O processo de CRM foi iniciado na TAP em 2015, com o objetivo de identificar, avaliar e monitorizar os indicadores relevantes para a gestão, dos principais riscos da Organização, sendo este aplicável a todas empresas do Grupo, diretamente envolvidas na operação e na manutenção da atividade de transporte aéreo.

Em termos de fluxograma do processo de CRM podemos evidenciar as seguintes fases:

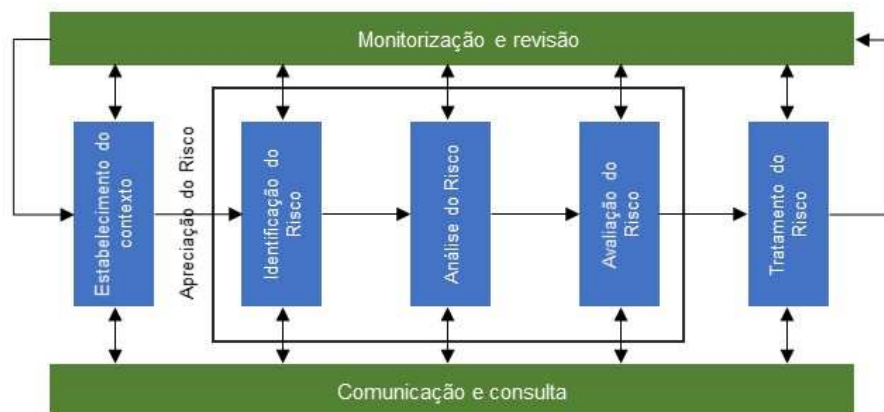
Funcionamento do processo CRM



Subjacente a este ciclo descrito está a sua monitorização e revisão, uma vez que só assim se garante a efetividade do ciclo, e a comunicação e consulta de todos os envolvidos, dado só ser possível uma prevenção e mitigação

efetiva em organizações onde todos se sentem comprometidos com a mitigação do risco, comunicando todas as situações que podem levar a perdas.

Ciclo do Processo de Gestão de Risco (ISO 31000)



Em conjunto com as áreas envolvidas, foi criada uma matriz de tipologia do risco, permitindo uma uniformização da informação na plataforma e garantindo desta forma um processo de análise coerente da informação enviada por parte das áreas, assim como a possibilidade de comparação entre períodos homólogos.

Tipologia de Risco

Interno							Externo	
Risco Jurídico	Risco em Instrumentos Financeiros	Risco Isolado	Risco no Negócio Base	Risco Processos Subsidiários	Riscos Contratuais	Riscos Operacionais	Risco Externo	Riscos de Mercado
Contencioso	Ativos	Compromissos Institucionais	Clientes	Segurança	Corrupção	Incêndio e prevenção	Fenómenos Naturais	Normativo Legal
Fiscal	Fusões / Aquisições	Projetos	Fornecedores	Informáticos	Fraude	Manutenção	Taxas de Câmbio	Evolução do Sector
Organização Comercial	Indemnizações	Responsabilidade Social		Infraestruturas	Garantias de Pagamento	Tecnologias Informação	Parcerias	Atratividade do Mercado
Jurídico	Liquidez	Subsidiárias		Proteção de Dados		Operacional	Impostos	Organização Comercial
Fraude / Corrupção	Preço Combustível			Fusões / Aquisições		Saúde e Segurança Trabalho	Epidemias	Novos Produtos
	Taxas de Câmbio			Indemnizações			Envolvente Social	Novas Tecnologias
	Tesouraria			Fatores Técnicos			Envolvente Económica	Distribuição
							Catástrofes	Concorrência
							Ataque Cibernético	
							Fornecedores	
							Taxa de Juro	
							Infraestruturas Aeroportuárias	
							Segurança (Security Providers)	

RESULTADOS

Em resultado da informação rececionada das áreas da Empresa que contou com o envolvimento da gestão de topo, apresenta-se de seguida o sumário das conclusões em 2019:

Posição	Riscos Internos	2019	2018
1	Operacional	22%	16%
2	Recursos Humanos	10%	12%
3	Proteção de Dados	5%	4%
4	Segurança	5%	5%
5	Fatores Técnicos	5%	3%
6	Instalações	4%	4%

Posição	Riscos Externos	2019	2018
1	Normativo Legal	12%	10%
2	Ataque Cibernético	10%	15%
3	Envolvente Económica	9%	10%
4	Evolução do Sector	8%	8%
5	Fornecedores	8%	5%
6	Parcerias	7%	6%

ANEXOS

I – MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

1. Ações Próprias

(Artigos 66.º, n.º 5, alínea d) e 325.º-A n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2019 a TAP não adquiriu nem alienou ações próprias.

A 31 de dezembro de 2019, a TAP não era detentora de ações próprias.

2. Indicação do número de ações e obrigações detidos por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, e todas as aquisições, oerações ou cessações de titularidade, por qualquer causa, de ações e obrigações da Empresa e de sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo

(Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais)

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Vogal do Conselho de Administração da TAP, adquiriu, em 24 de junho de 2019, um total de 20 (vinte) obrigações, no montante agregado correspondente a € 20.000,00 (vinte mil euros), no âmbito da oferta pública de subscrição de obrigações emitida pela TAP (“Obrigações TAP 2019-2023”), mantendo a 31 de dezembro de 2019 esta posição.

3. Montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade em 2019

(Artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, aplicável por força do artigo 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro)

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade são também membros dos órgãos de administração e de fiscalização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., sendo remunerados pelo desempenho destas funções no âmbito desta última sociedade. Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não recebem uma remuneração adicional pelo desempenho das suas funções noutras empresas do Grupo TAP (incluindo a Sociedade). Existe, porém, uma exceção, relativa ao membro do conselho fiscal da Sociedade, Susana Rodrigues, que não é membro do conselho fiscal da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., tendo sido remunerada pela TAP em 2019 no montante de EUR 49.000.

4. Crédito a entidades participadas e respetivas posições credoras ou devedoras

(Artigo 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de dezembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de dezembro)

Sobre o crédito a entidades participadas e respetivas posições credoras e devedoras deverá ser consultada a nota 39 Partes Relacionadas das demonstrações financeiras individuais.

5. Autorizações concedidas a negócios entre a Sociedade e os seus administradores

(Artigo 66.º n.º 5, alínea e) e 397.º do Código das Sociedades Comerciais)

Os termos ou condições praticadas entre a Sociedade e as partes relacionadas são, substancialmente, idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Sobre os negócios entre a Sociedade e os seus administradores deverá ser consultada a nota 34 das demonstrações financeiras consolidadas.

II – DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 245 DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Transportes Aéreos Portugueses, S.A., abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresa incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Sociedade e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam.

Lisboa, 10 de março de 2020

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Presidente do Conselho de Administração

David Gary Neeleman
Vogal do Conselho de Administração

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

Raffael Guarita Quintas Alves
Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

III – INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Esta secção descreve o desenvolvimento, o desempenho, a posição e o impacto das atividades da TAP em relação a: questões ambientais, sociais e laborais; igualdade de género; não discriminação; respeito pelos direitos humanos e prevenção de suborno e corrupção.

AMBIENTE

Enquanto uma das principais empresas no setor da aviação na Europa, a TAP subescreveu os 3 objetivos globais definidos pela IATA, nomeadamente: i) alcançar uma melhoria média anual de 1,5% em termos de eficiência de combustível (entre 2009 e 2020), ii) estabilizar as emissões de CO₂ nos níveis de 2020 com crescimento neutro de carbono e iii) reduzir efetivamente as emissões líquidas de CO₂ da aviação para 50%, comparativamente com os níveis de 2005, até 2050. Tal deverá ser alcançado através de uma estratégia sustentada em quatro pilares para a proteção ambiental: tecnologia, operações, infraestruturas e medidas baseadas no mercado.

Até ao final de 2019, a TAP já tinha recebido 36 novas aeronaves NEO e até 2025 espera receber um total de 71 novas aeronaves. Estas aeronaves, com novos motores de alta eficiência e aerodinâmica melhorada, permitem uma diminuição significativa do consumo de combustível e das emissões de CO₂ quando comparadas com as versões anteriores.

Em 2019, a TAP juntou-se à BIOREF – Laboratório Colaborativo de Biorefinarias, integrado no Plano Nacional de Promoção de Biorefinarias. Este projeto tem como principal objetivo a diversificação das fontes renováveis nacionais, incluindo o desenvolvimento do *Sustainable Aviation Fuel* (SAF). Desta forma, prevê-se que a SAF esteja disponível em Portugal, o que permitirá à Companhia reduzir ainda mais as suas emissões de CO₂, contribuindo simultaneamente para os objetivos do setor.

Portugal é um Estado aderente da Fase Voluntária (2021-2026) do *Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation* (CORSIA) da *International Civil Aviation Organization* (ICAO), o que significa que a partir de 2021, a TAP terá de adquirir licenças para compensar o crescimento das emissões de CO₂ dos seus voos internacionais. Enquanto companhia aérea de um Estado aderente, as nossas obrigações no âmbito do CORSIA iniciaram-se em 2019-2020, com monitorização obrigatória, reporte e verificação acreditada das suas emissões, as quais irão estabelecer a base para as próximas fases do CORSIA.

A TAP estima que em 2019 o indicador CO₂ (kg) por passageiro tenha diminuído cerca de 3,5% face ao ano anterior (e desde 2015 em cerca de 16,5%).

Ao longo dos anos, a TAP tem acompanhado e implementado várias iniciativas ambientais. Nas instalações de Manutenção & Engenharia, em Lisboa, são seguidos rigorosos requisitos legais e normativos. Algumas das instalações têm uma Licença Ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente, que aplica limites ainda mais rigorosos às atividades neste setor. Estes requisitos são salvaguardados por procedimentos, controlo rigoroso dos dados e várias auditorias ambientais que permitem minimizar progressivamente o risco associado às atividades da Empresa.

No que respeita à gestão de energia e de recursos, em 2019 foi alargado a todo o campus da TAP o programa de auditoria energética, permitindo à Empresa identificar oportunidades de eficiência e resultando numa redução esperada de, pelo menos, 6% do consumo de energia elétrica até 2025.

Relativamente ao uso de plástico a bordo, desde 2018 que a Empresa tem desenvolvido esforços no sentido de encontrar opções reutilizáveis e mais sustentáveis à medida que alguns materiais reutilizáveis, mais leves e idealmente livres de plástico (como talheres, tigelas e copos) se tornem mais amplamente disponíveis. Alguns dos materiais utilizados nos voos já são reutilizáveis e são recolhidos pelos fornecedores em Portugal. A TAP está assim, neste momento, a identificar novas soluções que irão garantir o aumento do uso de produtos mais sustentáveis a bordo, cumprindo as limitações impostas pelo sector e pelas normas alimentares e sanitárias.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Conectar pessoas e comunidades é a essência do negócio da TAP e também parte integrante da sua estratégia de Responsabilidade Social Corporativa (“RSC”). A Empresa está empenhada em criar valor acrescentado para os seus clientes, colaboradores e investidores e em cumprir as suas responsabilidades em relação ao ambiente e à sociedade. Consequentemente, o processo de tomada de decisão na Empresa tem em consideração fatores de sustentabilidade económica, ambiental e social.

A TAP é uma companhia aérea empenhada em operar de forma sustentável e responsável nomeadamente procurando formas inovadoras de ser mais eficiente, reduzindo a sua pegada ambiental e superando as expectativas dos seus clientes, continuando a operar um negócio sustentável ao longo dos ciclos económicos.

A RSC da TAP pretende a valorização das suas pessoas, promovendo uma cultura de partilha e participação estando, ao mesmo tempo, envolvida na intensificação das ações para com a comunidade, incentivando a coesão social. A TAP orgulha-se do seu papel e continua à procura de novas oportunidades na comunidade para expandir a sua ligação com a sociedade em geral.

Os principais objetivos da RSC da TAP são a ligação com o negócio da Companhia com o envolvimento dos seus colaboradores em ações de solidariedade tendo em vista a criação de valor a longo prazo, favorecendo projetos duradouros. Através das iniciativas de RSC da TAP, nomeadamente o Programa *TAP Donate Miles*, leilões solidários, Campanhas & Donativos e iniciativas de voluntariado, promove-se uma forte ligação entre clientes, colaboradores e a Empresa.

No âmbito da RSC, tem-se vindo a promover uma política de apoio às viagens e às bagagens extra através do Programa *TAP Donate Miles*, que permite aos Clientes Miles & Go doar milhas a organizações não-governamentais (ONG’s) qualificadas e a associações de solidariedade social que viajam em missões humanitárias nacionais e internacionais. Desde 2004, mais de 50 organizações beneficiaram da doação de clientes da TAP e de apoios ao transporte de bagagens. O Programa *TAP Donate Miles* apoia atualmente 6 associações de solidariedade social e ONG’s cujas missões a TAP reconhece e apoia em áreas de Saúde, Educação e Empreendedorismo Social em Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, entre outros destinos TAP. Em 2019, com o Programa *TAP Donate Miles*, um total de 13,1 milhões de milhas foram doadas e 197 bilhetes foram emitidos. As associações beneficiaram ainda de 74 bagagens extra e 61 volumes de carga gratuitos, suportados pela TAP.

O Programa *TAP Donate Miles* foi atualizado com milhas adicionais e novos mercados (no Brasil e em África) e em 2020 novas entidades e causas vão juntar-se ao programa, com uma doação inicial de 500.000 milhas da TAP para 3 novas instituições eleitas.

Ao longo do ano, a TAP promoveu três leilões solidários com material aeronáutico descontinuado devido ao

processo de *retrofit* das aeronaves, cujo total angariado foi para três instituições com foco na defesa dos direitos humanos, no apoio aos jovens com deficiência e na população idosa institucionalizada.

Foram também promovidas internamente campanhas e donativos, onde destacamos o apoio a Moçambique e às vítimas do ciclone Idai. O ano de 2019 foi também o de estreia do movimento *Giving Tuesday* em Portugal, com a TAP a promover cinco iniciativas sociais empresariais. Adicionalmente, a TAP doou 3.360 cobertores a 9 associações de solidariedade social e, com o apoio da comunidade social, a TAP ofereceu ainda 11.449 frutas e 11.253 lanches, dos seus pontos de venda internos de alimentação e bebidas, a associações de crianças e jovens.

Em 2019, decorreram quatro iniciativas de voluntariado diferentes, promovidas por entidades parceiras da TAP e com a participação de colaboradores da TAP e das suas famílias, que incluíram apoio aos sem-abrigo, atividades de surf para deficientes e proteção da natureza.

Outra forma de prestar apoio e ligação às pessoas para fins humanitários e de saúde é o protocolo da TAP com a Pediatria de Lisboa do Instituto Português de Oncologia, permitindo 12 viagens anuais para crianças e jovens que estão em tratamento, provenientes dos países africanos de língua portuguesa.

A TAP está comprometida em liderar o caminho para um futuro mais limpo, prestável e colaborativo e a transmitir o valor social da Empresa, conciliando a sua atividade operacional com iniciativas sem fins lucrativos.

COLABORADORES

Ao longo de 2019, foram realizadas várias ações de comunicação direta com trabalhadores, bem como com todas as organizações sindicais e a Comissão dos Trabalhadores, tendo sido definidos como temas críticos para a discussão a não discriminação (género, raça, nacionalidade, idade, etc.) bem como a defesa dos direitos humanos dentro e fora da nossa organização.

De acordo com a política destinada a garantir o cumprimento da sua Responsabilidade Social, a TAP é guiada pelos seguintes princípios:

- Proporcionar condições de desenvolvimento profissional e de empregabilidade aos seus Colaboradores;
- Assumir um relacionamento com os Colaboradores e respetivas organizações representativas segundo princípios éticos e de respeito mútuo;
- Promover o equilíbrio entre a vida familiar e profissional;
- Adotar princípios de transparência na gestão da Empresa e na relação com a sociedade;
- Respeitar os princípios fundamentais de Direitos Humanos e Práticas Laborais do *UN Global Compact*.

No contexto acentuadamente competitivo em que desenvolve a sua atividade, a TAP pretende a valorização das suas pessoas, promovendo uma cultura de partilha e participação enquanto, paralelamente, se envolve na intensificação de ações para com a Comunidade, incentivando a coesão social.

A Indústria exige, assim, níveis crescentes de capacidade técnica e uma atitude adequada, sendo estes requisitos decisivos para satisfazer os níveis de competitividade e qualidade necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade do negócio. Consequentemente, o investimento da TAP destina-se ao desenvolvimento dos seus Colaboradores para permitir a criação de valor, refletida na melhoria das condições de trabalho proporcionadas,

fomentando e apoiando a compatibilidade da vida profissional e pessoal, e promovendo e motivando uma atitude vencedora e realização pessoal.

De referir, igualmente, no mesmo âmbito, a aplicação de um conjunto de valores na área dos direitos humanos (Princípios 1 e 2 do *UN Global Compact*) e dos padrões do trabalho (Princípios 3 a 6 do *UN Global Compact*), vetores fundamentais da personalidade empresarial que a TAP apoia e defende na sua esfera de atuação e de influência.

Com a adesão, em 2004, aos princípios do *UN Global Compact*, a TAP tem vindo a testemunhar e a conviver com as preocupações relacionadas com os direitos humanos e com as práticas laborais, consignando-as nos seus valores.

Indicadores representativos dos objetivos da Empresa na perspetiva Social

Objetivos	Indicadores	2018	2019
Promover Envolvimento com a Empresa	Taxa de Absentismo	5,8%	5,7%
Disponibilizar serviços e apoios de natureza social e cultural aos Colaboradores que contribuam para melhorar as condições de trabalho e facilitar a compatibilização	Nº crianças que utilizam o infantário	265	246
	Nº beneficiários do Seguro de saúde do Grupo ¹⁾	24.636	25.581
Promover e apoiar iniciativas de carácter social	Realização de Estágios na Empresa	186	167

1) Valores relativos ao Grupo TAP

Perfil dos Colaboradores

Principais indicadores dos Colaboradores a 31 de dezembro 2019:

Principais Indicadores	2019
Total de Colaboradores Ativos	9.006¹⁾
Género	
Feminino	42%
Masculino	58%
Função	
Pessoal Terra	46%
Pessoal Navegante Comercial (PNC)	39%
Pessoal Navegante Técnico (PNT)	15%

1) 4% dos Colaboradores distribuídos pelos mercados internacionais onde a Companhia opera

Género por Função	Nº de Colaboradores	%
Portugal	8.650	
Pessoal Terra	3.827	100,0%
Feminino	1.356	35,4%
Masculino	2.471	64,6%
Pessoal Navegante Comercial (PNC)	3.476	100,0%
Feminino	2.212	63,6%
Masculino	1.264	36,4%
Pessoal Navegante Técnico (PNT)	1.347	100,0%
Feminino	59	4,4%
Masculino	1.288	95,6%
Estrangeiro	356	
Pessoal Terra	356	100,0%
Feminino	179	50,3%
Masculino	177	49,7%
Total	9.006	100,0%
Feminino	3.806	42,3%
Masculino	5.200	57,7%

Gestão de Capital Humano – Práticas Laborais

Nesta área a TAP tem vindo a implementar diversas políticas de valorização dos seus recursos humanos.

Diferenciação pela Atitude

Assumindo e reconhecendo a dualidade de objetivos que pautam os contextos de atuação organizacional pessoais e organizacionais, a TAP legitima a necessidade de alinhamento entre ambos, procurando o equilíbrio entre o sucesso profissional dos seus Colaboradores e, simultaneamente, a competitividade, sustentabilidade e excelência no negócio. Deste modo, tendo por base um modelo de gestão participativa e de reconhecimento pessoal, o desenvolvimento sustentável é potenciado através de um melhor desempenho e contribuição dos Colaboradores da Empresa para a competitividade e para os melhores resultados. As práticas de Recursos Humanos estão claramente alinhadas com a estratégia da Empresa contribuindo, desta forma, para atingir os seus objetivos globais, numa lógica de potenciar a credibilidade da marca TAP. Neste contexto, considerando a importância de um capital humano especializado e competente, a TAP orienta a sua estratégia de Recursos Humanos em função de uma maior valorização, motivação e reconhecimento dos seus Colaboradores.

Promoção do mérito

A avaliação de desempenho, a gestão de política retributiva e a análise e qualificação de funções são práticas conduzidas pela Empresa e que visam:

- Reconhecer o mérito dos seus Colaboradores, permitindo acompanhar a sua progressão profissional e avaliar o seu contributo para a Empresa;
- Acompanhar a competitividade externa e a equidade interna das remunerações, privilegiando a equidade interna, o desempenho e o valor de mercado das funções e comparar funções de natureza distinta, indicando onde se situam as diferenças;
- Avaliar a justiça relativa da retribuição dentro da Empresa, bem como o nível de competitividade externa da mesma.

Os programas motivacionais e de promoção de mérito integram, também, as práticas e processos de gestão que a TAP incentiva e que contribuem para o reconhecimento, para a satisfação e o para o empenho dos Colaboradores em atingir os objetivos organizacionais. Entre outros, são de destacar:

- Programa 100% Presente
Reconhecer de forma simbólica os Colaboradores que não tiveram qualquer registo de absentismo nos últimos quatro anos. Trata-se de uma iniciativa anual, que é assinalada com a oferta de um “TAP Buddy” extra com validade de 1 ano, para proporcionar uma facilidade de passagem na companhia.
- Os Meus 20 Anos TAP
Pretende homenagear aqueles que têm vindo a co-construir a Empresa, agradecendo a quem trabalha com a Empresa há 20 anos, numa cerimónia que homenageia o esforço e dedicação ao longo desse tempo.
- TAP Stars
O programa TAP Stars permite que todos os colaboradores do Grupo TAP possam reconhecer um colega, independentemente da hierarquia ou direção, pelo seu bom trabalho e atitude excecionais. Cada colaborador pode atribuir até 12 Estrelas por ano civil (1 estrela por mês), em 4 categorias de reconhecimento: Disponibilidade; Excelência; Atitude Positiva e Inovação/Criatividade. Incentiva-se desta forma, os colaboradores TAP a um melhor desempenho e atitude positiva no trabalho.

Promoção da valorização individual – Desenvolvimento pessoal e profissional

A formação e o desenvolvimento dos Colaboradores constitui-se como uma preocupação e uma prática constante e determinante para o sucesso da Empresa, estando alinhada com a política de valorização interna dos recursos humanos e com a estratégia da organização, sendo definida em função das necessidades individuais bem como da Empresa. Desta forma, a empresa cria compromisso, competência e contribuição para a organização, ao mesmo tempo que potencia a valorização pessoal e profissional dos colaboradores.

Neste sentido, a TAP dispõe de um centro de formação próprio e de uma equipa multidisciplinar de profissionais especializados e credenciados, em que privilegia a utilização de formadores internos (dado o seu know-how especializado e qualificado para a atividade aeronáutica em que, para além de instrutores, atuam como mentores e *coachs* dos colaboradores mais novos), intervindo a partir de uma formação ajustada em permanente atualização profissional e atuando em diversas áreas de competências.

Saúde e Segurança no trabalho

O seguro de saúde para trabalhadores, extensível a familiares, e a existência de uma clínica médica no Campus TAP, a UCS Unidade de Cuidados de Saúde, com 96 profissionais, representam importantes apoios à conciliação família/trabalho, permitindo aos Colaboradores TAP ter acesso a cuidados de saúde de forma cómoda e facilitada pela proximidade do local de trabalho. A UCS atua na prestação de cuidados de saúde em ambulatório, na certificação médica aeronáutica e na saúde, higiene e segurança no trabalho, quer na sede em Lisboa, quer nas suas delegações. Fora deste horário, a TAP dispõe de um serviço de assistência médica ao domicílio (EcoSalva) para Colaboradores, extensível aos familiares.

No âmbito da saúde e bem-estar, a TAP preocupa-se, também, em promover uma vida saudável entre os seus Colaboradores, sendo de destacar as iniciativas seguintes:

- Programa Saúde Mais, reconhecido e apoiado pela Direção Geral de Saúde, que contempla ações de sensibilização, prevenção e diagnóstico precoce, rastreios gratuitos, bem como planos de acompanhamento na gravidez e cursos de preparação para o parto;
- Ginásio localizado no Campus TAP, praticando tarifas reduzidas para os Colaboradores; Circuitos pedonais internos que possibilitam a prática de exercício físico;
- Programa Prevenir, de Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool, Drogas e Tabaco, orientado para a prevenção e controlo do consumo de Álcool, Drogas e Tabaco e desabituação tabágica que, atendendo aos riscos que o consumo abusivo de álcool e o consumo de drogas acarretam para a saúde dos Colaboradores e para a segurança de pessoas e bens, procura ir ao encontro dos mais elevados padrões de segurança da indústria aeronáutica.

Equilíbrio entre a vida pessoal e profissional

Para além de todas as suas práticas e iniciativas no sentido de fomentar a exequibilidade dos objetivos e estratégias traçadas pela TAP surgem, em paralelo, práticas e ações visando potenciar o equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional do Colaborador e o seu bem-estar agregando, desta forma, valor para o negócio. Surgem, neste âmbito, as seguintes iniciativas:

- Teletrabalho: a TAP apoia o trabalho no domicílio, assegurando os níveis de produtividade desejados e permitindo maior suporte no apoio à família. Em 2019, oito colaboradores usufruíram da flexibilidade deste regime de trabalho;
- Flexibilidade de horário: a Empresa proporciona horário flexível até 20% do tempo de trabalho, sendo esta possibilidade aplicável a grande parte dos colaboradores, com exceção das áreas operacionais ou com trabalho em regime de turnos;
- Transporte de autocarro: a TAP disponibiliza um transporte gratuito de autocarro, entre as instalações e o centro da cidade, em períodos fora do horário dos transportes públicos facilitando, desta forma, a deslocação de e para o local de trabalho dos colaboradores laborando em regime de turnos.

Benefícios

A pensar na motivação, segurança e qualidade de vida dos seus Colaboradores e familiares, a Empresa concede diversos benefícios sociais habituais no setor nomeadamente apoio social, infantário, refeitório e seguro de saúde. A TAP tem também celebrado inúmeros protocolos com diversas entidades, trazendo vários benefícios e descontos aos seus Colaboradores e familiares. Outro importante benefício de que todos os Colaboradores com mais de 6 meses de antiguidade beneficia são as facilidades de passagens aéreas: a concessão de facilidades de passagens com tarifas gratuitas ou com descontos especiais, condicionada à disponibilidade de lugares não vendidos, para o Colaborador bem como para familiares e amigos (com certas condições).

Diversidade e Igualdade de Género

Num reconhecimento da importância da diversidade e igualdade de género, a TAP destaca a relevância de cada Colaborador na cadeia de valor, pelo que reforça o seu compromisso de cidadania, responsabilidade social e crescimento sustentável, ao aplicar as melhores práticas. Neste sentido, a TAP investe na promoção da inclusão no local de trabalho, independentemente do género, idade, raça, religião, deficiência e/ou orientação sexual individual, garantindo a todos os trabalhadores equidade e igualdade de condições e oportunidades que promovem a não discriminação e a diversidade na organização.

Entre outras, a TAP promove:

- A multiculturalidade, que na TAP se reflete na integração nos seus quadros de 30 nacionalidades distintas;
- A igualdade de género, em que é privilegiada a diversidade do género mesmo em funções usualmente exercidas pelo sexo masculino. O quadro de pessoal da TAP regista a existência de pessoas do sexo feminino nas seguintes funções: piloto (cerca de 60, das quais 17 exercem função de comandante); técnicas de manutenção de aeronaves (33). Adicionalmente, refira-se que de um total de 3.846 mulheres, 2.138 possuem formação superior (cerca de 56%); e de cerca de 723 colaboradores com funções de chefias/supervisores, 236 são mulheres;
- A Inserção de pessoas com deficiências no meio empresarial, como resultado da celebração de protocolos com várias instituições de apoio social, em funções adaptadas às necessidades especiais de cada um, empregando em Portugal cerca de 98 colaboradores com grau de incapacidade/deficiência.

RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

Na sua gestão dos Recursos Humanos, a TAP é particularmente rigorosa na observação de todas as normas legais e convencionais que regulam as relações laborais, e respeita os princípios fundamentais dos Direitos Humanos e das Práticas laborais do *UN Global Compact*, como descrito no secção de “COLABORADORES” acima.

PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E SUBORNO

Uma boa conduta corporativa contribui não só para o reforço da reputação da Empresa, como também é responsável pelo desenvolvimento de elevados níveis de confiança entre os diferentes *stakeholders*, sendo altamente valorizado pelos clientes e parceiros de negócio da TAP e pela sua integração e aceitação social, que são todos elementos com impacto positivo na sustentabilidade da TAP. Considerando que estes aspetos podem ser salvaguardados, é fundamental que as ações dos colaboradores da TAP sejam orientadas pelo sentido de responsabilidade no cumprimento das regras, valores e princípios e por práticas eticamente corretas, que devem ser observadas, defendidas e cumpridas por todos, tal como definidas no Código de Ética e Boa Conduta Empresarial da TAP.

Dada a crescente preocupação da TAP com todas as questões relacionadas com a ética e com o cumprimento das diretrizes internacionais que visam mitigar riscos de corrupção e branqueamento de capitais, entre outros, foi criada uma área de Ética & *Compliance* Jurídico, no âmbito do departamento jurídico, com a responsabilidade pela conformidade da TAP com os princípios descritos no Código de Ética e Boa Conduta Empresarial da Empresa, que refletem as referidas orientações internacionais, contribuindo para fortalecer a conduta empresarial da TAP e manutenção da boa reputação da Empresa no mercado.

IV - GLOSSÁRIO

Ajustado pela etapa média: Utiliza-se os indicadores CASK, PRASK ou Yield ajustados pela etapa média para permitir comparações entre companhias aéreas com diferentes perfis de rede. Para este efeito, o CASK, PRASK ou Yield são normalizados pela etapa média (distância do voo) através da multiplicação pela raiz quadrada da divisão da etapa média pelo valor de normalização de 2.000 km.

ASK: Available seat kilometer/ Lugar-quilómetro; número total de lugares disponíveis para venda multiplicado pelo número de quilómetros voados.

Block Hours: Número de horas entre partida e chegada de um voo, medido o tempo a partir do momento em que são retirados ou colocados os calços.

CASK: Custos operacionais totais divididos por lugar-quilómetros (ASK), ajustados pela etapa média.

CASK excluindo fuel (CASK ex-fuel): Custos operacionais totais excluindo custos de fuel divididos por lugar-quilómetros (ASK), ajustados pela etapa média.

CASK fuel: Custos com combustível divididos por lugar-quilómetros (ASK), ajustados pela etapa média.

Code-Share: Acordo entre duas companhias a operar em parceria, mediante a qual oferecem serviços no mesmo avião, mantendo os respetivos códigos IATA, números de voo e marcas.

D15 NPS: Net Promoter Score considerando apenas os voos com partida até 15 minutos depois da hora programada.

EBITDAR: Resultado Operacional + Rendas de aeronaves + Depreciação, amortização e perdas por imparidade.

Hub: Termo utilizado para designar a base operacional de uma companhia aérea, em que chegadas e partidas são coordenadas, por forma a reduzir ao máximo, o tempo de trânsito.

IATA: International Air Transport Association.

Load Factor: Número total de RPK dividido pelo número total de ASK.

Net Promoter Score (NPS): Metodologia que mede o grau de fidelização dos consumidores de qualquer tipo de empresa.

PRASK: Receita de passagens dividida pelo número total de Lugar-quilómetros (ASK), ajustada pela etapa média.

Pontualidade: Standard da Indústria, medida pela percentagem do número de voos com partidas até 15 minutos após a hora da partida publicada em horário.

Regularidade: Percentagem de voos efetivamente realizados, do total de voos planeados.

RPK: Revenue passenger kilometer / Passageiro-quilómetro; número total de passageiros multiplicado pelo número de quilómetros voados.

Shop Visit: Evento de manutenção de um motor em oficina.

Wet-lease: Contrato em que uma companhia aérea disponibiliza o avião, a tripulação completa, efetua a manutenção e suporta o seguro do avião (ACMI – Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance), recebendo, em contrapartida, o pagamento pelas horas operadas. A companhia que contrata esse serviço suporta os restantes custos como combustíveis, taxas aeroportuárias e reservas.

Yield: Receita de passagens dividida pelo número total de passageiro-quilómetros (RPK), ajustada pela etapa média.

YoY: Year over Year, ou seja, uma variação face ao período homólogo do ano anterior.

V – CONFERENCE CALL SOBRE OS RESULTADOS

A *conference call* sobre os Resultados de 2019 terá lugar em 11 de março de 2020, às 14:00 (hora de Portugal/Reino Unido). Para aceder à *conference call* deverá registar-se previamente através do seguinte link:

www.incommuk.com/customers/tap2019earningscall

VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2019

TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, S.A.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA 2019 E 2018.....	5
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 2019 E 2018.....	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA 2019 E 2018	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	9
1. Atividade económica do Grupo TAP S.A.	9
2. Resumo das principais políticas contabilísticas	14
2.1. Bases de apresentação	14
2.2. Comparabilidade	15
2.3. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes	18
2.4. Perímetro de consolidação.....	22
2.4.1. Subsidiárias.....	22
2.5. Relato por segmentos	24
2.6. Conversão câmbial	24
2.6.1. Moeda funcional e de apresentação	24
2.6.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira.....	25
2.7. Ativos fixos tangíveis.....	25
2.8. Propriedades de investimento.....	26
2.9. Ativos intangíveis	26
2.10. Imparidade em ativos não financeiros.....	27
2.11. Ativos financeiros.....	27
2.12. Instrumentos Financeiros derivados	29
2.13. Ativos e passivos ao justo valor	31
2.14. Imposto sobre o rendimento.....	31
2.15. Inventários.....	32
2.16. Clientes e outras contas a receber.....	32
2.17. Caixa e seus equivalentes	32
2.18. Capital social.....	32
2.19. Passivos remunerados.....	33
2.20. Encargos financeiros com empréstimos	33
2.21. Provisões	33
2.22. Benefícios pós-emprego aos colaboradores.....	34
2.23. Outras contas a pagar.....	35
2.24. Subsídios	35
2.25. Locações.....	35
2.26. Distribuição de dividendos	37
2.27. Rédito.....	37
2.28. Especialização dos exercícios	38
2.29. Ativos e passivos contingentes	38
2.30. Itens não recorrentes	39
2.31. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	39
2.32. Eventos subsequentes.....	40
2.33. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes.....	40
3. Políticas de gestão do risco financeiro	42
4. Ativos fixos tangíveis.....	52
5. Propriedades de investimento.....	56
6. Ativos intangíveis	57
7. Participações financeiras	57
8. Outros ativos financeiros.....	58
9. Ativos e passivos por impostos diferidos	59
10. Outras contas a receber.....	61
11. Inventários.....	64
12. Imposto sobre o rendimento a receber/pagar	64
13. Outros ativos correntes	65
14. Caixa e equivalentes de caixa.....	66
15. Capital próprio.....	66
16. Provisões	68
17. Passivos remunerados e Passivos de locação com e sem opção de compra	69
18. Reconciliação dos fluxos de caixa de financiamento	73

19.	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	73
20.	Outras contas a pagar.....	81
21.	Documentos pendentes de voo.....	82
22.	Outros passivos correntes.....	83
23.	Rendimentos e ganhos operacionais	84
24.	Gastos operacionais por naturezas.....	85
25.	Gastos com o pessoal.....	87
26.	Imparidade de contas a receber, inventários e provisões	88
27.	Outros gastos.....	89
28.	Reestruturação.....	89
29.	Outros itens não recorrentes.....	89
30.	Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	90
31.	Resultados financeiros.....	91
32.	Impostos sobre o rendimento do exercício.....	91
33.	Relato por segmentos.....	92
34.	Partes relacionadas	93
35.	Contingências	96
36.	Ativos e passivos Financeiros.....	97
37.	Compromissos	98
38.	Resultados por ação	99
39.	Eventos subsequentes.....	99
40.	Custos com revisão legal de contas.....	100

**DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Valores em Euros	Nota	2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3.026.328.568	521.036.349
Propriedades de investimento	5	2.148.564	1.925.764
Ativos intangíveis	6	25.376.777	11.245.385
Participações financeiras	7	172.310	172.310
Outros ativos financeiros	8	481.040	481.040
Outros ativos não correntes	13	16.207.546	-
Ativos por impostos diferidos	9	110.977.269	91.040.705
Outras contas a receber	10	116.269.240	61.136.878
		3.297.961.314	687.038.431
Ativo corrente			
Inventários	11	100.329.977	63.944.563
Outras contas a receber	10	1.288.115.891	1.154.621.266
Imposto sobre o rendimento a receber	12	539.123	8.329.644
Outros ativos financeiros	8	4.880.346	13.224.721
Outros ativos correntes	13	34.683.915	52.102.695
Caixa e seus equivalentes	14	426.290.329	223.714.593
		1.854.839.581	1.515.937.482
Total do ativo		5.152.800.895	2.202.975.913
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital	15	41.500.000	41.500.000
Prestações suplementares	15	154.353.400	154.353.400
Reserva legal	15	8.300.000	8.300.000
Reservas de justo valor	15	16.417.199	(29.132.283)
Outras reservas	15	(200.588)	(200.588)
Resultados transitados	15	9.804.345	(11.956.732)
Resultado líquido do exercício do Grupo		(95.637.433)	(58.065.358)
Total do capital próprio do Grupo		134.536.923	104.798.439
Interesses minoritários	15	-	-
Total do capital próprio		134.536.923	104.798.439
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	9	59.837.627	18.760.179
Pensões e outros benefícios pós-emprego	19	96.356.353	86.212.751
Provisões	16	77.784.854	12.214.655
Passivos remunerados	17	957.948.155	493.673.196
Passivo locação com opção de compra	17	239.007.723	101.619.838
Passivo locação sem opção de compra	17	1.851.992.700	-
Outras contas a pagar	20	-	49.741.211
		3.282.927.412	762.221.830
Passivo corrente			
Passivos remunerados	17	125.454.332	150.296.929
Passivo locação com opção de compra	17	35.885.034	30.349.867
Passivo locação sem opção de compra	17	426.685.786	-
Outras contas a pagar	20	571.718.616	667.492.728
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	12	17.430	19.326
Outros passivos correntes	22	94.812.885	94.331.082
Documentos pendentes de voo	21	480.762.477	393.465.712
		1.735.336.560	1.335.955.644
Total do passivo		5.018.263.972	2.098.177.474
Total do capital próprio e passivo		5.152.800.895	2.202.975.913

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA 2019 E 2018

Valores em Euros	Nota	2019	2018
Rendimentos e ganhos operacionais			
Receita			
Passagens	23	2.914.005.095	2.782.440.616
Manutenção	23	211.289.251	228.169.834
Carga e correio	23	137.392.757	134.684.113
Outros rendimentos	23	36.066.423	31.938.835
		3.298.753.526	3.177.233.398
Gastos e perdas operacionais			
Combustível para aeronaves	24	(789.677.244)	(798.623.576)
Custos operacionais de tráfego	24	(807.340.162)	(939.590.284)
Rendas de aeronaves	24	-	(151.978.065)
Gastos com manutenção de aeronaves	24	(56.127.269)	(89.930.145)
Custo dos materiais consumidos	24	(141.326.887)	(166.035.350)
Custos comerciais, marketing e comunicação	24	(153.171.796)	(186.503.880)
Custos com o pessoal	25	(678.635.700)	(607.776.723)
Imparidade de contas a receber, inventários e provisões	26	4.649	(7.001.719)
Outros gastos	27	(144.068.232)	(141.185.691)
Reestruturação	28	(4.983.097)	(24.650.606)
Outros itens não recorrentes	29	(501.098)	(20.140.374)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	30	(475.745.165)	(70.706.112)
Resultados operacionais		47.181.525	(26.889.127)
Juros e rendimentos similares obtidos	31	33.820.521	36.911.444
Juros e gastos similares suportados	31	(185.431.144)	(43.222.335)
Diferenças de câmbio líquidas	31	(21.283.835)	(49.073.869)
Resultados antes de impostos		(125.712.933)	(82.273.887)
Imposto sobre o rendimento	32	30.075.500	24.208.529
Resultado líquido do exercício		(95.637.433)	(58.065.358)
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP, SA		(95.637.433)	(58.065.358)
Resultado líquido atribuível aos interesses não controláveis		-	-
Resultados por ação			
Resultados básicos e diluídos por ação	38	(11,5)	(7,0)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 2019 E 2018

Valores em Euros	Nota	2019	2018
Resultado líquido		(95.637.433)	(58.065.358)
Elementos que poderão vir a ser reclassificados subsequentemente por resultados:			
Ganhos e perdas em instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	24	65.289.101	(41.322.387)
Imposto diferido de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	10	(19.739.619)	12.190.104
Elementos que não serão reclassificados por resultados:			
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego	19	(17.575.097)	(16.989.154)
Imposto diferido de remensurações	10	6.458.481	5.011.801
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		34.432.866	(41.109.636)
Rendimento integral do exercício		(61.204.567)	(99.174.994)
Atribuível a:			
Acionistas da TAP SA		(61.204.567)	(99.174.994)
Interesses não controlados		-	-
		(61.204.567)	(99.174.994)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2019.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
DE 1 DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

	Nota	Capital	Prestações suplementares	Reserva legal	Reservas de justo valor	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal	Interesses não controlados (Nota 15)	Total
Valores em Euros											
Capital próprio em 1 de janeiro de 2018		41.500.000	154.353.400	8.300.000	-	(200.588)	(70.390.762)	100.411.383	233.973.433	-	233.973.433
Aplicação do resultado líquido do exercício 2017		-	-	-	-	-	100.411.383	(100.411.383)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(30.000.000)	-	(30.000.000)	-	(30.000.000)
Remensurações*	11 e 19	-	-	-	-	-	(11.977.353)	-	(11.977.353)	-	(11.977.353)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados*	11 e 24	-	-	-	(29.132.283)	-	-	-	(29.132.283)	-	(29.132.283)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(58.065.358)	(58.065.358)	-	(58.065.358)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2018		41.500.000	154.353.400	8.300.000	(29.132.283)	(200.588)	(11.956.732)	(58.065.358)	104.798.439	-	104.798.439
Alteração de política contabilística - adoção IFRS 16*	2.2	-	-	-	-	-	90.943.051	-	90.943.051	-	90.943.051
Aplicação do resultado líquido do exercício 2018		-	-	-	-	-	(58.065.358)	58.065.358	-	-	-
Remensurações*	11 e 19	-	-	-	-	-	(11.116.616)	-	(11.116.616)	-	(11.116.616)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados*	11 e 24	-	-	-	45.549.482	-	-	-	45.549.482	-	45.549.482
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(95.637.433)	(95.637.433)	-	(95.637.433)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2019		41.500.000	154.353.400	8.300.000	16.417.199	(200.588)	9.804.345	(95.637.433)	134.536.923	-	134.536.923

* Montantes líquidos de impostos diferidos, quando aplicável

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA 2019 E 2018

Valores em Euros	Nota	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3.499.487.705	3.364.357.295
Pagamentos a fornecedores		(2.510.312.615)	(2.766.811.521)
Pagamentos ao pessoal		(626.486.259)	(567.176.507)
Pagamentos de rendas de locação de curto prazo e baixo valor		(7.407.952)	-
Fluxos gerados pelas operações		355.280.879	30.369.267
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		271.855	(14.903.006)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		(18.468.931)	(7.978.494)
Fluxos das atividades operacionais (1)		337.083.803	7.487.767
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros	9	133.095.264	66.543.254
Ativos fixos tangíveis		23.300.712	44.586.526
Subsídios de investimento		-	256.530
Empréstimos concedidos		824.730.000	793.950.596
Juros e proveitos similares		33.291.836	35.663.848
		1.014.417.812	941.000.754
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros	9	(150.355.288)	(7.497.818)
Ativos fixos tangíveis		(132.468.189)	(124.887.681)
Ativos intangíveis		(21.700.983)	(7.345.321)
Empréstimos concedidos		(844.595.000)	(793.835.000)
		(1.149.119.460)	(933.565.820)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(134.701.648)	7.434.934
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	17	702.045.778	70.000.000
Passivo locação com opção de compra	17	77.014.133	96.397.383
		779.059.911	166.397.383
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	17	(249.816.467)	(7.500.000)
Passivo locação com opção de compra	17	(38.795.503)	(45.471.784)
Passivo locação sem opção de compra		(296.742.165)	-
Juros e custos similares		(58.130.505)	(30.195.851)
Juros de passivo locação sem opção de compra		(119.769.279)	-
Dividendos		-	(30.000.000)
		(763.253.919)	(113.167.635)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		15.805.992	53.229.748
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		218.188.147	68.152.449
EFETO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		(5.286.494)	(11.891.274)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	14	213.354.955	157.093.780
FUSÃO DA APTOURS	1	33.721	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	14	426.290.329	213.354.955

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. Atividade económica do Grupo TAP S.A.

O Grupo TAP, constituído pela Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP S.A.”) e sua subsidiária, TAP Logistics Solutions, S.A. (o “Grupo TAP” ou o “Grupo”) tem a sua sede no Aeroporto de Lisboa e dedica-se à exploração do setor de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, execução de trabalhos de manutenção e engenharia para a sua frota e para terceiros, prestação de serviços de assistência em escala ao transporte aéreo.

O Grupo presta serviços em Portugal, Continental e Regiões Autónomas, Europa, África, Atlântico Norte, Atlântico Médio, Atlântico Sul e Médio Oriente. O Grupo tem 21 representações em países estrangeiros e 4 em Portugal.

Sede Social Aeroporto de Lisboa, Edifício 25

Capital Social 41.500.000 Euros

N.I.P.C. 500 278 725

A TAP S.A. encontra-se filiada na IATA – *International Air Transport Association*.

A responsabilidade do Grupo por danos resultantes da sua atividade de transporte aéreo é limitada aos termos precisos que vigoram para os voos internacionais, ao abrigo das convenções a que o Estado Português está, ou venha a estar, vinculado.

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP (“Processo de Reprivatização”), foi celebrado no dia 24 de junho de 2015, entre a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”) (como vendedora), a DGN Corporation (“DGN”) e a HPGB, SGPS, S.A. (“HPGB”) (como proponentes) e a Atlantic Gateway, SGPS, S.A. (“Atlantic Gateway”, que atualmente adotou o tipo de sociedade por quotas) (como compradora), o “Acordo de Venda Direta” da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”), o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, com a transmissão, pela Parpública a favor da Atlantic Gateway, de 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Para além do “Acordo de Venda Direta” já referido, importa ainda destacar, de entre os vários instrumentos contratuais também assinados em 24 de junho de 2015, o “Acordo de Compromissos Estratégicos” celebrado entre o Estado Português, a Parpública, a TAP SGPS, a TAP S.A., a DGN, a HPGB e a Atlantic Gateway, nos termos do qual as partes estabelecem os termos e condições gerais para a implementação do projeto estratégico, apresentado no âmbito do Processo de Reprivatização e a Atlantic Gateway, a HPGB, a DGN e a TAP S.A. assumem, perante o Estado e a Parpública, determinados compromissos estratégicos, entre os quais a promoção do *hub* nacional e a manutenção da sede da TAP S.A. e da Portugalia – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugalia” ou “PGA”) em Portugal.

Em 12 de novembro de 2015, com a aquisição pela Atlantic Gateway das ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, entre outros instrumentos contratuais celebrados, importa destacar o “Acordo Relativo à Estabilidade

Económico-Financeira da TAP”, entre a Parpública, a Atlantic Gateway, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugaláia, pelo qual a Atlantic Gateway, como compradora, e a TAP S.A. e a Portugaláia, como mutuárias, assumiram determinado tipo de obrigações relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo TAP.

No âmbito do processo de notificação à Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) da transação concluída em 12 de novembro de 2015, que conduziu à aquisição, pela Atlantic Gateway, de ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, importa destacar que, por deliberação de 19 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da ANAC impôs um conjunto de medidas cautelares ao Grupo TAP. Este processo junto da ANAC ficou, no entanto, concluído de modo favorável em 23 de dezembro de 2016, tendo nessa data o Conselho de Administração da ANAC deliberado que a TAP S.A. preenchia as condições previstas no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, o Estado Português deu a conhecer à Atlantic Gateway o seu propósito de reconfigurar, por via negocial, os termos e condições da sua participação na TAP SGPS, designadamente através de um aumento da sua participação no capital social da TAP SGPS, tendo a Atlantic Gateway e as suas sócias, a HPGB e a DGN, manifestado disponibilidade para participar no processo negocial proposto pelo Estado Português.

Nesse sentido, em 6 de fevereiro de 2016, o Estado Português e a Atlantic Gateway celebraram um “Memorando de Entendimento”, posteriormente alterado em 26 de abril de 2016, tendo como objeto estabelecer os princípios, regras e condições a que deveria obedecer a reconfiguração da participação do Estado Português, através da Parpública, na TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto no Memorando de Entendimento, a Parpública, a HPGB, a DGN e a Atlantic Gateway celebraram um acordo de compra e venda de ações em 19 de maio de 2016, nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições prévias, a Atlantic Gateway se obrigou a vender ações representativas do capital social da TAP SGPS à Parpública, de modo a que a Parpública passe a ser titular de 50% do capital social da TAP SGPS (o “Acordo de Compra e Venda de Ações”). De entre as condições prévias a que ficou sujeita a conclusão deste Acordo, destacamos a conclusão da oferta de venda aos trabalhadores do Grupo TAP de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS, as necessárias autorizações de terceiros e a reestruturação financeira do Grupo TAP. Ficou anexa a este Acordo de Compra e Venda de Ações, a minuta do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS a ser celebrado entre a Parpública e a Atlantic Gateway na data da conclusão do Acordo de Compra e Venda de Ações (“Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS”).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2016, de 19 de maio, que aprovou as minutas do Acordo de Compra e Venda de Ações e do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, também determinou, entre outros, (i) a cessação imediata dos efeitos do Acordo de Compromissos Estratégicos celebrado em 24 de junho de 2015, acima referido, na data de produção de efeitos do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, sendo aquele substituído por este último Acordo, bem como (ii) a caducidade do regime de indisponibilidade previsto no caderno de encargos do Processo de Reprivatização – no que se refere ao número de ações da TAP SGPS e da TAP S.A. que sejam necessárias para assegurar a maioria dos direitos de voto e o controlo efetivo das referidas sociedades – na data de produção de efeitos da transmissão de ações representativas do capital social da TAP SGPS a favor da Parpública.

Dando cumprimento ao plano de capitalização do Grupo TAP definido no âmbito do Processo de Reprivatização, em 8 de março de 2016, foi deliberado em Assembleia Geral da TAP SGPS, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS, de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, convertível em até 130.800 ações especiais de conteúdo patrimonial da TAP SGPS no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras, S.A. (“Azul S.A.”) em 16 de março de 2016, e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública em 14 de junho de 2016. A conversão das referidas obrigações em ações da TAP SGPS e a constituição de garantias no âmbito desta emissão ficaram condicionadas a aprovação expressa da ANAC, a qual se materializou em 23 de dezembro de 2016.

Na sequência da referida deliberação do Conselho de Administração da ANAC de 23 de dezembro de 2016, em 12 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral da TAP SGPS deliberou, entre outros, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS, que foi deliberada pela Assembleia Geral da TAP SGPS em 8 de março de 2016, bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L. De referir que o pacote de garantias acordado, nos termos da documentação da emissão, não foi ainda constituído, tendo sido acordado com os subscritores das obrigações uma extensão do prazo para a constituição dessas mesmas garantias.

No âmbito da privatização da TAP SGPS foi determinada a realização e conclusão de uma oferta pública de venda destinada a trabalhadores do Grupo TAP, consistindo na venda, pela Parpública a trabalhadores da TAP SGPS e de outras sociedades do Grupo TAP, identificados no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2015, de 20 de janeiro, alterada pelo n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS. Esta oferta pública de venda aos trabalhadores foi lançada em 10 de abril de 2017 de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, e na sequência da mesma, os trabalhadores do Grupo TAP adquiriram um total de 75.000 ações representativas de 5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2017, de 4 de julho, aprovada em 29 de junho de 2017, e com efeitos a contar dessa mesma data, a Parpública e a Atlantic Gateway concluíram no dia 30 de junho de 2017 a transmissão de ações prevista no Acordo de Compra e Venda de Ações, a qual foi notificada à ANAC, nos termos legalmente previstos. Em 20 de setembro de 2018, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, esta Autoridade decidiu que esta operação cumpria os requisitos constantes do Regulamento (CE) n.º 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Ainda em 30 de junho de 2017, também teve lugar uma reunião da Assembleia Geral da TAP SGPS para deliberar, entre outros, sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração da TAP SGPS e sobre a alteração aos estatutos da TAP SGPS, em conformidade com o previsto no Acordo de Compra e Venda de Ações.

Na sequência desta transmissão de ações, o capital social da TAP SGPS passou a ter a seguinte composição:

- A Parpública detém 750.000 ações da categoria B, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto e 5% dos direitos económicos da TAP SGPS;
- A Atlantic Gateway detém 675.000 ações da categoria A, representativas de 45% do capital social e dos direitos de voto e 90% dos direitos económicos da TAP SGPS; e
- Um determinado número de acionistas detêm, em conjunto, um total de 75.000 ações ordinárias, representativas de 5% do capital social, dos direitos de voto e dos direitos económicos da TAP SGPS.

De acordo com o atual enquadramento societário, a TAP SGPS continua a não ser qualificada como uma empresa pública do setor público empresarial do Estado, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações subsequentes.

No dia 30 de junho de 2017, foi também assinado o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP” entre diversas entidades bancárias, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugalia, como mutuárias e a Parpública e a Atlantic Gateway, como acionistas, tendo o Grupo TAP acordado com as entidades bancárias signatárias a alteração de determinadas condições dos respetivos contratos de financiamento, bem como das disposições relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo. Este acordo veio substituir o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, assinado em 12 de novembro de 2015, que foi, por sua vez, expressamente revogado. Em 28 de dezembro de 2018, a Parpública comunicou, através de carta, à TAP SGPS a sua decisão irrevogável de converter as obrigações convertíveis de que é titular, no montante de 30 milhões de Euros e respetivos juros vencidos até aquela data, em ações especiais de conteúdo patrimonial representativas do capital social da TAP SGPS, na última data permitida para efetuar a referida conversão, conforme definido nos documentos contratuais da emissão obrigacionista, ou em data anterior se tal vier a ser requerido pela Parpública.

No dia 20 de março de 2019 a TAPGER e a TAP S.A. celebraram um contrato de compra e venda da totalidade do capital social da Megasis pelo valor de 1.791 milhares de Euros. No dia 2 de maio de 2019 foi registada a fusão, por incorporação, da Megasis na TAP S.A., tendo os respetivos efeitos contabilísticos e fiscais retroagido a 1 de janeiro de 2019. A demonstração da posição financeira da sociedade incorporada em 1 de janeiro de 2019, detalha-se como segue:

Valores em Euros	Megasis em 01-jan-19
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	1.653.771
Propriedades de investimento	1.205.000
Ativos por impostos diferidos	117.104
	2.975.875
Ativo corrente	
Outras contas a receber	9.929.225
Outros ativos correntes	2.921.306
Caixa e seus equivalentes	33.721
	12.884.252
Total do ativo	15.860.127
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
	1.791.234
Passivo não corrente	
Passivos por impostos diferidos	258.204
Pensões e outros benefícios pós-emprego	460.515
	718.719
Passivo corrente	
Outras contas a pagar	12.015.176
Outros passivos correntes	1.270.981
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	64.017
	13.350.174
Total do passivo	14.068.893
Total do capital próprio e passivo	15.860.127

As presentes demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração de 10 de março de 2020, preparadas para ser apresentadas a diferentes *stakeholders*. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação em vigor.

As demonstrações financeiras individuais do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis em Portugal ("Sistema de Normalização Contabilística").

Os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo.

2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), em vigor desde 1 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4.1.), e tomando por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros derivados e propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 2.34.

O Grupo TAP, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

A TAP S.A. constituiu em 30 de dezembro de 2019 a TAP Logistics Solutions, S.A. (“TAP Logistics”), como tal, em 2019 é o primeiro exercício em que a TAP S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas, em acordo com o descrito no Artigo 7 do Decreto-Lei Nº 158/2011, de julho 13, republicação do Decreto-Lei Nº 98/2015, de 2 de junho.

A informação financeira de 2018 apresentada para efeitos comparativos respeita à valorização dos ativos e passivos considerada nas demonstrações financeiras da TAP SGPS, que se encontra de acordo com as IFRS desde 2004.

2.2. Comparabilidade

O Grupo adotou a IFRS 16 na data efetiva de aplicação obrigatória para o período do relatório anual com início em 1 de janeiro de 2019 por meio do modelo retrospectivo modificado, sem atualização das informações comparativas, e considerou as seguintes isenções:

- Definição de locação – aplicação da IFRS 16 apenas aos contratos anteriormente classificados como locação; e
- Mensuração dos ativos sob direito de uso – pelo mesmo valor apurado para o passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, utilizando a taxa de juro implícita, sempre que disponível, ou a taxa de juro incremental.

Como tal, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não são comparáveis com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

As principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 16 apresentam-se de seguida:

- Capitalização de contratos de locação de aeronaves, reatores e ACMIs que cumprem os critérios de reconhecimento definidos na IFRS 16

O prazo da locação corresponde ao período não cancelável de cada contrato, exceto nos casos em que o Grupo tenha razoável certeza de exercer as opções de renovação previstas contratualmente. A taxa de desconto utilizada para avaliar o passivo da locação corresponde, para cada aeronave, à taxa implícita apurada através dos vários elementos contratuais, se disponível, ou pela taxa de juro incremental nas restantes circunstâncias.

- Contabilização dos contratos de locação dos restantes ativos

Com base na análise realizada, os principais contratos de locação identificados correspondem a viaturas e alguns imóveis arrendados. O prazo da locação corresponde ao período não cancelável do contrato. A taxa de desconto utilizada para calcular o ativo do direito de uso e o passivo da locação é determinada, para cada ativo, de acordo com a taxa de juro incremental.

- Contabilização da manutenção de aeronaves em regime de locação

No âmbito da adoção da IFRS 16 e considerando o reconhecimento do direito de uso dos ativos abrangidos por contratos de locação, o Grupo ajustou a contabilização dos custos de manutenção estruturais e das obrigações contratuais de manutenção na devolução (*redelivery*), a qual passou a ser contabilizada da seguinte forma:

- Trabalhos de *redelivery* e restauração

Os custos resultantes dos trabalhos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução da aeronave aos locadores (definidos como trabalhos de *redelivery* para efeitos da IFRS 16), são reconhecidos como provisões a partir do início do contrato, desde que possam ser estimados com fiabilidade, por contrapartida do direito de uso das aeronaves, o qual é depreciado linearmente ao longo do contrato de locação. Anteriormente as estimativas com despesas de *redelivery* eram registadas em custos ao longo do contrato de locação por contrapartida de um passivo com manutenção futura.

O cálculo das provisões para *redelivery* incluem estimativas significativas, nomeadamente no que concerne à utilização prevista da aeronave ao longo do contrato de locação (horas de voo, ciclos, etc.) e custos estimados das intervenções estruturais na data de *redelivery*.

- Manutenção estrutural de *airframe* e motores

As intervenções de manutenção estruturais, que incrementam a vida útil dos ativos subjacentes, são capitalizados e reconhecidas como um complemento ao direito de uso dos ativos. Subsequentemente são depreciados durante o período de uso respetivo ou até ao termo da locação. Anteriormente a estimativa de despesas com manutenções estruturais era registada em custos durante o contrato de locação por contrapartida de um passivo com manutenção futura.

Na data de adoção da IFRS 16, foram reconhecidos direitos de uso de ativos e passivos com obrigações contratuais no montante de 1.167 milhões de Euros. A reconciliação dos compromissos com locações operacionais divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e da rubrica "Passivos locação sem opção de compra" em 1 de janeiro de 2019, detalha-se como se segue:

Valores em milhares de Euros	
Pagamentos mínimos dos contratos de locação operacional divulgados em 31 de dezembro de 2018	1.182.364
Pagamentos mínimos dos contratos de ACMI, incluindo componentes de "não locação"	289.374
Efeito do desconto financeiro das rendas	(305.003)
Passivos locação sem opção de compra a 1 de janeiro de 2019	1.166.735

A taxa de desconto média utilizada para descontar as rendas futuras em 1 de janeiro de 2019 é de 6,5% e a taxa de desconto utilizada para contratos iniciados em 2019 está entre 6% e 7,1%.

A adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019 teve os seguintes impactos nas principais rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

Valores em Euros	31/dez/18	Impacto da adoção da IFRS 16	1/jan/19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	521.036.349	1.178.987.847	1.700.024.196
Propriedades de investimento	1.925.764	-	1.925.764
Ativos intangíveis	11.245.385	-	11.245.385
Participações financeiras	172.310	-	172.310
Outros ativos financeiros	481.040	-	481.040
Ativos por impostos diferidos	91.040.705	-	91.040.705
Outras contas a receber	61.136.878	43.248.286	104.385.164
	687.038.431	1.222.236.133	1.909.274.564
Ativo corrente			
Inventários	63.944.563	-	63.944.563
Outras contas a receber	1.154.621.266	-	1.154.621.266
Imposto sobre o rendimento a receber	8.329.644	-	8.329.644
Outros ativos financeiros	13.224.721	-	13.224.721
Outros ativos correntes	52.102.695	-	52.102.695
Caixa e seus equivalentes	223.714.593	-	223.714.593
	1.515.937.482	-	1.515.937.482
Total do ativo	2.202.975.913	1.222.236.133	3.425.212.046
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital	41.500.000	-	41.500.000
Prestações suplementares	154.353.400	-	154.353.400
Reserva legal	8.300.000	-	8.300.000
Reservas de justo valor	(29.132.283)	-	(29.132.283)
Outras reservas	(200.588)	-	(200.588)
Resultados transitados	(11.956.732)	90.943.051	78.986.319
Resultado líquido do exercício	(58.065.358)	-	(58.065.358)
Total do capital próprio	104.798.439	90.943.051	195.741.490
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	18.760.179	38.054.184	56.814.363
Pensões e outros benefícios pós-emprego	86.212.751	-	86.212.751
Provisões	12.214.655	26.082.076	38.296.731
Passivos remunerados	595.293.034	(101.619.838)	493.673.196
Passivo locação com opção de compra	-	-	101.619.838
Passivo locação sem opção de compra	-	863.122.497	863.122.497
Outras contas a pagar	49.741.211	(49.741.211)	-
	762.221.830	877.517.547	1.639.739.377
Passivo corrente			
Passivos remunerados	180.646.796	(30.349.867)	150.296.929
Passivo locação com opção de compra	-	-	30.349.867
Passivo locação sem opção de compra	-	303.612.692	303.612.692
Outras contas a pagar	667.492.728	(49.837.157)	617.655.571
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	19.326	-	19.326
Outros passivos correntes	94.331.082	-	94.331.082
Documentos pendentes de voo	393.465.712	-	393.465.712
	1.335.955.644	253.775.535	1.589.731.179
Total do passivo	2.098.177.474	1.131.293.082	3.229.470.556
Total do capital próprio e passivo	2.202.975.913	1.222.236.133	3.425.212.046

O reconhecimento do direito de uso dos ativos em regime de locação sem opção de compra e respetivo *redelivery* e o reconhecimento do passivo correspondente, originou um incremento nos custos com depreciação no montante de, aproximadamente, 394 milhões de Euros e das despesas com juros no valor de, aproximadamente, 130,8 milhões de Euros. As diferenças de câmbio reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, relacionadas com os passivos de locação sem opção de compra, ascenderam a, aproximadamente, 13,7 milhões de Euros. Por outro lado, os custos com rendas e outras obrigações contratuais (reconhecidos até 31 de dezembro de 2018 nas rubricas de “Rendas de aeronaves” e “Custos operacionais de tráfego”) reduziram no montante de, aproximadamente, 423 milhões de Euros.

Em 2019, foram reconhecidos 66,2 milhões de Euros relativos a despesas de manutenções estruturais de aeronaves e reatores, na rubrica ativos fixos tangíveis.

Adicionalmente, a apresentação dos pagamentos das despesas relacionadas com contratos de locação sem opção de compra resultou numa reclassificação de, aproximadamente, 417 milhões de Euros de fluxos de caixa das atividades operacionais para fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Consultar adicionalmente a Nota 2.3.

2.3. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

A aplicação das novas normas, interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2019, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2019		
• IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores	1 de janeiro de 2019
• IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
• IAS 19 – Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do “asset ceiling”	1 de janeiro de 2019
• IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1 de janeiro de 2019
• Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019
• IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019

Das normas acima mencionadas cumpre destacar a IFRS 16 – Locações, a qual foi adotada pelo Grupo na elaboração das suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com impactos significativos.

A alteração na definição de locação deve-se principalmente ao conceito de controlo. A IFRS 16 determina se um contrato contém uma locação com base na existência do direito concedido ao cliente para controlar a utilização de um ativo identificado por um dado período de tempo, por contrapartida de uma dada retribuição.

Até ao exercício de 2018, as locações de ativos fixos tangíveis eram classificadas como locações financeiras ou locações operacionais. Os pagamentos efetuados no âmbito de locações operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador) foram, até 31 de dezembro de 2018, reconhecidos nos resultados do período. Os ativos de locações financeiras eram contabilizados pelo menor entre o justo valor dos ativos locados e o valor presente dos pagamentos mínimos de locação no início do contrato, enquanto que os passivos de locações financeiras eram registados líquidos de encargos incrementais, enquanto “Passivos remunerados”. Os encargos financeiros incluídos na renda e as depreciações dos ativos locados eram reconhecidos nos resultados, ao longo do período contratual a que respeitavam.

A partir de 1 de janeiro de 2019, as locações, que cumpram os requisitos da IFRS 16, são reconhecidas enquanto ativos sob direito de uso, na rubrica “Ativos fixos tangíveis” (agregados à natureza do ativo objeto de locação), com os correspondentes passivos, apresentados na rubrica “Passivo locação sem opção de compra”, na data de início da locação. Cada pagamento de locação é alocado entre o passivo e o gasto financeiro. O gasto financeiro é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados durante o termo da locação, de modo a que seja reconhecido com base numa taxa de juro constante sobre o saldo remanescente na demonstração da posição financeira consolidada, para cada período de relato. Os ativos sob direito de uso são depreciados linearmente ao longo do período da locação.

Os passivos da locação são inicialmente mensurados ao custo amortizado, na moeda contratual (essencialmente USD), incluindo o valor líquido presente dos seguintes pagamentos de locação: i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos que em substância são fixos), deduzidos de quaisquer valores recebíveis por incentivos de locação; ii) pagamentos variáveis baseados num índice ou numa taxa; iii) valores expectáveis de serem pagos pelo locatário enquanto garantias de valor residual; iv) o preço de exercício de uma opção de compra caso o locatário esteja razoavelmente certo de exercer tal opção; e v) pagamentos de penalizações para rescindir a locação, caso o termo de locação reflita o exercício da opção de terminar.

O valor presente dos pagamentos de locação são descontados usando a taxa de juro implícita na locação. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa incremental de financiamento do Grupo é utilizada, correspondendo à taxa que o Grupo obterá para pagar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante num ambiente económico com termos e condições comparáveis.

Os passivos da locação são subsequentemente atualizados utilizando o método da taxa de juro efetiva, aumentando para refletir o efeito dos juros e sendo reduzidos, de modo a refletir os pagamentos efetuados.

A Grupo remensura o passivo da locação (e efetua ajustamentos correspondentes ao ativo sob direito de uso relacionado), sempre que:

- Os pagamentos de locação são alterados devido a alterações num índice, ou taxa, ou uma alteração de pagamentos esperados enquanto valores residuais garantidos, casos em que o passivo de locação é remensurado descontando os pagamentos de locação revistos à taxa incremental de financiamento (a menos que a alteração de pagamentos de locação se deva a alterações numa taxa de juro variável, o que motiva o uso de uma taxa incremental de financiamento); e
- O contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base nas novas rendas e a taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

Os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo, na moeda funcional do Grupo (Euros), o qual compreende: i) o valor de reconhecimento inicial do passivo da locação; ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados à data de início da locação, ou antes desta, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebidos; iii) quaisquer custos diretos iniciais; e iv) custos de obrigações com desmantelamento ou restauração do ativo (*redelivery*).

Os ativos sob direito de uso são subseqüentemente mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação (no caso concreto das aeronaves corresponde às condições de *redelivery* das mesmas), é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37.

Os custos subseqüentes, nomeadamente com manutenção estrutural, são incluídos no direito de uso do ativo locado sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Grupo e subseqüentemente depreciados durante o período de uso respetivo ou até ao termo da locação. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de locação sem rendas), se aplicáveis, são reconhecidos como elementos de mensuração de ativos sob direito de uso e passivos da locação, enquanto que ao abrigo da IAS 17 estes incentivos eram reconhecidos como um passivo por incentivo de locação, depreciado linearmente reduzindo os gastos com locações.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo da locação, nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período no qual o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

Nas operações de cedência de posição contratual com subseqüente locação de aeronaves, a classificação da locação é determinada na *inception date* (data de assinatura do compromisso da locação), e o reconhecimento ocorre na *commencement date* (data de início efetivo da locação). Os rendimentos obtidos ou custos incorridos no período que decorre entre a *inception date* e a *commencement date* são incluídos no direito de uso e depreciados linearmente pelo período do contrato de locação.

As locações capitalizadas pelo Grupo dividem-se, essencialmente, da seguinte forma:

- Contratos de locação de aeronaves e reatores;
- Contratos de ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*) ou *wet lease*;
- Contratos de locações de imóveis; e
- Outros contratos de locação.

Os pagamentos associados a locações de curto prazo e locações de ativos de valor imaterial são reconhecidos de forma linear, nos resultados do exercício. As locações de curto prazo são locações com um termo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de valor imaterial incluem entre outros equipamento informático e mobiliário de escritório.

Os fluxos de caixa relacionados com locações são apresentados do seguinte modo:

- a) Os pagamentos das componentes de capital dos passivos da locação são classificados como fluxos de caixa de atividades de financiamento;
- b) Os pagamentos das componentes de juros são classificados também como fluxos de caixa de atividades de financiamento; e
- c) Locações de curto prazo, pagamentos de locações de ativos de valor imaterial, e pagamentos variáveis de locação que não estão incluídos na mensuração dos passivos da locação são classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais.

Ao abrigo da IFRS 16, os ativos sob direito de uso são testados por imparidade de acordo com a IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Esta norma substitui o requisito anterior de reconhecimento de provisões para contratos onerosos de locação.

Sale & Leaseback

Quando o Grupo transfere um ativo para uma entidade terceira, e simultaneamente entra num contrato de locação do mesmo ativo com essa entidade terceira, o Grupo aplica os requisitos da IFRS 15 para determinar se tal transferência é contabilizada como venda do ativo.

Caso a transferência qualifique como uma transação de venda, o Grupo irá mensurar o ativo sob direito de uso do *leaseback* como uma proporção do anterior valor líquido contabilístico que se relaciona com o direito de uso retido pelo Grupo. Consequentemente, o Grupo apenas reconhece o valor de qualquer ganho ou perda que se relaciona com os direitos transferidos para a entidade terceira.

Caso o justo valor da retribuição pela venda do ativo não seja equivalente ao justo valor do ativo, ou caso os pagamentos da locação não correspondam a valores de mercado, o Grupo irá efetuar os seguintes ajustamentos para mensurar os resultados da venda a justo valor: i) quaisquer termos abaixo de mercado serão contabilizados como pré-pagamentos de pagamentos de locação; e ii) quaisquer termos acima de mercado serão contabilizados como financiamento adicional prestado pelo terceiro à entidade.

As alterações às normas que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela União Europeia, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva
2. Alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela EU		
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros 	Atualização da definição de material, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	1 de janeiro de 2020
<ul style="list-style-type: none"> Estrutura concetual – Alterações na referência a outras IFRS 	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos	1 de janeiro de 2020

As alterações às normas que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela União Europeia, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva
3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela UE		
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais 	Alteração da definição de negócio	1 de janeiro de 2020
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência 	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura com o objetivo de que a reforma das taxas de juro referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura	1 de janeiro de 2020
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro 	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

O Grupo não estima impactos significativos da adoção destas novas alterações em exercícios futuros.

2.4. Perímetro de consolidação

2.4.1. Subsidiárias

Subsidiárias são as entidades sobre as quais o Grupo exerce controlo.

O Conselho de Administração considera que existe controlo sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e / ou tem o direito, como resultado de seu envolvimento, ao retorno das atividades da entidade e tem capacidade para afetar esse retorno através do controlo existente, sobre essa entidade, nomeadamente quando detém, direta ou indiretamente, mais da metade dos direitos de voto.

A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou convertíveis são levados em consideração quando o Grupo avalia se possui controlo sobre outra entidade.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada, separadamente, na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica de “Interesses não controlados”.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação são detalhadas abaixo:

Nome	Sede	Objeto	% Participação
TAP Logistics Solutions, S.A.	Lisboa	Serviços postais e transporte de documentos, cargas e outros bens.	100%

Os custos diretamente associados com aquisições (serviços de consultoria, aconselhamento legal, gastos administrativos, entre outros) são contabilizados, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, como gastos do exercício em que a aquisição teve lugar, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo, dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, é registado como *goodwill*.

Os investimentos em subsidiárias onde o Grupo TAP tem controlo são consolidados integralmente a partir da data em que o Grupo assume o controlo de suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que o controle deixa de existir.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Quando, à data da aquisição do controlo, o Grupo TAP já detém uma participação previamente adquirida, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada reconhecida no capital próprio.

O capital próprio e o resultado líquido, correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica de interesses não controlados. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

Qualquer montante contingente a ser transferido pelo Grupo é reconhecido ao justo valor à data da aquisição. As eventuais remensurações subsequentes não afetam os saldos de *goodwill*, exceto se efetuadas até 12 meses após a data de aquisição.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.5. Relato por segmentos

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. De facto, os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão, providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, o qual é responsável pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas. O Grupo não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Foram identificados dois segmentos operacionais: transporte aéreo e manutenção e engenharia. As atividades agregadas em "Outros" não qualificam para relatar separadamente.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são utilizadas de forma consistente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são valorizados a preços de mercado e eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 33.

2.6. Conversão câmbial

2.6.1. Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo o Euro a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

2.6.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão, pela taxa de câmbio, à data de relato, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica de diferenças de câmbio líquidas.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras consolidadas expressas em uma moeda diferente do euro ou na atualização dos saldos expressos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram as seguintes:

Moeda	2019	2018	Taxas médias	
			2019	2018
USD	1,1234	1,1450	1,1210	1,1838
CHF	1,0854	1,1269	1,1160	1,1578
GBP	0,8508	0,8945	0,8798	0,8837
BRL	4,5157	4,4440	4,4172	4,2412
VES	51.379,47	730,10	51.379,47	730,10
AOA	536,26	353,02	406,77	286,95

2.7. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, nomeadamente edifícios e terrenos, adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, à data da transição, a TAP S.A. aplicou a exceção prevista na IFRS 1 - Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pela qual se poderá considerar como custo considerado (*deemed cost*) o justo valor de algumas categorias de bens, reportado à data de transição (1 de janeiro de 2004).

Assim, com efeitos a 1 de janeiro de 2004, os bens pertencentes à categoria de edifícios da TAP SA, foram revalorizados para o correspondente justo valor a essa data. O justo valor desses *itens*, do ativo fixo tangível, foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por uma entidade especializada independente, a qual procedeu, igualmente, à determinação do período de vida útil remanescente desses bens, à data de transição.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos posteriormente à data de transição, são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes, nomeadamente com renovações de frota e manutenção estrutural, são incluídos no custo de aquisição do bem sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Grupo. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos de vida útil	Valor residual
Edifícios e outras construções	20-50	-
Equipamento básico:		
Equipamento de voo:		
Frota aérea	20	0-5%
Frota aérea em regime de locação com opção de compra	20	0-5%
Reatores de reserva e sobressalentes	20	5%
Reatores de reserva em regime de locação com opção de compra	20	5%
Outro equipamento básico	7-20	0-5%
Equipamento de transporte	4-10	-
Ferramentas e utensílios	8-20	0-5%
Equipamento administrativo	5-16	-
Outros ativos fixos tangíveis	10	-

Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados prospectivamente, se necessário, na data de relato (Nota 4). Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 2.11.).

Os ganhos ou perdas, provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzidos dos custos de transação e a quantia escriturada dos ativos, e são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, como outros rendimentos ou outros gastos operacionais.

Relativamente ao direito de uso consultar a Nota 2.25.

2.8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data da transição para as IFRS, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do justo valor, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em consideração as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

2.9. Ativos intangíveis

A rubrica Ativos intangíveis, inclui, essencialmente, software de suporte à atividade, registado ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 10 anos.

2.10. Imparidade em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação ou amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização/depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo regista a respetiva perda por imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzido dos gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo, individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas “Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis” e “Depreciações, amortizações e perdas por imparidade”, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada, até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.11. Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus ativos financeiros de acordo com as suas características e o modelo de negócio que tem definido para gerir o recebimento dos *cash flows* contratuais. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores reportados pelo líquido na demonstração da posição financeira consolidada, apenas quando: i) existe um direito legalmente exercível e não oponível para compensar os referidos valores e ii) quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

A IFRS 9 introduziu um modelo de classificação de ativos financeiros com base no modelo de negócio utilizado na sua gestão (“business model test”) e nas características dos fluxos de caixa contratuais (“SPPI test”), tendo sido substituídos os requisitos anteriormente existentes, que determinavam o enquadramento nas categorias de ativos financeiros da IAS 39. O Grupo classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, de acordo com os requisitos introduzidos pela IFRS 9, conforme abaixo.

→ Instrumentos de dívida

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se (i) é detido para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor por outro rendimento integral se (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda dos ativos financeiros; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicial e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações de justo valor registadas em outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros e ganhos ou perdas cambiais, valores que são registados diretamente na demonstração consolidada dos resultados. Quando o ativo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultado do período.

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento nas situações referidas anteriormente são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, categoria residual nos termos da IFRS 9.

→ Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são sempre mensurados ao justo valor. Os instrumentos de capital próprio detidos para negociação são mensurados ao justo valor por resultados. Para todos os restantes instrumentos de capital próprio, o Grupo pode optar, instrumento a instrumento, por, no reconhecimento inicial, apresentar as variações do seu justo valor em outro rendimento integral.

Quando o Grupo exerce opção, todas as variações de justo valor, com exceção de dividendos que configuram retorno do investimento efetuado, são reconhecidos em outro rendimento integral. Neste caso, na data do desreconhecimento do ativo, o ganho ou perda acumulado não é reconhecido em resultado do período sendo, nessa altura, transferido para resultados transitados.

Imparidade de ativos financeiros

A IFRS 9 substituiu o anterior modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39 e estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas", de acordo com o qual a estimativa de imparidade é avaliada desde o reconhecimento inicial, tendo em conta a avaliação do risco de crédito.

→ **Outras contas a receber**

O Grupo TAP utiliza a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 no apuramento e reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber e ativos de contratos com clientes. As perdas esperadas até à maturidade são registadas, tendo por base a experiência de perdas reais ocorridas ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativo das características específicas do risco de crédito subjacente, ajustadas de informações prospectivas.

O ajustamento para perdas de imparidade é registado por contrapartida de resultados do período, na rubrica "Imparidade de contas a receber, inventários e provisões".

→ **Outros ativos financeiros**

O Grupo considera que todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral, têm um risco de crédito nulo.

Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o Grupo reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes.

Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, o Grupo reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Qualquer perda por imparidade nestes ativos financeiros é reconhecida em resultado do período, na rubrica "Imparidade de contas a receber, inventários e provisões".

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.12. Instrumentos Financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros e operacionais a que se encontra sujeita. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e do preço do *jet fuel* o justifiquem, o Grupo TAP procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* ("IRS") e *swaps de jet fuel*.

Na seleção de instrumentos financeiros derivados são, essencialmente, valorizados os aspetos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados na demonstração da posição financeira consolidada pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor das coberturas de fluxos de caixa são, inicialmente, registadas, em outros rendimentos integrais do período a que respeitam e posteriormente em resultados do exercício operacionais (“Combustível para aeronaves”), para os instrumentos de *jet fuel*, e resultados financeiros líquidos (“Juros e rendimentos/gastos similares”) para os instrumentos de taxa de juro, na sua data de liquidação. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados operacionais ou resultados financeiros líquidos, dependendo da natureza do instrumento financeiro derivado, no momento em que ocorre.

Desta forma, e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas, decorrentes da rescisão antecipada deste tipo de instrumento, são reconhecidos em resultados, quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de outras contas a receber e de outras contas a pagar.

→ **Contabilidade de cobertura**

Os instrumentos financeiros derivados, utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe um alinhamento da relação de cobertura com a estratégia de gestão de risco e objetivos de gestão;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura; e
- O risco de variação de valor não é função, maioritariamente, do risco de crédito.

2.13. Ativos e passivos ao justo valor

As mensurações do justo valor e divulgações relacionadas são baseadas em uma hierarquia de justo valor. A hierarquia categoriza as entradas usadas nas técnicas de avaliação em três níveis.

Os *inputs* de nível 1 são preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que o Grupo pode aceder na data do balanço.

Os *inputs* de nível 2 são insumos que não os preços de mercado cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

Os *inputs* de nível 3 não são observáveis para o ativo ou passivo. Os *inputs* não observáveis são usados para mensurar o justo valor na medida em que os *inputs* observáveis relevantes não estejam disponíveis, permitindo situações em que há pouca, se houver alguma, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data da mensuração. Uma entidade desenvolve entradas não observáveis usando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir os próprios dados da entidade.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são registrados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e sua respectiva base tributária. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que houver uma probabilidade razoável de que lucros tributáveis futuros sejam gerados ou se houver passivos por impostos diferidos contra os quais possam ser compensados. Os ativos por impostos diferidos são revistos periodicamente e diminuídos sempre que é provável que não serão utilizados.

A taxa do imposto sobre o rendimento que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas é usada no cálculo do imposto diferido.

O imposto diferido é registrado como custo ou receita do exercício, exceto se resultar de valores registrados diretamente no capital próprio, caso em que o imposto diferido também é registado na mesma rubrica, ou seja, os valores a serem incluídos no imposto corrente e no imposto diferido, resultante de transações e eventos reconhecidos em reservas, são registados diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando o lucro líquido do exercício. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente ao capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

2.15. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os inventários detidos referem-se, essencialmente, a peças de manutenção de motores e de componentes de aeronaves. O material recuperado refere-se, essencialmente, a equipamentos e sobresselentes a serem utilizados nos aviões e motores e são valorizados ao custo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. A diferença entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, é registada na rubrica “Imparidade de contas a receber, inventários e provisões.

2.16. Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber correntes são, inicialmente, contabilizados pelo valor da contraprestação acordada, a não ser que tenham uma componente de financiamento significativa, caso em que são contabilizados ao justo valor. O Grupo detém os saldos de clientes e outras contas a receber correntes com o objetivo de os cobrar, sendo assim, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade (Nota 26).

As perdas por imparidade são registadas tendo por base a experiência de perdas reais ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente, ajustadas de informações prospetivas.

2.17. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração consolidada de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica de passivos remunerados.

2.18. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 15).

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

2.19. Passivos remunerados

Os passivos remunerados e passivos de locação com opção de compra são, inicialmente, reconhecidos ao justo valor, líquidos dos custos de transação incorridos sendo, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos remunerados e os passivos de locação com opção de compra são classificada no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da posição financeira consolidada (Nota 17).

2.20. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros de empréstimos genéricos e específicos, diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Os restantes encargos financeiros são reconhecidos como gastos quando incorridos.

2.21. Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal, contratual ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

O Grupo reconhece uma provisão para custos de reestruturação quando os critérios gerais de reconhecimento de provisões estejam cumpridos, nomeadamente quando existe um plano formal detalhado para a reestruturação e tenha sido criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele. Os gastos subjacentes são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Reestruturação".

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 16).

Os custos de restauração dos aviões executados imediatamente antes da devolução ao *lessor* no término do contrato de locação (definido como *redelivery* para fins da IFRS 16), são reconhecidos como provisão na data de início do contrato, desde que possam ser estimados com fiabilidade. Adicionalmente, uma componente de ativo é reconhecido, no ativo de direito de uso, que é depreciado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

2.22. Benefícios pós-emprego aos colaboradores

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar, aos seus empregados, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, prestações de pré-reforma, cuidados de saúde e prémios de jubilação. O Grupo constituiu fundos de pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima, o Grupo obtém, periodicamente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”.

As remensurações resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para fins de cálculo das responsabilidades e que efetivamente ocorram (bem como de alterações efetuadas nos mesmos e da diferença entre o valor esperado do retorno sobre os ativos do fundo e o retorno real) são reconhecidas quando incorridos diretamente na demonstração consolidada do resultado integral.

As responsabilidades, reconhecidas na rubrica “Pensões e outros benefícios pós-emprego” na demonstração da posição financeira consolidada, representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo, quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

Os ganhos e perdas, gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos, são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos dos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente nos resultados do Grupo.

As contribuições efetuadas, no âmbito dos planos de contribuição definida, são registadas como gastos na demonstração consolidada dos resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso do fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

2.23. Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros valores a pagar correntes são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado (Nota 20).

2.24. Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por gastos incorridos, são registados na demonstração consolidada dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos tangíveis/intangíveis, são incluídos na rubrica “Outras contas a pagar” e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das depreciações/amortizações.

2.25. Locações

O Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação, no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de locação em relação a todos os contratos de locação em que é locatário, exceto para locações de curto prazo (definidos como locações com prazo de locação de 12 meses ou menos) e locações de ativos de baixo valor (como tablets e computadores pessoais, pequenos bens de mobiliário de escritório e telefones).

Para essas locações, o Grupo reconhece os pagamentos da locação como um gasto operacional de forma linear pelo prazo da locação, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão de tempo durante o qual os benefícios económicos dos ativos locados são gerados.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos não efetuados na data inicial de cada locação, descontados com base na taxa implícita do contrato de locação. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- Pagamentos fixos da locação (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber associados à locação;
- Pagamentos variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, mensurados inicialmente com base no índice ou taxa na data de início do contrato;
- Montantes relativos a garantias de valor residual que se esperam vir a pagar;
- O preço de exercício de eventuais opções de compra, se o locatário considerar razoavelmente certo o seu exercício;
- e

→ Pagamentos de penalidades de cancelamento antecipado do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir o exercício de uma opção para rescindir antecipadamente o contrato.

O passivo de locação é apresentado em duas linhas separadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas “Passivos de locação com opção de compra” e “Passivos de locação sem opção de compra”.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente com aumentos que refletem os juros vencidos sobre o passivo (através o método do juro efetivo) e com reduções que refletem os pagamentos efetuados.

O Grupo remensura o passivo de locação (e faz um ajuste correspondente ao ativo de direito de uso relacionado) sempre que:

- i) O prazo da locação altera ou ocorre um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias, das quais resultem uma alteração na avaliação do exercício de uma opção de compra, caso em que o passivo da locação é remensurado através do desconto dos pagamentos da locação revistos, utilizando uma taxa de desconto revista.
- ii) Os pagamentos da locação são alterados devido a alterações num índice ou numa taxa ou a uma alteração na expectativa de pagamento de um valor residual garantido, nesses casos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação revistos usando uma taxa de desconto inalterada (a não ser em circunstâncias em que alteração dos pagamentos resulte de uma alteração na taxa de juros fluante, caso em que é utilizada uma taxa de desconto revista).

Um contrato de locação é modificado e a modificação da locação não é contabilizada como uma locação separada, caso em que o passivo da locação é remensurado com base no prazo modificado da locação modificada, descontando os pagamentos da locação revistos usando uma taxa de desconto revista na data efetiva da modificação. O Grupo não realizou nenhum ajuste dessa natureza durante os exercícios apresentados.

Os ativos por direito de uso compreendem a mensuração inicial do passivo correspondente, os pagamentos efetuados antes ou no dia do início da locação, deduzidos dos incentivos recebidos, e quaisquer custos diretos iniciais. São subsequentemente mensurados pelo custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que o Grupo incorre na obrigação de gastos para dismantelar e remover um ativo locado, restaurar o local em que o mesmo está localizado ou restaurar o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, mensurada de acordo com o IAS 37. Na medida em que os gastos estejam relacionados com um ativo por direito de uso, os gastos serão incluídos no ativo por direito de uso relacionado, a menos que esses gastos sejam incorridos para produzir inventários.

Os ativos por direito de uso são depreciados pelo período mais curto entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente. Se uma locação transferir a propriedade do ativo subjacente ou o valor do ativo por direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra, o ativo por direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação inicia-se na data de início da locação. Os ativos por direito de uso são apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica “Ativos fixos tangíveis”.

O Grupo aplica a IAS 36 para determinar se um ativo por direito de uso se encontra em imparidade e contabiliza qualquer perda por imparidade identificada, conforme descrito na política "Ativos fixos tangíveis".

As locações de valor variável que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação e do ativo por direito de uso. Os respetivos pagamentos são reconhecidos como gasto no período em que ocorre o evento ou condição que determina a ocorrência desses pagamentos, e são incluídos na rubrica "Outros gastos" na demonstração consolidada dos resultados.

A IFRS 16 permite que o locatário não separe os componentes que não são de locação e contabilize qualquer locação e componentes de não locação associadas como um único contrato. O Grupo não usou este expediente prático. Para contratos que contenham uma componente de locação e uma ou mais componentes adicionais de locação ou não locação, o Grupo aloca a contraprestação prevista no contrato para cada componente de locação com base no preço, independente da componente de locação, e no preço independente dos componentes de não locação.

2.26. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício em que os dividendos são aprovados pelo acionista e até ao momento da sua liquidação.

2.27. Rédito

A Grupo TAP reconhece o rédito de acordo com o princípio nuclear introduzido pela IFRS 15, isto é, para refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo com 5 fases, nomeadamente: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação de um preço de transação; (iv) alocação do preço de transação a obrigações de desempenho e (v) reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

O valor da venda do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica "Documentos pendentes de voo". Quando o transporte é efetuado ou o bilhete caduca, o valor da venda é transferido desta rubrica para rendimentos do exercício ou para uma conta a pagar consoante o transporte tenha sido: i) efetuado pelo Grupo ou a bilhete caduca sem direito a reembolso, ii) efetuado por outra transportadora aérea ou a bilhete caduca com direito a reembolso, respetivamente, por um montante geralmente diferente do registado no momento da venda. São efetuadas análises periódicas do saldo da rubrica de documentos pendentes de voo, de forma a corrigir os saldos dos bilhetes vendidos a fim de verificar os que já foram voados ou cujos cupões perderam a validade, não podendo, portanto, ser voados ou reembolsados.

As comissões, atribuídas a entidades terceiras pela Grupo na venda de bilhetes, são diferidas e registadas como gastos do exercício, de acordo com a periodização entre exercícios das respetivas receitas de transporte.

O Grupo reconhece a receita de contratos de manutenção de acordo com o método de *cost-to-cost* (também denominado de método da percentagem de acabamento), que é definido como o rácio entre os gastos incorridos em cada contrato até uma determinada data e os gastos estimados para completá-lo. As diferenças obtidas entre os valores decorrentes da

aplicação do método da percentagem de acabamento ao total de receita estimada e os valores já faturados são registados na rubrica de contas a receber, como credores por acréscimo de rendimentos (Nota 10). Além disso, o Conselho de Administração do Grupo considera que o método *cost-to-cost* é o método mais apropriado para medir o grau de cumprimento das obrigações de desempenho nos contratos de manutenção.

Quando é provável que os gastos totais de um contrato excedam a receita total, a perda esperada é reconhecida imediatamente como gasto. Note-se que os contratos de manutenção geralmente têm durações inferiores a 3 meses.

No programa passageiro frequente “TAP Miles&Go” (antigo “TAP Victoria”), o Grupo segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efetuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao referido programa de fidelização, as quais podem, posteriormente, ser utilizadas na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente tarifas reduzidas.

No momento da venda de um bilhete, o Grupo considera que tem uma obrigação de desempenho separada correspondente aos pontos do programa Miles&Go atribuídos. Com base no histórico do número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização, e na valorização unitária atribuída, o Grupo procede ao reconhecimento do diferimento do rédito estimado como correspondente à atribuição das milhas. A valorização das milhas é determinada usando o “stand-alone price”, que se baseia no valor médio equivalente do bilhete considerando o histórico da redenção de milhas. O rédito é assim reconhecido quando as milhas são utilizadas ou expiram, geralmente três anos após a data de emissão.

O rédito é reconhecido líquido de impostos indiretos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.

2.28. Especialização dos exercícios

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos, à medida que são gerados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras contas a receber, outros ativos correntes, outras contas a pagar ou outros passivos correntes.

2.29. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.22.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.30. Itens não recorrentes

De acordo com as disposições dos parágrafos 85 e 86 na IAS 1, os itens não recorrentes refletem rendimentos e gastos não usuais que devem ser reportados separadamente das habituais linhas da demonstração dos resultados, dada a sua magnitude e relevância para a compreensão das operações do Grupo. O Grupo procura apresentar uma medida de desempenho subjacente que não seja impactada por itens não recorrentes relevantes. Os itens classificados como não recorrentes incluem eventos significativos ou incomuns, não relacionados diretamente com a atividade operacional, nomeadamente no que diz respeito a eventos intrínsecos ao seu negócio, a atividade de aviação, conforme descrito nas Notas 30 e 31.

2.31. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira consolidada, na rubrica “Passivos remunerados correntes”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais, (2) atividades de investimento e (3) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam, essencialmente, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e ao pessoal. Englobam, ainda, os pagamentos de impostos indiretos líquidos, do imposto sobre o rendimento e os pagamentos relacionados com benefícios de reforma.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamento de dividendos.

Os pagamentos de locações são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, como segue:

- a) Os pagamentos de locações que representam pagamentos em dinheiro da parcela principal dos passivos locação são apresentadas como fluxos de caixa resultantes de atividades de financiamento;
- b) Os pagamentos de locação que representam a parcela de juros também são apresentadas como fluxos de caixa resultantes de atividades de financiamento; e

- c) Os pagamentos de locação que não foram incluídos na mensuração dos passivos de locação, incluindo pagamentos variáveis, locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor, são apresentados como fluxos de caixa operacionais.

2.32. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.33. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

As estimativas e as premissas, que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

→ Impostos diferidos (Nota 9)

O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações, apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, o Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. O Grupo analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais.

→ Benefícios pós-emprego (Nota 19)

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 19. O Grupo tem como política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos e financeiros, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades (Notas 10, 11 e 16)**

O Grupo tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber são calculadas, com base no risco de crédito estimado para cada perfil de cliente e na situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes (Nota 22)**

O Grupo reconhece uma obrigação contratual, no âmbito do programa de fidelização de clientes "TAP Miles&Go", com base no valor unitário da milha, atendendo ao "stand-alone price". Alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

→ **Documentos pendentes de voo (Nota 21)**

Esta rubrica inclui o montante de bilhetes vendidos a clientes cujo voo ainda não ocorreu.

O Grupo procede a uma análise periódica do saldo da rubrica "Documentos pendentes de voo" por forma a corrigir os valores de bilhetes vendidos cujos cupões já não são válidos. A estimativa do montante desses cupões, que não serão trocados ou reembolsados, requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas. A variação de 5% nesta estimativa tem um impacto de 3,4 milhões de Euros na receita reconhecida.

→ **Vida útil e valor residual dos ativos fixos tangíveis (Nota 4)**

A determinação das vidas úteis dos ativos e o seu valor residual, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

→ **Locações (Notas 4 e 17)**

No contexto da adoção da IFRS 16, o Grupo reconhece ativos por direito de uso e passivos de locação sempre que um contrato de locação lhe atribua o direito a controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de um determinado montante. Para avaliar se existe controlo sobre o uso de um ativo identificável, o Grupo considera se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável; (ii) tem o direito de obter substancialmente todos os

benefícios económicos do uso do ativo durante o prazo da locação; e (iii) tem o direito a controlar o uso do ativo. O Grupo usa estimativas e aplica o seu julgamento na análise dos contratos de locação, em particular no que respeita às opções de cancelamento e renovação previstas nos contratos e na determinação da taxa incremental de financiamento a aplicar.

→ **Provisão de *redelivery* (Nota 16)**

O Grupo TAP incorre em responsabilidades por custos de manutenção em relação a aeronaves operadas em regime de locação sem opção de compra. Estas derivam de obrigações contratuais legais e construtivas relativas à condição da aeronave quando esta é devolvida ao locador. Para cumprir estas obrigações, o Grupo terá normalmente de realizar intervenções de manutenção estruturais durante o período de locação. O Grupo TAP especializa esta responsabilidade com base na utilização efetiva da aeronave, nomeadamente horas ou ciclos voados. Na mensuração desta responsabilidade são considerados vários pressupostos, sendo os mais relevantes: i) a utilização (horas de voo, ciclos etc) e condição da aeronave, ii) os custos esperados das intervenções estruturais de manutenção no momento em que se espera que ocorram e iii) a taxa de desconto utilizada.

Os principais pressupostos são revistos periodicamente, tendo em consideração a informação disponível, podendo existir circunstâncias que alterem de forma significativa a referida estimativa, como por exemplo a renegociação das condições de *redelivery* da aeronave, alteração significativa da utilização da aeronave e suas condições de navegabilidade, renegociação de contratos de locação, assim como alterações no custo das referidas manutenções estruturais. A estimativa do custo futuro da manutenção estrutural das aeronaves requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

A gestão de risco é conduzida a nível estratégico pelo Grupo e objeto de acompanhamento permanente por parte dos órgãos de gestão. As linhas de orientação definidas e decisões adotadas no domínio da gestão de risco são elementos fundamentais para o posicionamento do Grupo face às ameaças externas que os mercados e a envolvente económico-financeira colocam. Dada a multiplicidade de cenários e desenvolvimentos possíveis, a estratégia de gestão de risco do Grupo incorpora elementos de flexibilidade e discricionariedade que permitam adaptação em tempo útil às alterações do contexto geral.

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, nomeadamente risco do preço do combustível, risco de preços das licenças a adquirir para *compliance* das diretivas de emissão de CO₂, risco cambial, risco de taxa de juro, assim como risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco do Grupo é dirigida e acompanhada pelo Conselho de Administração sendo executada pelas áreas de gestão competentes do Grupo e, em particular, no respeitante a instrumentos financeiros de gestão de risco, incluindo operações de derivados de combustível, taxa de juro e cambiais, por parte do departamento de finanças corporativas, seguindo as linhas de orientação e políticas definidas e divulgadas bem assim como instruções específicas emitidas.

→ Risco de mercado

O Grupo encontra-se exposto a vários mercados geográficos, nomeadamente Europa, América do Sul, América do Norte e África.

Relativamente à atividade de transporte aéreo, diversos mercados contribuíram significativamente para o crescimento global das vendas e receitas em 2019, com ênfase nos mercados Norte Americano e Português.

De referir que o Grupo beneficiou e contribuiu para o crescimento do turismo no Mercado Português, que tem atingido sucessivamente diversos recordes em vários indicadores, desde os níveis de ocupação dos hotéis, o número de dormidas e o número de turistas estrangeiros, bem como o nível da balança externa do país em viagens e Turismo e a entrada em operação de novos hotéis.

No Mercado Europeu, a competição baseia-se em: (i) preço, nomeadamente dependendo da rota e do tipo de cliente (lazer ou negócios) e (ii) modelos de negócio e redes de rotas que as companhias usam para ajustar os seus serviços às necessidades dos clientes. Este produto diferenciado incorpora elementos como a fiabilidade, regularidade, pontualidade, diversidade de horários, frequência de voos, conforto do equipamento, qualidade dos produtos e qualidade da experiência de voo. O Grupo adaptou a sua rede aos requisitos dos clients, priorizando a rentabilidade.

Relativamente às características dos aviões, nomeadamente o nível de conforto, modernidade, avanços tecnológicos, economia de uso, baixo consume, baixo ruído, baixas emissões e flexibilidade em termos de autonomia de voo. A renovação da frota do Grupo para uma das mais novas da Europa apresenta-se como uma vantagem competitiva fundamental. De facto, no âmbito do plano estratégico de renovação global da sua frota, 28 aviões foram adicionados durante 2019, nomeadamente: 14 A330neo, 6 A320neo, 4 A321neo e 4 A321neo LR. Anteriormente, de 2016 a 2018, um plano de remodelação abrangente da frota para 48 aviões também foi desenvolvido.

Se as iniciativas já implementadas pelo Grupo não tiverem os efeitos desejados de melhoria de frota, melhoria de serviço ou atratividade de preço, e se o Grupo não completar de forma bem sucedida o seu plano de reestruturação de frota, as receitas e resultados do Grupo TAP podem ser negativamente impactados no futuro.

→ Risco do preço do combustível

Nos mercados da aviação comercial, as companhias aéreas estão particularmente sujeitas ao impacto de alterações nos mercados internacionais de energia que determinam os seus custos com combustíveis. Este custo é a componente com mais peso na estrutura de custos de exploração do Grupo. Por outro lado, trata-se de uma componente de custo com uma extrema volatilidade e que é não só determinante para o resultado de exploração, como também para a definição das condições tarifárias e políticas de mercado, em cada ano.

O ano de 2019 assistiu a uma queda do preço do combustível: o barril de brent reduziu de 71,15 USD para 64,03 USD, representando uma redução de cerca de -10,0%. No entanto, este período foi marcado por um alto nível de volatilidade no mercado de energia, com o preço do barril de Brent a flutuar entre um valor máximo de 73,9 USD e um valor mínimo

de 52,8 USD durante esse período. Adicionalmente, o preço médio por tonelada de *jet fuel* manteve-se nos 631,7 USD em 2019, em comparação com 687,7 USD em 2018, registrando uma redução de -8,1%.

Durante o ano de 2019, o Grupo realizou operações de fixação de preço de combustível que contribuíram para mitigar o impacto da subida do custo do combustível (Nota 10).

O Grupo está igualmente sujeita a alterações nos preços das licenças de CO₂, as quais são adquiridas todos os anos para cumprir com as regras da UE. O Grupo não tem uma política de cobertura deste risco implementada. Durante 2019 os preços do CO₂ oscilaram entre 18,7 Euros e 29,8 Euros.

Em 31 de dezembro de 2019 uma variação (positiva ou negativa) de 10%, no preço do *jet fuel*, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 77 milhões de Euros.

→ **Risco cambial**

A exposição do Grupo a variações cambiais resulta da presença em diversos mercados geográficos afetando diversas rubricas de custos relevantes e diversos ativos e passivos. No conjunto dos mercados onde o Grupo está presente, a exposição cambial é significativa em função da operação em mais de 100 rotas, em três continentes, e ainda dada a posição de relevo nas rotas entre a Europa e o continente americano, em termos de atividade de transporte aéreo, para além do seu envolvimento no Brasil na atividade de manutenção e engenharia de aeronaves.

Aos riscos inerentes às flutuações cambiais de mercado e às decisões de política cambial das autoridades monetárias, de países com regimes de câmbios controlados, somam-se os riscos soberanos como aquele que se materializou, nos últimos anos, na Venezuela decorrente da situação de colapso económico-financeiro daquele país. Neste contexto, apesar da forte diversificação geográfica da atividade comercial e da atividade operacional do Grupo, grande parte das vendas são efetuadas em mercados cuja divisa oficial é o euro, ou cuja divisa está em regime de câmbio fixo com a zona euro. Assim, a preocupação do Grupo centra-se na possibilidade de oscilações nos proveitos obtidos nos restantes mercados, dos quais se destacam, o brasileiro, o americano e o angolano.

Em termos de receitas, em 2019 o *share* da receita do Brasil manteve-se num nível similar relativamente ao ano anterior. Ainda no que refere ao mercado brasileiro, merecem destaque as seguintes situações, com potencial impacto em tesouraria por via cambial, favorável ou desfavorável: a prática de vendas parceladas e os acordos, pontualmente estabelecidos com as entidades *acquirers*/bancos, para antecipação, de receitas angariadas. A volatilidade que caracteriza a moeda brasileira tem consequências a nível da política tarifária, obrigando a grande flexibilidade na gestão da capacidade e a rápida reação na gestão de rede e *pricing* no sentido de mitigar os efeitos da concorrência e manter taxas de ocupação satisfatórias. Tendo em vista reduzir o impacto da volatilidade cambial, realizaram-se durante este ano várias operações de proteção de câmbio de BRL/EUR.

O mercado americano representava, no final do ano de 2018, no conjunto de vendas de passagens, cerca de 14% do total, aumentado cerca de 3 pontos percentuais comparativamente ao ano anterior. A exposição ao dólar que daí advém é importante para contrabalançar a exposição líquida adversa à divisa que o Grupo tem em parte substancial dos seus

custos. As perspetivas continuam a ser de crescimento e expansão no mercado norte-americano, dado que a expansão no Atlântico Norte constitui um elemento da estratégia comercial e uma fonte de diversificação relevante em termos económicos e também em termos cambiais.

Outros mercado com uma expressão cambial relevante em receitas do Grupo é o mercado angolano, embora apenas uma parcela desse mercado seja denominado em kwanzas. No final de 2019, os ativos denominados em Kwanzas representavam cerca de 2% do total de ativos denominados em moeda estrangeira.

Os diversos custos em divisas do Grupo são responsáveis pelo desequilíbrio significativo na sua balança cambial, sendo esta deficitária em relação ao dólar. Em termos genéricos, as rubricas de custos do Grupo são, na sua grande maioria, dependentes do euro e do dólar tendo as restantes divisas, à exceção do real brasileiro, uma expressão reduzida. O dólar, contudo, é a moeda de referência a nível da aviação e abrange inputs tão importantes e diversos como combustível, locação de aeronaves, materiais e serviços de manutenção, seguros de aviação, taxas de navegação e aeroportuárias em muitas das áreas geográficas. No caso concreto de combustíveis, mesmo em contratos objeto de faturação e liquidação em euros, designadamente no mercado português, o cálculo de valores a cobrar é indexado, e estabelecido por referência, à cotação do dólar face ao euro, constituindo o gasto com combustível uma exposição quase integral ao dólar, na qual se excetuam apenas determinadas taxas e comissões comerciais, com peso marginal na fatura global com combustíveis.

Também no caso de locações operacionais e *wet leases* o mercado funciona denominado em dólares desde as rendas mensais às reservas de manutenção ou aos depósitos de garantia. A manutenção de aeronaves é outra fonte de exposição ao dólar que nem sempre é repercutida no cliente final em termos de faturação nessa divisa. Os diversos materiais incorporados na frota TAP são também, normalmente, adquiridos em dólares. A nível estritamente financeiro, ainda, dado que alguns empréstimos do Grupo são, igualmente, denominados em dólares, também os respetivos juros e reembolsos de capital são responsabilidades e exposição adicional à divisa americana. Em final de 2019, 12% da dívida remunerada do Grupo estava denominada em dólares, contra 8% em final de 2017.

A exposição ao dólar tem também uma dimensão de longo prazo resultante das responsabilidades assumidas com a compra de aeronaves no quadro atual de investimentos contratualizados com a Airbus. A encomenda firmada com este fabricante, relativamente a 36 aeronaves, a serem entregues nos próximos anos, traduz-se numa exposição ao dólar, a médio e longo prazo, de um valor muito material, mas significa, ainda, no curto prazo, um esforço de investimento anual de montantes elevados, em dólares, a título de adiantamentos pagos ao fabricante.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

	2019				
	USD	BRL	AOA	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 14)	225.268.194	10.948.393	12.386.044	13.733.352	262.335.983
Outros ativos financeiros (Nota 8)	5.336.261	-	-	-	5.336.261
Contas a receber - clientes (Nota 10)	44.535.711	120.813.029	941.987	15.347.881	181.638.608
Contas a receber - outros (Nota 10)	205.915.262	11.455.835	37.306	7.584.860	224.993.263
	481.055.428	143.217.257	13.365.337	36.666.093	674.304.115
PASSIVOS					
Passivos remunerados (Nota 17)	164.032.127	-	-	-	164.032.127
Passivos com obrigações contratuais	2.084.698.745	-	-	-	2.084.698.745
Contas a pagar - fornecedores	48.719.416	1.925.323	409.290	7.148.212	58.202.241
Contas a pagar - outros	54.744.526	4.939.994	1.547.926	5.785.707	67.018.153
	2.352.194.814	6.865.317	1.957.216	12.933.919	2.373.951.266
	2018				
	USD	BRL	AOA	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 14)	87.049.145	5.869.911	5.187.861	14.389.643	112.496.560
Outros ativos financeiros (Nota 8)	13.680.637	-	-	-	13.680.637
Contas a receber - clientes (Nota 10)	60.094.462	52.842.524	1.034.377	14.973.047	128.944.410
Contas a receber - outros (Nota 10)	141.581.648	20.925.845	548.689	6.000.003	169.056.185
	302.405.892	79.638.280	6.770.927	35.362.693	424.177.792
PASSIVOS					
Passivos remunerados (Nota 17)	62.446.843	-	-	-	62.446.843
Contas a pagar - fornecedores	75.449.929	17.408.455	1.419.410	8.864.725	103.142.519
Contas a pagar - outros	131.936.742	1.410.829	937.750	5.589.322	139.874.643
	269.833.514	18.819.284	2.357.160	14.454.047	305.464.005

De referir que, em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de outros ativos financeiros inclui o montante de 4.880 milhares de Euros (2018: 13.224 milhares de Euros), referentes às “Obrigações do Tesouro de Angola”, subscritas em 2018 e em 2017, indexadas ao dólar. Adicionalmente, na rubrica de caixa e seus equivalentes, também indexado ao dólar, encontra-se incluído o montante de 431 milhares de Euros, igualmente depositado em Angola (2017: 10.771 milhares de Euros).

Em 31 de dezembro de 2019, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 16 milhões de Euros (2017: 16 milhões de Euros).

→ Risco de taxa de juro

Em final de 2015, coincidente com a reprivatização do Grupo TAP, registaram-se várias alterações nas operações financeiras em vigor, incluindo uma profunda reestruturação da dívida de curto prazo com entidades nacionais. Em 30 de junho de 2017 foram formalizados acordos relativos aos financiamentos do Grupo TAP com 8 bancos credores, que haviam participado anteriormente na renegociação de 2015, que permitiram ao Grupo diferir prazos de reembolso bem como uniformizar e baixar genericamente as margens aplicadas ao conjunto de empréstimos concedidos pelas referidas instituições bancárias.

Em final de junho de 2018, foi celebrado um financiamento com a sucursal portuguesa de uma instituição financeira estrangeira, no montante de 70 milhões de Euros. Também durante este semestre ocorreu o refinanciamento de 6 aeronaves usadas.

O Grupo emitiu uma emissão privada de empréstimo obrigacionista, integralmente subscrita em 17 de janeiro de 2019, no montante de 137 milhões de Euros, com maturidade em 2034 e uma taxa de juro anual fixa de 3,873%. O cumprimento do reembolso das obrigações de capital e juros relativos a este empréstimo obrigacionista beneficia de um penhor sobre um depósito bancário constituído pelo emitente para este propósito específico (apresentado, na demonstração da posição financeira, como uma dedução à dívida financeira líquida) e de garantias adicionais sobre direitos contratuais que não afetam quaisquer ativos reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira do Grupo.

A TAP S.A. fez uma oferta pública de obrigações a 4 anos, com uma taxa de juro anual fixa de 4,375%, no montante de 200 milhões, denominado "TAP 2019-2023 Bonds". A emissão, física e em termos de conclusão financeira da transação, bem como a admissão à negociação na Euronext Lisbon, ocorreu em 24 de junho de 2019.

Em dezembro de 2019, o Grupo também realizou uma oferta pública de obrigações a 5 anos, com a taxa de juro fixa de 5,625% anual, no montante de 375 milhões de euros, denominada "TAP 2019-2024 Bonds". A emissão, liquidação financeira e física da transação, bem como a admissão à negociação das obrigações, ocorreu em 2 de dezembro de 2019.

O montante de financiamento a taxa fixa no conjunto da dívida do Grupo manteve-se nos mesmos níveis, cerca de 22% do total, quer em 2019, quer em 2018. A generalidade dos financiamentos a taxa variável, correspondentes a cerca de 78% do total, vencem juros à Euribor, acrescida da margem contratual e, tendo estado este indexante em valores negativos, para todos os prazos, ao longo de 2018, o valor aplicado nas respetivas operações foi de zero, de acordo com o floor imposto pelas entidades financiadoras. Na prática todos os créditos em euros a taxa variável têm como custo apenas a margem contratual.

O risco de taxa de juro não se materializou, de forma significativa, nos anos recentes dado o prolongado período de taxas de juro, próximas de zero, que se tem verificado na Europa. Contudo, ao longo de 2019, à semelhança de 2018, assistiu-se a uma gradual subida das taxas de juro em dólares. Os impactos futuros de uma subida do nível geral das taxas de juro, quer no dólar, quer no euro, serão relevantes para o Grupo, não apenas no referente à dívida existente, mas também no que se refere a valores de dívida a contratar no futuro em resultado dos investimentos programados na frota. As taxas de juro são, ainda, um fator de agravamento de custo nas locações, transações em que, normalmente, o nível de taxas de juro de longo prazo é repercutido na renda da aeronave.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos financeiros sujeitos ao risco de variação de taxa de juro, por tipo de taxa de juro, resumem-se do seguinte modo:

	2019					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	107.936.821	106.545.332	121.989.387	29.821.633	-	366.293.173
Locações com opção de compra	24.856.624	16.755.798	53.407.666	-	-	95.020.088
	132.793.445	123.301.130	175.397.053	29.821.633	-	461.313.261
Taxa fixa						
Empréstimos	17.517.511	7.495.321	586.833.472	23.972.484	81.290.526	717.109.314
Locações com opção de compra	11.028.410	11.348.236	37.469.415	88.296.773	31.729.835	179.872.669
	28.545.921	18.843.557	624.302.887	112.269.257	113.020.361	896.981.983
Total	161.339.366	142.144.687	799.699.940	142.090.890	113.020.361	1.358.295.244
% taxa fixa	18%	13%	78%	79%	100%	66%

	2018					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	142.201.343	154.619.470	269.494.091	37.218.192	-	603.533.096
Locações com opção de compra	24.538.558	18.479.660	33.401.352	9.342.090	-	85.761.660
	166.739.901	173.099.130	302.895.443	46.560.282	-	689.294.756
Taxa fixa						
Empréstimos	8.095.586	13.659.323	18.682.120	-	-	40.437.029
Locações com opção de compra	5.811.309	6.086.737	6.702.949	27.607.050	-	46.208.045
	13.906.895	19.746.060	25.385.069	27.607.050	-	86.645.074
Total	180.646.796	192.845.190	328.280.512	74.167.332	-	775.939.830
% taxa fixa	8%	10%	8%	37%	-	11%

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática, as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estas premissas e considerando igualmente: (i) pressupostos teóricos de taxa de juro e de taxa de câmbio eurodólar e (ii) que o ritmo de amortização intra-anual é linear para efeito de cálculo dos juros futuros (pressuposto simplificador), um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos com taxa variável, a 31 de dezembro de 2019 resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 5 milhões de Euros (2017: 8 milhões de Euros).

Na Nota 19 encontra-se apresentado o detalhe da dívida remunerada.

→ Risco de liquidez

O risco de liquidez do Grupo é, uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, de perdas ou ganhos cambiais e de atividades de investimento, quando significativas. O Grupo tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível de gastos ou rendimentos correntes, condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez, o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo.

Outra situação que afeta o risco de liquidez do Grupo é a impossibilidade de expatriar caixa de mercados internacionais onde o Grupo opera, por escassez de moeda. Como foi o caso de Angola sendo que, no ano de 2019, o Grupo TAP conseguiu expatriar grande parte do valor em caixa neste país.

A liquidez do Grupo revela um acréscimo muito significativo face ao final de 2018, passando de 223,7 milhões de Euros para 426,2 milhões de Euros no final do ano. Durante este ano foi possível também concretizar operações de locação futura de algumas aeronaves incluindo *predelivery payments*, o que permitiu minimizar o consumo de liquidez decorrente do pagamento de adiantamentos elevados à Airbus. Como já referido, foi ainda realizada uma operação de antecipação de recebíveis do mercado brasileiro.

No quadro abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se pressupostos teóricos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar. Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	2019						Total
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Empréstimos	90.211.169	83.444.041	162.673.798	781.700.612	145.129.385	-	1.263.159.005
Locações com opção de compra	24.554.726	24.429.149	40.393.072	118.127.210	109.803.175	33.867.207	351.174.539
Locações sem opção de compra	212.044.689	214.641.097	366.503.715	677.788.421	679.741.895	127.958.669	2.278.678.486
Total	326.810.584	322.514.287	569.570.585	1.577.616.243	934.674.455	161.825.876	3.893.012.030

	2018					
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Total
Empréstimos	83.500.911	88.722.113	186.489.167	305.477.510	40.950.556	705.140.257
Locações com opção de compra	20.726.696	14.643.421	28.972.636	49.052.110	43.183.271	156.578.134
Total	104.227.607	103.365.534	215.461.803	354.529.620	84.133.827	861.718.391

→ **Risco de crédito**

O quadro seguinte apresenta elementos relativos aos ativos do Grupo a 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	2019	2018
Ativos não correntes		
Outros ativos financeiros e contas a receber	116.750.280	61.617.918
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	426.290.329	223.714.593
Outras contas a receber - clientes (Nota 10)	240.677.357	169.279.011
Outros ativos financeiros e contas a receber (Notas 10 e 13)	1.052.318.880	996.789.467
	1.836.036.846	1.451.400.989

O Grupo aplica a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza uma expectativa de perdas esperadas para todas as contas a receber. Para medir as perdas de crédito esperadas, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns e no vencimento. As taxas de perdas esperadas baseiam-se nos perfis de pagamento das vendas e serviços prestados ao longo de um período de 36 meses antes de 31 de dezembro de 2019 ou 1 de janeiro de 2019, respetivamente, e das perdas de crédito históricas correspondentes verificadas durante este período. Decorrente da análise realizada, e atendendo ao facto de parte substancial das receitas do Grupo ser recebida antecipadamente, a taxa de perda de crédito esperada é muito reduzida e, consequentemente, os impactos decorrentes imateriais.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, conforme identificado na Nota 10, são regularizados, principalmente, através dos sistemas IATA Billing and Settlement Plan (“BSP”) e IATA Clearing House (“ICH”), o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada, e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade.

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo realizou *predelivery payments* à Airbus com vista à aquisição de novas aeronaves e celebrou contratos de *leasing* operacional para a aquisição de aeronaves, nos quais paga aos *lessors* reservas de manutenção e cauções. Na análise das perdas de crédito destes montantes, o Grupo considera a situação financeira das contrapartes, bem como todas as transações que tem em curso com as mesmas.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

Em novembro de 2019, a TAP obteve um rating de crédito pela primeira vez junto de duas agências de crédito internacionais, tendo-lhe sido atribuído um rating BB- (preliminar, Outlook estável) pela Standard & Poor's e um rating B2 (Outlook estável) pela Moody's Investors Service.

→ **Gestão de capital**

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, é manter uma estrutura de capital equilibrada. A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de tesouraria.

Relativamente ao passivo remunerado, corrente e não corrente, verificou-se, uma subida de cerca de 75% face a 2018. A dívida do Grupo tem uma medida contabilística rigorosa, que pode ser analisada e medida de forma mais abrangente e substancial, englobando agregados cujo comportamento é, nalguns aspetos, similar a financiamentos. Trata-se do caso das locações operacionais, especialmente de aeronaves, à qual estão ligados também diversos fatores de risco similares aos dos financiamentos. O incremento do conjunto de encargos com aeronaves em locação operacional corresponde a um aumento de responsabilidades futuras significativas, na medida em que se trata de contratos de médio e longo prazo, que se assemelham ao pagamento faseado de dívida, embora sem risco de valor residual do bem no termo da respetiva locação. Para além da renovação e expansão de frota, em regime de locação, será relevante para a gestão de risco, e em termos de retorno do capital investido, o aumento futuro de dívida que venha a ocorrer, nos próximos anos, sob a forma de financiamento, ou sob a forma de locação operacional, associado ao ciclo de investimento na nova frota do Grupo.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo fixo tangível, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foi como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Direito de uso de ativos (Nota 18)	Total
Custo de aquisição											
Saldo em 1 de janeiro de 2018	41.168.153	156.172.681	1.288.811.771	2.405.474	23.824.794	56.220.858	12.143.578	46.991.329	180.849.770	-	1.808.588.408
Aquisições	-	293.361	86.484.187	12.457	1.624.264	999.719	417.598	37.011.066	42.366.558	-	169.209.210
Alienações	(25.346)	(127.557)	(821.449)	(154.465)	-	(429.269)	-	(27.237.795)	-	-	(28.795.881)
Regularizações, transferências e abates	(17.210)	(1.013.611)	6.411.642	(86.542)	(12.490)	(434.939)	(140.111)	(17.719.460)	(126.301.735)	-	(139.314.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41.125.597	155.324.874	1.380.886.151	2.176.924	25.436.568	56.356.369	12.421.065	39.045.140	96.914.593	-	1.809.687.281
Adoção IFRS 16 (Nota 2.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.178.987.847	1.178.987.847
Aquisições	-	699.544	222.406.611	23.753	2.502.785	2.325.336	304.788	29.315.029	20.637.801	1.622.431.990	1.900.647.637
Alienações	-	-	(531.022.329)	-	-	(5.598)	-	(24.489.208)	-	-	(555.517.135)
Fusão Megasis	-	-	7.650.870	-	-	9.341.947	21.102	6.510	-	-	17.020.429
Regularizações, transferências e abates	-	-	(6.369.180)	69.824	(26.820)	(1.266.438)	(20.846)	(3.859.867)	(42.324.105)	(59.959.978)	(113.757.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.125.597	156.024.418	1.073.552.123	2.270.501	27.912.533	66.751.616	12.726.109	40.017.604	75.228.289	2.741.459.859	4.237.068.649
Deprec. acumuladas e perdas por imparidade											
Saldo em 1 de janeiro de 2018	-	74.329.200	1.072.404.941	2.189.827	16.134.913	54.422.514	10.688.436	-	-	-	1.230.169.831
Depreciações (Nota 30)	-	5.409.679	56.639.172	91.089	674.540	880.014	332.964	-	-	-	64.027.458
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	-	4.186.407	-	-	-	-	-	-	-	4.186.407
Alienações	-	(51.792)	(778.643)	(104.693)	-	(428.602)	-	-	-	-	(1.363.730)
Regularizações, transferências e abates	-	(920.709)	(6.790.784)	(86.542)	(11.488)	(419.400)	(140.111)	-	-	-	(8.369.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	78.766.378	1.125.661.093	2.089.681	16.797.965	54.454.526	10.881.289	-	-	-	1.288.650.932
Depreciações (Nota 30)	-	5.431.247	62.424.035	54.293	697.722	1.544.262	342.795	-	-	394.150.933	464.645.287
Fusão Megasis	-	-	6.501.452	-	-	8.846.575	18.631	-	-	-	15.366.658
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	-	2.740.781	-	-	-	-	-	-	-	2.740.781
Alienações	-	-	(516.090.444)	-	-	(5.217)	-	-	-	-	(516.095.661)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(12.882.500)	2.291	(18.931)	(1.265.621)	(20.846)	-	-	(30.382.309)	(44.567.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	84.197.625	668.354.417	2.146.265	17.476.756	63.574.525	11.221.869	-	-	363.768.624	1.210.740.081
Valor líquido a 31 de dezembro de 2018	41.125.597	76.558.496	255.225.058	87.243	8.638.603	1.901.843	1.539.776	39.045.140	96.914.593	-	521.036.349
Valor líquido a 31 de dezembro de 2019	41.125.597	71.826.793	405.197.706	124.236	10.435.777	3.177.091	1.504.240	40.017.604	75.228.289	2.377.691.235	3.026.328.568

Em 31 de dezembro 2019 a rubrica “Direito de uso” detalhe como segue:

TAP SA	31-dez-19			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	
Ativo Bruto				
Adoção IFRS 16	1.832.381	1.176.363.069	792.397	1.178.987.847
Adições	-	1.622.332.098	99.892	1.622.431.990
Abates	-	(59.959.978)	-	(59.959.978)
Saldo final	1.832.381	2.738.735.189	892.289	2.741.459.859
Depreciações Acumuladas				
Depreciações (Nota 30)	714.284	393.181.811	254.838	394.150.933
Abates	-	(30.382.309)	-	(30.382.309)
Saldo final	714.284	362.799.502	254.838	363.768.624
Valor líquido	1.118.097	2.375.935.687	637.451	2.377.691.235

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede, foram transferidos para a propriedade do Grupo ao abrigo do Decreto-Lei nº 351/89 de 13 de outubro.

Para garantia do pagamento dos montantes devidos ao abrigo de um contrato de mútuo, com instituição nacional, no montante de 75 milhões de Euros, foi constituída uma hipoteca sobre um prédio urbano da TAP S.A. Empresa, composto por vinte e nove edifícios para escritório, oficinas de material de construção e outros, sito no Aeroporto de Lisboa (Nota 16). Em 31 de dezembro de 2019, o montante relativo ao contrato mutuo era de aproximadamente 69 milhões de Euros.

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 222.407 milhares Euros respeitam, maioritariamente, a: (i) aquisição de uma aeronave no montante de cerca de 106.488 milhares Euros e (ii) capitalização de despesas de manutenção da estrutura de aeronaves detidas ou no âmbito de um contrato de locação com opção de compra no valor aproximado de 55.373 milhares Euro e (iii) aquisição de dois reatores ao abrigo de contratos de locação financeira no valor de 30.420 milhares Euros (iv) aquisição de sobressalentes no valor de 17.137 milhares Euros.
- Adicionalmente, a alienação dos A340 ocorrida em 2019 originou um perda de aproximadamente 1.200 milhares de Euros.
- Alienações de equipamento básico no valor líquido de 14.932 milhares Euros, respeita essencialmente à venda de três aeronaves (A330), as quais geraram um ganho no valor de 7.433 milhares Euros.
- As adições de outros ativos em curso no montante de 29.315 milhares Euros respeitam essencialmente a adiantamentos para a aquisição futura de aeronaves.
- O aumento verificado na rubrica Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis no valor de 20.638 milhares Euros respeita, essencialmente, a adiantamentos à Rolls Royce “Total Care”.

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 86.484 milhares Euros respeitam, essencialmente, a: (i) capitalização de despesas de manutenção estrutural das aeronaves detidas ou ao abrigo de um contrato de locação no valor aproximado de 37.876 milhares Euros e (ii) aquisição de dois reatores ao abrigo dos contratos de locação financeira no valor de 33.908 milhares Euros.
- As transferências e abates de equipamento básico respeitam, essencialmente, a abates de sobressalentes e outros equipamentos diversos de manutenção.
- As alienações de outros ativos em curso no valor de 24.489 milhares Euros respeita, essencialmente a equipamento adquirido inicialmente pela TAP S.A. para incorporação em novas aeronaves ao abrigo do *Purchase Agreement* com a Airbus, os quais foram alienados ao fabricante pelo custo de aquisição.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” no montante de 42.367 milhares Euros refere-se a (i) *predelivery payments* para futura aquisição de aeronaves no valor de 25.691 milhares Euros (ii) adiantamento de fornecedores relacionados com projetos de investimentos de equipamentos da frota de medio e longo curso no valor de 13.710 milhares Euros (iii) adiantamentos realizados para a aquisição de reatores no valor de 3.506 milhares Euros.
- O montante de 126.302 milhares Euros de outras transferências e abates na rubrica de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” respeitam, essencialmente à transferência para a TAP SA da posição contratual relacionada com o *predelivery payment* de 12 aeronaves para as entidades locadoras, no montante de 122.675 milhares Euros.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade (Nota 30).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Equipamento básico” tinha a seguinte composição:

	2019			2018		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	17.772.460	(45.421.553)	(27.649.093)	521.730.473	(498.888.988)	22.841.485
Reatores de reserva	8.225.988	(2.255.574)	5.970.414	11.483.714	(7.811.898)	3.671.816
Sobressalentes	121.246.691	(77.138.480)	44.108.211	109.178.704	(76.666.174)	32.512.530
	147.245.139	(124.815.607)	22.429.532	642.392.891	(583.367.060)	59.025.831
Equipamento de voo - em regime de						
Locação com opção de compra						
Frota aérea	761.080.104	(465.303.325)	295.776.779	622.183.679	(473.979.993)	148.203.686
Reatores de reserva	72.803.235	(7.429.895)	65.373.340	33.907.632	(524.284)	33.383.348
	833.883.339	(472.733.220)	361.150.119	656.091.311	(474.504.277)	181.587.034
Máquinas e aparelhagem diversa	92.423.645	(70.805.590)	21.618.055	82.401.949	(67.789.756)	14.612.193
	1.073.552.123	(668.354.417)	405.197.706	1.380.886.151	(1.125.661.093)	255.225.058

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a frota aérea operada pelo Grupo decompõe-se da seguinte forma:

	2019					2018				
	Propriedade TAP	Locação financeira	Locação operacional	ACMI	Total	Propriedade TAP	Locação financeira	Locação operacional	ACMI	Total
Airbus A340	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
Airbus A330	-	-	7	-	7	3	-	14	-	17
Airbus A330 NEO	-	1	16	-	17	-	-	3	-	3
Airbus A319	2	7	9	-	18	-	9	12	-	21
Airbus A320	-	5	14	-	19	-	5	16	-	21
Airbus A320 NEO	-	-	7	-	7	-	-	1	-	1
Airbus A321	-	2	2	-	4	-	2	2	-	4
Airbus A321 NEO	-	-	8	-	8	-	-	4	-	4
Airbus A321 NEO LR	-	-	4	-	4	-	-	-	-	-
Embraer 190	-	-	-	9	9	-	-	-	9	9
Embraer 195	-	-	-	4	4	-	-	-	4	4
ATR 72	-	-	-	8	8	-	-	-	8	8
	2	15	67	21	105	7	16	52	21	96

No decorrer do ano de 2019 ocorreram as seguintes alterações na frota aérea:

- *phase-in* de 10 aeronaves NEO contratadas previamente com a Airbus: dois A321 NEO LR e oito A330 NEO;
- *phase-in* progressivo de 18 aeronaves (seis A320 NEO, quatro A321 NEO, dois A321 NEO LR e seis A330 NEO);
- *phase-out* de sete aeronaves A330, duas A320 e três A319;
- alienação das três aeronaves A330 e quatro aeronaves A340.

No decorrer do ano de 2018 ocorreram as seguintes alterações na frota aérea:

- entrada em operação / *phase in* das quatro primeiras aeronaves da frota NEO contratadas previamente com a Airbus: dois A321 NEO e dois A330 NEO. De referir que um dos A330 NEO só começou a operação comercial em 2019;
- entrada em operação / *phase in* de quatro aeronaves *placement* (um A320 NEO, dois A321 NEO e um A330 NEO). De salientar que a aeronave A330 NEO só começou a operação comercial em 2019;
- *phase-in* de duas aeronaves da Aigle Azur: uma aeronave A319 e uma aeronave A320;
- *phase-out* de uma aeronave A319 em novembro de 2018;
- *phase-out* de uma aeronave A330 em junho de 2018;

5. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica "Propriedades para investimento" refere-se a: i) uma propriedade em Maputo (Moçambique) e ii) dois apartamentos em Sacavém.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os movimentos registados nas propriedades de investimento foram como segue:

	2019	2018
Saldo inicial	1.925.764	883.849
Transferências	-	110.111
Transferências - Fusão Megasis	1.205.000	-
Alienações	(1.000.000)	(361.000)
Variação de justo valor (Notas 23 e 27)	17.800	1.292.804
Saldo final	2.148.564	1.925.764

Para determinar o justo valor das propriedades de investimento, com regularidade o Grupo determina, através de um estudo dado por um avaliador independente, com qualificação profissional reconhecida, tendo os métodos e pressupostos significativos, aplicados na determinação do justo valor das propriedades, sido suportados por evidências do mercado. Em 31 de dezembro de 2019 o justo valor das propriedades de investimentos é semelhante ao seu valor contabilístico.

As quantias reconhecidas nos lucros ou prejuízos do exercício, associadas a rendimentos de rendas e gastos operacionais diretos, são imateriais no conjunto das demonstrações financeiras do Grupo.

6. Ativos intangíveis

No decurso dos exercícios de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na rubrica de ativos intangíveis foi conforme segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de janeiro de 2018	11.951.704	1.881.434	1.484.968	-	15.318.106
Aquisições	-	6.085.323	3.555.255	1.215.922	10.856.500
Regularizações, transferências e abates	-	380.060	(380.060)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.951.704	8.346.817	4.660.163	1.215.922	26.174.606
Aquisições	-	18.043.192	3.382.051	275.740	21.700.983
Regularizações, transferências e abates	-	11.169.878	(4.332.301)	-	6.837.577
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.951.704	37.559.887	3.709.913	1.491.662	54.713.166
Amort. acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo em 1 de janeiro de 2018	(11.951.704)	(485.270)	-	-	(12.436.974)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 30)	-	(2.492.247)	-	-	(2.492.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.951.704)	(2.977.517)	-	-	(14.929.221)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 30)	-	(8.359.097)	-	-	(8.359.097)
Regularizações e transferências	-	(6.048.071)	-	-	(6.048.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.951.704)	(17.384.685)	-	-	(29.336.389)
Valor líquido a 31 de dezembro de 2018	-	5.369.300	4.660.163	1.215.922	11.245.385
Valor líquido a 31 de dezembro de 2019	-	20.175.202	3.709.913	1.491.662	25.376.777

As adições ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica de “Programas de computador” respeitam, essencialmente, à aquisição e desenvolvimento de *software* relacionado com a atividade operacional do Grupo. A rubrica “Regularizações, transferências e abates” inclui transferências efetuadas em resultado da fusão com a Megasis em 2019.

7. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as participações financeiras decompõem-se como segue:

2019				
	% detida	Saldo inicial	Aumentos / diminuições	Saldo final
IC TAP Limited	100%	143.592	-	143.592
IC SAFIT Limited	20%	28.718	-	28.718
		172.310	-	172.310
2018				
	% detida	Saldo inicial	Aumentos / diminuições	Saldo final
IC TAP Limited	100%	143.592	-	143.592
IC SAFIT Limited	20%	28.718	-	28.718
		172.310	-	172.310

8. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Outros ativos financeiros detalha-se como segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações do Tesouro de Angola	4.880.346	-	13.224.721	-
Depósitos bancários na Guiné Bissau	-	1.746.631	-	1.727.665
SITA Group Foundation	-	455.915	-	455.915
Outros	-	39.683	-	39.684
	4.880.346	2.242.229	13.224.721	2.223.264
Imparidades de outros ativos financeiros	-	(1.761.189)	-	(1.742.224)
	4.880.346	481.040	13.224.721	481.040

O montante apresentado relativo a SITA Group Foundation refere-se, essencialmente, a 519.778 certificados (títulos de capital não cotados) daquela empresa, entidade fundada pela Société Internationale de Télécommunications Aéronautiques.

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios de 2019 e 2018 foi como segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
A 1 de janeiro	13.224.721	481.040	34.852.859	46.440.556
Aumentos	-	4.830.936	7.497.818	-
Diminuições	(12.789.293)	-	(66.543.254)	-
Transferências	4.957.349	(4.957.349)	47.272.685	(47.272.685)
Variação cambial	(512.431)	126.413	480.690	1.313.169
Outros movimentos	-	-	(10.336.077)	-
A 31 de dezembro	4.880.346	481.040	13.224.721	481.040

O aumento no período findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de 4.830.936 Euros, refere-se a "Obrigações do Tesouro de Angola" subscritas no valor de 1.737.479 mil Kwanzas, correspondendo à taxa de câmbio original de 316.909 Kwanzas por dólar, com data de vencimento em 18 de dezembro de 2020 e indexado ao dólar.

A redução no período findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de 12.789.293 Euros, refere-se, essencialmente, à alienação de "Obrigações do Tesouro de Angola" subscritas em 2018.

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades de outros investimentos financeiros, nos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
A 1 de janeiro	1.742.224	1.697.564
Variação cambial	18.965	44.660
A 31 de dezembro	1.761.189	1.742.224

9. Ativos e passivos por impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota 2.14, o Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos ativos e passivos, bem como com os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

O Grupo entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço são recuperáveis, quer seja através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, tendo por base projeções de resultados para os anos subsequentes, ajustadas de diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais, quer seja através da reversão de passivos por impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 21%. No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 31,5%, quando se entendeu como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se, ainda, dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018, são como segue:

	2019				Saldo final
	Saldo inicial	Fusão Megasis	Variações com efeitos em resultados (Nota 32)	Variações com efeitos no rendimento integral	
Ativos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	37.163.328	-	29.079.379	-	66.242.707
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	25.432.762	103.615	(1.642.607)	6.458.481	30.352.251
Perdas de imparidade em inventários	6.831.884	-	326.240	-	7.158.124
Perdas de imparidade em contas a receber	7.020.375	13.488	62.972	-	7.096.835
SIFIDE,CFEI e dupla tributação internacional	442.275	-	(442.275)	-	-
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	122.949	-	4.403	-	127.352
Perdas de imparidade em ativos fixos	1.837.028	-	(1.837.028)	-	-
Instrumentos financeiros derivados	12.190.104	-	-	(12.190.104)	-
	91.040.705	117.103	25.551.084	(5.731.623)	110.977.269
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliações efetuadas	18.760.179	258.203	305.699	-	19.324.081
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	7.549.515	7.549.515
Ajustamento decorrentes da adoção da IFRS 16	-	-	(5.090.153)	38.054.184	32.964.031
	18.760.179	258.203	(4.784.454)	45.603.699	59.837.627
			30.335.538	(51.335.322)	

	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 32)	Variações com efeitos no rendimento integral	
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	20.750.265	16.413.063	-	37.163.328
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	16.323.829	4.097.132	5.011.801	25.432.762
Perdas de imparidade em inventários	8.318.398	(1.486.514)	-	6.831.884
Perdas de imparidade em contas a receber	6.872.114	148.261	-	7.020.375
SIFIDE,CFEI e dupla tributação internacional	-	442.275	-	442.275
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	133.103	(10.154)	-	122.949
Perdas de imparidade em ativos fixos	471.288	1.365.740	-	1.837.028
Instrumentos financeiros derivados (Nota 15)	-	-	12.190.104	12.190.104
	52.868.997	20.969.803	17.201.905	91.040.705
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações efetuadas	19.691.715	(931.536)	-	18.760.179
	19.691.715	(931.536)	-	18.760.179
		21.901.339	17.201.905	

Os efeitos da adoção da IFRS 16 nos ativos por impostos diferidos são reconhecidos pelo valor líquido nos passivos por impostos diferidos.

→ Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados em 2014 e 2015 são reportáveis durante um período de doze anos, e os prejuízos fiscais gerados após 2017 são reportáveis durante um período de cinco anos, após a sua ocorrência, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 70% do lucro tributável.

O Grupo considera que são recuperáveis parte dos prejuízos fiscais reportáveis, através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente. De referir que, apesar do Grupo ter vindo a proceder ao exercício do seu legítimo direito de contestação, não foram registados impostos diferidos ativos relacionados com os prejuízos fiscais reportáveis que resultaram da operação de securitização nos anos de 2014 e 2015, no montante de 99 milhões de Euros, atualmente em discussão em tribunal tributário.

Os prejuízos fiscais reportáveis em 31 de dezembro de 2019 detalham-se conforme segue:

Exercício do prejuízo fiscal	Prejuízos fiscais a 31 de dezembro de 2019	Ano limite para dedução
2014	31.071.827	2026
2015	169.256.624	2027
2018	78.541.247	2023
2019 (estimativa)	138.690.421	2024
	417.560.119	

	Sem Securitização	Securitização	Total
2014	-	31.071.827	31.071.827
2015	101.330.011	67.926.613	169.256.624
2018	78.541.247		78.541.247
2019 (estimativa)	138.690.421		138.690.421
	318.561.679	98.998.440	417.560.119

A partir de 2017, a TAP S.A. é tributada pelo Grupo de empresas no regime de tributação Especial, e o lucro tributável é calculado de forma consolidada no nível da TAP SGPS. No entanto, cada provisão tributária subsidiária é reconhecida com base em seus resultados individuais.

10. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as Outras contas a receber detalham-se como segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Cientes	302.432.507	-	230.470.984	-
<i>Swaps jet fuel</i>	23.966.713	-	-	-
Depósitos de garantia de contratos de locação	4.570.304	51.606.307	6.030.928	53.749.191
Reservas de manutenção recuperáveis	12.361.581	64.428.164	-	-
Acréscimos de rendimentos	52.558.098	-	24.861.437	-
Adiantamentos a fornecedores	15.908.249	-	35.761.944	-
Outros devedores	942.246.194	2.156.157	922.878.956	9.309.075
	1.354.043.646	118.190.628	1.220.004.249	63.058.266
Perdas por imparidade de contas a receber	(65.927.755)	(1.921.388)	(65.382.983)	(1.921.388)
	1.288.115.891	116.269.240	1.154.621.266	61.136.878

→ Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Clientes" está detalhada da seguinte forma:

	2019	2018
Entidades privadas	138.601.024	77.527.813
Agências de viagem	66.570.860	49.498.969
Partes relacionadas (Nota 34)	17.853.053	19.922.448
Companhias de aviação	18.886.632	22.904.051
Outros	5.782.117	7.644.151
Clientes de cobrança duvidosa	54.738.821	52.973.552
	302.432.507	230.470.984
Imparidades	(61.755.150)	(61.191.973)
	240.677.357	169.279.011

A variação na rubrica Entidades privadas refere-se, essencialmente, ao fato de que em 2018 o Grupo teve um maior volume de transações de antecipação de recebíveis do Brasil no montante de 66,4 milhões de Euros.

	2019	2018
Montantes não vencidos	135.104.241	91.064.307
1 a 90 dias	86.672.963	50.208.163
91 a 180 dias	2.140.202	2.313.329
181 a 270 dias	1.544.121	1.689.193
271 a 365 dias	638.866	8.468.974
Mais de 366 dias	76.332.114	76.727.018
	302.432.507	230.470.984
Perdas por imparidade	(61.755.150)	(61.191.973)
Cientes - Valor líquido (Nota 10)	240.677.357	169.279.011

→ **Swaps jet fuel**

Em 31 de dezembro 2019 a rubrica *Swap jet fuel* está relacionada com o justo valor de contratos de *Hedging* estabelecidos em 2019 com a maturidade de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019 a TAP SA tinha contratado derivados sobre 687.000 toneladas de *jet fuel* cujo valor de mercado a essa data era de 23.967 milhares de Euros e com maturidades entre janeiro e dezembro de 2020, cobrindo aproximadamente 55% do consumo estimado mensal.

→ **Depósitos de garantia de contratos de locação**

Os depósitos de garantia são constituídos no âmbito de contratos de locação sem opção de compra para aviões e motores e serão devolvidos, sem juros, à medida que esses aviões e reatores e forem sendo os restituídos aos locadores.

Adicionalmente, a rubrica de Gastos a reconhecer inclui um montante de 16,2 mil Euros referentes ao efeito financeiro destas contas a receber, a ser reconhecido no período dos contratos de arrendamento relacionados (Nota 13).

Esta rubrica inclui um montante de 380 mil Euros relativo a depósitos em garantia da Aigle Azur (Nota 34).

→ **Reservas de manutenção recuperáveis**

A variação na rubrica “Reservas de manutenção recuperáveis” deve-se à adoção do IFRS 16, uma vez que, até 31 de dezembro de 2018, essas reservas eram apresentadas na rubrica de Outras contas a pagar, a serem deduzidas dos passivos estimados com manutenção estrutural de aviões em contratos de locação sem opção de compra.

→ **Acréscimos de rendimentos**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante reconhecido na rubrica de Acréscimos de rendimentos corresponde a:

	2019	2018
Trabalhos para companhias de aviação	32.291.174	9.893.975
Partes relacionadas (Nota 34)	6.024.357	8.542.029
Facilidades de aeroporto - Incentivos	3.524.855	3.796.633
Comparticipação resultados - Seguros	3.340.000	-
Outros	7.377.712	2.628.800
	52.558.098	24.861.437

A rubrica “Trabalho para companhias de aviação” corresponde aos ativos dos contratos com clientes, conforme previsto no IFRS 15. O aumento desta rubrica em 2019 refere-se ao aumento do volume dos projetos de manutenção de motores e aviões.

O aumento da receita acumulada deve-se principalmente ao justo valor dos swaps de *jet fuel* e ao aumento geral da receita, diretamente associado ao aumento da atividade do Grupo.

→ Adiantamentos a fornecedores

Os montantes reconhecidos em Adiantamentos a fornecedores são essencialmente relativos a adiantamentos a fornecedores de manutenção.

	2019	2018
Partes relacionadas (Nota 34)	2.743.637	20.371.710
Outros	13.164.612	15.390.234
	15.908.249	35.761.944

→ Outros devedores – Corrente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros devedores - Corrente” está detalhada da seguinte forma:

	2019	2018
Partes relacionadas (Nota 34)	843.683.068	819.729.783
Adiantamentos relacionados com contratos de locação	22.710.579	45.366.677
Contas a receber de fornecedores	23.910.482	16.357.029
Pessoal	18.892.199	12.674.574
Faturação interline e outras entidades	11.638.094	8.828.410
Devedores de cobrança duvidosa	4.172.605	4.191.009
Cauções e garantias	2.565.631	2.126.622
IVA a receber das Representações	1.697.080	2.285.775
Outros	12.976.456	11.319.077
	942.246.194	922.878.956
Imparidades	(4.172.605)	(4.191.010)
	938.073.589	918.687.946

A rubrica de Adiantamentos relacionados com contratos de locação corresponde a valores pré-pagos ao *lessor*, recuperáveis na data de entrega do avião.

→ Perdas por imparidade em contas a receber

Os movimentos nesta rubrica em 2019 e 2018 são os seguintes:

	2019	2018
A 1 de janeiro	65.382.983	64.314.235
Aumentos (Nota 26)	8.049.354	2.422.962
Reduções (Nota 26)	(4.665.324)	(1.350.689)
Utilizações	(2.839.257)	(3.525)
A 31 de dezembro	65.927.755	65.382.983

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os detalhe dos inventários é como segue:

	2019	2018
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	123.054.181	87.103.493
Perdas por imparidade de inventários	(22.724.204)	(23.158.930)
	100.329.977	63.944.563

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se a material técnico para utilização na manutenção e reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

Durante 2019, os inventários vendidos e consumidos foram reconhecidos nas rubricas de Custos de manutenção de aeronaves e de Custo dos materiais consumidos na demonstração dos resultados no montante de 28.142.606 Euros e 112.524.874 Euros, respectivamente (2018: 63.471 mil Euros e 139.407 mil Euros, respectivamente) (Nota 23).

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, nos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
A 1 de janeiro	23.158.930	28.197.961
Aumentos (Nota 26)	48.341	1.402.836
Reduções (Nota 26)	(478.692)	(499.964)
Utilizações	(4.375)	(5.941.903)
A 31 de dezembro	22.724.204	23.158.930

Em 2018, as utilizações de imparidade de inventários decorrem da alienação de um conjunto de bens, que se encontravam obsoletos e integralmente provisionados.

12. Imposto sobre o rendimento a receber/pagar

O Grupo é tributado através do Regime Especial de Tributação para Grupos de Empresas ("RETGS"), sendo o resultado tributário determinado na TAP SGPS. No entanto, a estimativa do imposto do rendimento das Empresas associadas é registado com base em seus resultados fiscais.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo referente ao Imposto sobre o rendimento a receber /pagar é detalhado da seguinte forma:

	2019		2018	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
RETGS: Partes relacionadas (Nota 34)				
Pagamentos por conta	122.893	-	7.889.280	-
Retenções na fonte	770.466	-	639.653	-
Estimativa de IRC (Nota 32)	(354.236)	-	(199.289)	-
	539.123	-	8.329.644	-
Estado e outros entes públicos				
Outros	-	(17.430)	-	(19.326)
	-	(17.430)	-	(19.326)
	539.123	(17.430)	8.329.644	(19.326)

13. Outros ativos correntes

Os Outros ativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Gastos a reconhecer	30.553.073	16.207.546	47.472.655	-
Estado e outros entes públicos	4.130.842	-	4.630.040	-
	34.683.915	16.207.546	52.102.695	-

→ Gastos a reconhecer

Os Gastos a reconhecer em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Depósitos de garantia de contratos de locação	-	16.207.546	-	-
Locação de aeronaves e reatores	-	-	34.227.664	-
Rendas e alugueres	833.740	-	4.310.856	-
Comissões	17.609.882	-	1.871.632	-
Partes relacionadas (Nota 34)	2.880.426	-	4.696.968	-
Outros	9.229.025	-	2.365.535	-
	30.553.073	16.207.546	47.472.655	-

Em 31 de dezembro de 2018 os Gastos a reconhecer relacionados a “Locação de aeronaves e reatores” referem-se a custos iniciais incorridos entre a data de início do contrato e da locação, a serem reconhecidos linearmente ao longo do contrato de locação. Em 31 de dezembro de 2019 estes gastos diferidos estão incluídos no direito de uso decorrente da adoção da IFRS 16.

Os gastos a reconhecer com “Depósitos de garantia de contratos de locação” referem-se ao efeito financeiro dessas contas a receber, a serem reconhecidos no prazo dos contratos de locação relacionados.

As “Comissões” referem-se a montantes pagos aos agentes pelas passagens vendidas, mas ainda não voadas, até 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. A variação nesta rubrica está relacionada ao aumento da atividade.

→ Estado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica é detalhado da seguinte forma:

	2019	2018
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	3.932.987	3.918.899
Restantes impostos	197.855	711.141
	4.130.842	4.630.040

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do IVA refere-se a pedidos de reembolso, ainda não recebidos, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2019.

14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica Caixa e equivalentes de caixa são os seguintes:

	2019	2018
Depósitos à ordem	140.082.840	54.940.178
Depósitos a prazo	286.024.702	158.227.412
Outros depósitos e títulos	111.000	10.488.153
Caixa	71.787	58.850
Caixa e seus equivalentes na demonstração da posição financeira consolidada	426.290.329	223.714.593
Outros depósitos	-	(10.359.638)
Caixa e seus equivalentes da demonstração consolidada dos fluxos de caixa	426.290.329	213.354.955

O montante de Outros depósitos em 2018 corresponde essencialmente a "Obrigações do Tesouro de Angola".

A liquidez excedente é normalmente investida em aplicações financeiras de curto prazo, gerando juros a taxas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, uma parcela de Caixa e equivalentes de caixa era dominada em outras moedas que não o Euro, nomeadamente em USD, BRL e AOA (Nota 3).

15. Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da TAP S.A. estava totalmente subscrito e realizado, representado por 8.300.000 ações com um valor nominal de Euro 5, detidas na totalidade pela TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Prestações suplementares

Por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, datada de 13 de novembro de 2015, a acionista TAP SGPS procedeu a uma entrada em dinheiro, totalmente realizada, no montante de 29.542.000 Euros sob a forma de prestações

suplementares. Adicionalmente, em 11 de dezembro de 2015, por deliberação social unânime por escrito, foi aprovada a realização de prestações suplementares, no montante total de 124.811.400 Euros totalmente realizado.

De acordo com a legislação em vigor, as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

Reservas

→ **Reserva legal**

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

→ **Outras reservas**

Esta rubrica refere-se à reserva constituída em 2010 resultante da fusão por incorporação da Air Portugal Tours, S.A.

→ **Reservas de justo valor**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o justo valor do derivado de cobertura está relacionado com o *swap jet fuel*.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de 16.417 mil Euros apresentado na rubrica “Reservas de justo valor” corresponde aos valores justos dos instrumentos financeiros classificados como contabilidade de cobertura, registados de acordo com a política descrita na Nota 2.12, líquida de impostos, no montante de 7.550 milhares de Euros (Nota 19).

Os *Swaps jet fuel*, classificados como instrumentos de cobertura, apresentaram a seguinte evolução, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Ativo	
	Ativo	Passivo
Justo valor em 1 de janeiro de 2018	-	-
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	-	(4.109.128)
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	-
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	-	4.109.128
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	-	(41.322.387)
Justo valor em 31 de dezembro de 2018	-	(41.322.387)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	(2.487.663)	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	1.976.251	-
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	511.412	-
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	23.966.714	41.322.387
Justo valor em 31 de dezembro de 2019	23.966.714	-

Resultados transitados

A rubrica "Resultados transitados" corresponde ao resultado líquido dos exercícios anteriores, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Acionistas. O impacto resultante da adoção inicial das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) também foi registado nesta rubrica, bem como ganhos ou perdas decorrentes das remensurações de benefícios pós-emprego, líquidas de impostos e o ajuste da adoção pela primeira vez da IFRS 16 (ver adicionalmente a Nota 2.2).

16. Provisões

Durante 2019 e 2018, as alterações na rubrica de Provisões é conforme segue:

	Processos judiciais em curso	Outras	Custos de redelivery (Nota 2.2)	Total
1 de janeiro de 2018	8.771.552	451.197	-	9.222.749
Aumentos (Nota 26)	3.438.992	1.877.168	-	5.316.160
Reversões (Nota 26)	(255.166)	(34.420)	-	(289.586)
Utilizações	(157.500)	(1.877.168)	-	(2.034.668)
31 de dezembro de 2018	11.797.878	416.777	-	12.214.655
Adoção IFRS 16	-	-	26.082.076	26.082.076
Aumentos (Nota 26)	-	-	62.616.178	62.616.178
Reversões (Nota 26)	(2.945.843)	(12.484)	-	(2.958.327)
Utilizações	(136.101)	-	(24.405.128)	(24.541.229)
Outros movimentos	-	-	4.371.501	4.371.501
31 de dezembro de 2019	8.715.934	404.293	68.664.627	77.784.854

→ Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são reconhecidas em conformidade com a avaliação de risco do Grupo e dos seus assessores legais, baseada nas taxas históricas de sucesso por tipo de ação legal e na probabilidade de resultados desfavoráveis para o Grupo. Em 31 de dezembro de 2019, as provisões registadas, no montante de 8.715.934 Euros, visam cobrir o risco de diversos processos judiciais interpostos contra o Grupo, em Portugal e em países estrangeiros.

→ **Gastos de redelivery**

Conforme mencionado na Nota 2.2, o aumento das provisões para gastos de *redelivery* é registado por contrapartida dos ativos por direito de uso, sendo subsequentemente sujeitos a depreciação.

17. Passivos remunerados e Passivos de locação com e sem opção de compra

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os Passivos remunerados e Passivos de locação com e sem opção de compra são detalhados da seguinte forma:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	121.434.904	279.119.809	150.628.347	498.485.039
Acréscimos de gastos com juros	2.562.446	-	3.621.389	-
Encargos iniciais	(1.922.791)	(2.081.336)	(3.952.807)	(4.811.843)
Dívida bancária remunerada	122.074.559	277.038.473	150.296.929	493.673.196
Empréstimos obrigacionistas	2.588.428	698.172.098	-	-
Acréscimos de gastos com juros	4.406.277	-	-	-
Encargos iniciais	(3.614.932)	(17.262.416)	-	-
Empréstimos obrigacionistas	3.379.773	680.909.682	-	-
Locação financeira	35.896.286	242.325.894	30.045.208	102.050.837
Acréscimos de gastos com juros	940.896	-	562.988	-
Encargos iniciais	(952.148)	(3.318.171)	(258.329)	(430.999)
Passivo locação com opção de compra	35.885.034	239.007.723	30.349.867	101.619.838
Passivo locação sem opção de compra	426.685.786	1.851.992.700	-	-
Total de passivos remunerados	588.025.152	3.048.948.578	180.646.796	595.293.034

→ **Dívida líquida remunerada**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	2019	2018
Passivos remunerados e passivos de locação com opção de compra		
Não corrente	1.196.955.878	595.293.034
Corrente	161.339.366	180.646.796
	1.358.295.244	775.939.830
Caixa e seus equivalentes (Nota 16)		
Numerário	71.787	58.850
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	140.082.840	54.940.178
Outras aplicações de tesouraria	286.135.702	168.715.565
	426.290.329	223.714.593
Dívida líquida remunerada	932.004.915	552.225.237

→ **Dívida remunerada e passivos de locação com opção de compra**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Dívida remunerada e passivos de locação com opção de compra, por maturidade e taxa de juros, são os seguintes:

	2019	2018
Até 1 ano	161.339.366	180.646.796
1 a 2 anos	142.144.687	192.845.190
3 a 5 anos	799.699.940	328.280.512
6 a 10 anos	142.090.890	74.167.332
Superior a 10 anos	113.020.361	-
	1.358.295.244	775.939.830

	2019					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	107.936.821	106.545.332	121.989.387	29.821.633	-	366.293.173
Locações com opção de compra	24.856.624	16.755.798	53.407.666	-	-	95.020.088
	132.793.445	123.301.130	175.397.053	29.821.633	-	461.313.261
Taxa fixa						
Empréstimos	17.517.511	7.495.321	586.833.472	23.972.484	81.290.526	717.109.314
Locações com opção de compra	11.028.410	11.348.236	37.469.415	88.296.773	31.729.835	179.872.669
	28.545.921	18.843.557	624.302.887	112.269.257	113.020.361	896.981.983
Total	161.339.366	142.144.687	799.699.940	142.090.890	113.020.361	1.358.295.244

	2018					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	142.201.343	154.619.470	269.494.091	37.218.192	-	603.533.096
Locações com opção de compra	24.538.558	18.479.660	33.401.352	9.342.090	-	85.761.660
	166.739.901	173.099.130	302.895.443	46.560.282	-	689.294.756
Taxa fixa						
Empréstimos	8.095.586	13.659.323	18.682.120	-	-	40.437.029
Locações com opção de compra	5.811.309	6.086.737	6.702.949	27.607.050	-	46.208.045
	13.906.895	19.746.060	25.385.069	27.607.050	-	86.645.074
Total	180.646.796	192.845.190	328.280.512	74.167.332	-	775.939.830

→ **Empréstimos bancários**

No âmbito do Acordo de Compra e Venda de Ações da TAP SGPS, em complemento com o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP”, referidos na Nota Introdutória, em 30 de junho de 2017, foi realizada a reestruturação da dívida bancária do Grupo TAP, estando as principais alterações relacionadas com as maturidades e condições financeiras dos empréstimos, nomeadamente indexante e spread aplicável.

→ **Empréstimos obrigacionistas**

A TAP S.A. emitiu uma emissão obrigacionista de subscrição privada, totalmente subscrita a 14 de janeiro de 2019, no valor de 137,2 milhões de Euros e com vencimento a 2034. O cumprimento do pagamento do valor subscrito e dos respetivos juros beneficia, de uma garantia do banco depositário constituída pelo emissor para um propósito específico

(apresentado no Balanço como uma dedução à dívida financeira bruta) e de garantias adicionais sobre os direitos contratuais que não afetam nenhum ativo reconhecido no balanço do emissor.

A TAP SA fez uma oferta pública de obrigações de 4 anos com uma taxa de juros fixa de 4,375% anual, no valor de 200 milhões de Euros, denominada “TAP 2019-2023 Bonds”. A emissão, liquidação financeira e física da transação, bem como a admissão à negociação das obrigações, ocorreu a 24 de junho de 2019 na Euronext Lisboa.

Em dezembro de 2019, a TAP SA também realizou uma oferta pública de obrigações a 5 anos, com a taxa de juro fixa de 5,625% anual, no montante de 375 milhões de Euros, denominada “TAP 2019-2024 Bonds”. A emissão, liquidação financeira e física da transação, bem como a admissão à negociação das obrigações, ocorreu em 2 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 todos os empréstimos que não locações são denominados em Euros.

→ **Passivos de locação com opção de compra**

Em 2019 e 2018, os passivos de locação com opção de compra (acrescidos de acréscimos de gastos com juros e deduzidos de encargos iniciais), referem-se, essencialmente, a aviões e motores.

Os passivos de locação com opção de compra por moeda são detalhados como segue:

	2019	2018
Passivos de locação em EUR	110.860.628	69.522.862
Passivos de locação em USD	164.032.127	62.446.843
	274.892.755	131.969.705

O capítulo referente ao risco de taxa de juros (Nota 3) apresenta os passivos de locação com opção de compra e estimativa de juros até ao vencimento do contrato.

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de *leasing* e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de *leasings* operacionais, obrigações de carácter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em *leasing*, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

Adicionalmente, na sequência da reestruturação da dívida financeira acima referida e da emissão obrigacionista, foram assumidos alguns compromissos em relação ao acompanhamento do desempenho financeiro do Grupo, através da análise e cumprimento de rácios relacionados com os capitais próprios, EBITDAR, *Net Debt*/EBITDAR e dívida financeira líquida não garantida. Em 2019, a TAP S.A. reembolsou antecipadamente um montante de 98 milhões de Euros da dívida bancária e, como tal, o rácio *Net Debt*/EBITDAR deixou de ser aplicável. Estes rácios pretendem acompanhar a situação financeira do Grupo TAP e aferir a sua capacidade para garantir o serviço da dívida.

Durante 2019, o Grupo emitiu obrigações cotadas e dívida bancária, que incluem rácios de Net debt/EBITDAR, cláusulas de mudança de controlo e algumas restrições aos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo e sua subsidiária encontravam-se em cumprimento de todos os *covenants*.

→ **Passivos de locação sem opção de compra**

A rubrica de Passivos de locação sem opção de compra refere-se essencialmente a pagamentos não canceláveis de contratos de locação, que variam até 12 anos e podem ser estendidos por vontade expressa das partes contratantes, que agora são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira a partir de 1 de janeiro de 2019 com a adoção do IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2019, existem 67 aeronaves, 18 motores em contratos de locação sem opção de compra e 21 aeronaves em ACMI, conforme detalhado na Nota 4.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos de locação sem opção de compra, por maturidade, são detalhados da seguinte forma:

	2019	2018
Até 1 ano	426.685.786	-
1 a 2 anos	366.503.715	-
2 a 3 anos	284.950.720	-
3 a 4 anos	214.759.116	-
4 a 5 anos	178.078.585	-
Superior a 5 anos	807.700.564	-
	2.278.678.486	-

Esses passivos são indexados principalmente ao USD.

18. Reconciliação dos fluxos de caixa de financiamento

A evolução dos passivos remunerados e dos passivos de locação com opção de compra e a sua reconciliação com a demonstração consolidada dos fluxos de caixa é a seguinte:

	Dívida bancária remunerada	Locações com opção de compra
1 de janeiro de 2018	580.554.615	143.583.709
Recebimentos	70.000.000	96.397.383
Pagamentos	(7.500.000)	(45.471.784)
Novos contratos de locação	-	(65.795.822)
Variação cambial	-	3.044.134
Outros	915.510	212.085
31 de dezembro de 2018	643.970.125	131.969.705
Recebimentos	702.045.778	77.014.133
Pagamentos	(249.816.467)	(38.795.503)
Cedência contratual de contratos de locação	-	110.096.089
Variação cambial	-	2.173.980
Outros	(12.796.949)	(7.565.647)
31 de dezembro de 2019	1.083.402.487	274.892.757

A cedência contratual dos contratos de locação resulta dos novos contratos de frota, nos quais a TAP S.A. cedeu totalmente a sua posição contratual ao *lessor*. Como tal, não existirá nenhum exfluxo no futuro.

19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

O Grupo tem responsabilidades para pagamentos relativos a benefícios pós-emprego a empregados que se reformaram, devido à sua idade, ou estão em situação de pré-reforma ou que ainda estão ativos.

→ Complementos de pensões de reforma e prestações de pré-reforma (VIVA)

De acordo com as normas vigentes na TAP S.A., esta assegura aos empregados, admitidos até 31 de maio de 1993, a diferença entre a pensão de reforma, por limite de idade ou invalidez, atribuída pela Segurança Social, e um montante mínimo garantido pela TAP SA. Este montante corresponde a uma percentagem fixa de parte do vencimento pensionável (remuneração de base + anuidades), à data da reforma, por cada ano de serviço na TAP SA, até um máximo de 20 anos, conforme segue:

- Pessoal navegante (pilotos e técnicos de voo) - 3,2% por ano de serviço;
- Pessoal de terra e pessoal navegante de cabine - 4% por ano de serviço.

Adicionalmente, o Grupo assumiu responsabilidades pelo pagamento de prestações de pré-reforma, cujo montante é fixado, de modo a que o respetivo valor líquido a receber em situação de pré-reforma, se situe entre 75% e 100% do valor líquido que o empregado auferia no ativo na data da passagem à pré-reforma.

Em outubro de 2008 foi alterado o Acordo de Empresa com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (“SPAC”), o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o plano de pensões pressupõe a bonificação do tempo de serviço garantida pelo Estado (de 15% ou 10%, conforme a data de início da carreira contributiva) e a possibilidade de bonificação adicional (até 25% ou 30%) por opção do beneficiário na data da passagem à reforma (esta bonificação adicional será encargo da Empresa);
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: o plano de pensões é constituído por um regime de contribuição definida, no montante de 7,5% da remuneração de base efetivamente auferida (14 vezes por ano), do qual 80% é encargo da Empresa. Este plano está garantido por contratos de adesão a fundos abertos de pensões, sendo gerido pelo Banco Português de Investimento (“BPI”). Os contratos de adesão e a gestão são opção do SPAC, conforme previsto na regulamentação coletiva.

O Grupo registou a totalidade das suas responsabilidades com serviços passados pelo pagamento de complementos de pensões e prestações de pré-reforma, referente ao plano de benefícios definidos.

A quantificação das responsabilidades teve em devida consideração que, nos termos expressos da regulamentação coletiva que consagra o plano de pensões referido, a pensão total garantida pela TAP SA, ou seja, pensão da segurança social e complemento de reforma, nunca será superior ao valor da remuneração base mensal líquida de IRS e Segurança Social no ativo. Esta premissa não é aplicável, por não estar consagrada na regulamentação coletiva referente ao pessoal navegante técnico, para o qual aquele limite não existe e o salário pensionável é constituído pelo vencimento base da tabela de remunerações, adicionado do vencimento do exercício e das senioridades.

Para cobrir as responsabilidades com o plano de benefícios definidos, a TAP SA celebrou um contrato de adesão ao Fundo aberto de Pensões VIVA. A partir de 2011, o encargo com complementos de reforma, constituídos desde 1998, é assumido pela adesão. O gasto anual com pensões é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente, em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante. Os encargos com complementos de reforma, constituídos até dezembro de 1997, com prestações de pré-reforma e com a parte dos complementos de reforma dos pilotos, que excede o limite referido no parágrafo anterior, são assumidos diretamente pela TAP S.A. e estão cobertos por provisão própria.

→ **Prémio de jubilação - PNT**

O Acordo de Empresa da TAP S.A., celebrado com o SPAC prevê a garantia, por parte da TAP SA, a favor dos pilotos admitidos até 31 de maio de 2007, para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma por velhice, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP SA em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- Condições de admissão: pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- Idade normal de reforma: 65 anos;

- Garantias: cada participante terá direito, na data da reforma, a um capital, mínimo, de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O Plano de Benefícios é financiado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela TAP SA e pelo rendimento obtido, a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo, que suporta esta modalidade de seguro.

Em outubro de 2008, foi alterado o Acordo de Empresa com o SPAC, o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o prémio de jubilação é mantido, mas apenas será devido no caso de, na data da reforma, estar constituído o direito à pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano completo de prestação de serviço, após a idade de reforma antecipada, sem penalizações e com bonificação;
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: não existe direito ao prémio de jubilação.

→ **Cuidados de Saúde**

O Grupo assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Adicionalmente, o Grupo vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, o acesso à utilização dos serviços médicos da UCS – Cuidados Integrados de Saúde, S.A. (“UCS”), pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do gasto do serviço, sendo a parte restante suportada pelo Grupo.

O Grupo entende que, o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores reformados a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS, não constitui uma obrigação, mas tão-somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral no Grupo. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com anteriores empregados. A responsabilidade total foi determinada com base em estudo atuarial preparado por uma entidade independente.

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades do Grupo foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 31 de dezembro de 2019 e 2018, elaborados por entidades independentes, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2019		2018	
	Portugal VIVA	Portugal Jubileu	Portugal VIVA	Portugal Jubileu
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 1980	EKV 1980	EKV 1980	EKV 1980
Taxa de desconto	1,50%	1,50%	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	1,50%	1,50%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento				
Salários	[1,5%-5%]	2,00%	[1,5%-5%]	2,00%
Pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento dos custos médicos	1,50%	--	1,50%	--
Idade estimada de reforma	66	65	66	65

O Grupo procede à revisão anual dos pressupostos atuariais, ou sempre que ocorram eventos relevantes, com base em informação dos mercados financeiros e informação do universo de beneficiários abrangidos pelos planos.

O Grupo revê periodicamente os pressupostos atuariais, ou quando um evento relevante ocorre, baseado na informação financeira do mercado e na informação relativa aos beneficiários cobertos por estes planos. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de desconto dos planos VIVA e Jubileu foi reduzida para 1,5%, em resultado da redução das taxas de juro de obrigações de elevada qualidade.

As referidas responsabilidades para os exercícios de 2019 e 2018 detalham-se como segue:

	2019					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Responsabilidades por serviços passados						
- Ativos	622.374	3.334.671	-	100.979.484	-	104.936.529
- Pré-reformados	46.622	16.174.758	454.112	-	-	16.675.492
- Aposentados	9.643.670	27.883.399	2.769.961	-	16.919.499	57.216.529
Valor de mercado dos fundos	(15.737.186)	-	-	(51.237.487)	(15.497.524)	(82.472.197)
Insuficiência(excesso)	(5.424.520)	47.392.828	3.224.073	49.741.997	1.421.975	96.356.353

	2018					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Responsabilidades por serviços passados						
- Ativos	281.580	1.877.234	-	83.939.828	-	86.098.642
- Pré-reformados	37.608	18.281.534	438.246	-	-	18.757.388
- Aposentados	10.636.637	30.872.904	2.598.463	-	16.919.499	61.027.503
Valor de mercado dos fundos	(15.230.464)	-	-	(48.942.794)	(15.497.524)	(79.670.782)
Insuficiência(excesso)	(4.274.639)	51.031.672	3.036.709	34.997.034	1.421.975	86.212.751

De acordo com o estudo atuarial realizado por entidades independentes, a melhor estimativa de contribuições para os planos de benefício de pensões, para o exercício subsequente, é de 6.000.000 Euros.

Em 31 de dezembro de 2019, e em 2018 os planos de benefícios definidos do Grupo, em Portugal (excluindo a Representação de Inglaterra), abrangiam 1.850 e 1.883 beneficiários no ativo, respetivamente. O número total de colaboradores reformados e pré-reformados com direito a um suplemento de pensão de reforma em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de 689 e 650 beneficiários, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido "Fundo VIVA" é de 10 anos e 12 anos, respetivamente, e para o "Prémios Jubileu" é de 12 anos.

Análises de sensibilidade

→ Taxa de desconto anual

O aumento (diminuição) de 0,25% na taxa de desconto anual dos planos de benefícios definidos "Plano VIVA" e "Prémios Jubileu" corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme segue:

2019	Taxa	Plano VIVA*	Prémios Jubileu
Taxa de desconto anual das pensões	1,50%	57.705.494	100.979.484
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	1,75%	56.856.420	97.426.235
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	1,25%	58.583.136	104.699.357

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

2018	Taxa	Plano VIVA*	Prémios Jubileu
Taxa de desconto anual das pensões	2,00%	61.987.497	83.939.828
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	2,25%	60.911.890	80.916.095
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	1,75%	63.102.227	87.107.688

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

→ Taxa de crescimento dos custos médicos

Caso a taxa de crescimento dos custos com cuidados médicos registe um aumento ou decréscimo de um ponto percentual, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	Taxa	2019	2018
Taxa de crescimento anual dos custos médicos	1,50%	3.224.073	3.036.709
Aumento de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos	2,50%	3.481.516	3.264.603
Decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	2.996.387	2.833.677

→ **Taxa de crescimento das Pensões**

Caso a taxa de crescimento das Pensões Plano VIVA registe um aumento ou decréscimo de 0,25 pontos percentuais, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	Taxa	2019	2018
Taxa de crescimento das pensões do Plano VIVA*	1,00%	57.705.494	61.987.497
Aumento de 0,25% na taxa de crescimento pensões	1,25%	58.472.211	62.895.707
Decréscimo de 0,25% na taxa de crescimento pensões	0,75%	56.961.597	61.108.328

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

Evolução das responsabilidades por serviços passados

A evolução das responsabilidades por serviços passados, refletidas na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme segue:

	2019					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Responsabilidades no início do exercício	10.955.825	51.031.672	3.036.709	83.939.828	16.919.499	165.883.533
Varição cambial	-	-	-	-	-	-
Valores registados nos resultados do exercício:						
Serviços correntes	20.686	-	-	4.246.404	-	4.267.090
Juro líquido	219.116	1.834.781	60.735	1.229.963	-	3.344.595
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 28)	-	2.035.816	-	-	-	2.035.816
Ganhos e perdas atuariais	(118.121)	2.404.426	126.629	15.142.218	-	17.555.152
Benefícios pagos	(764.840)	(9.913.867)	-	(3.578.929)	-	(14.257.636)
Alterações aos planos	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades no fim do exercício	10.312.666	47.392.828	3.224.073	100.979.484	16.919.499	178.828.550

	2018					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Responsabilidades no início do exercício	10.591.863	35.020.845	2.773.101	70.210.638	17.058.710	135.655.157
Varição cambial	-	-	-	-	(456.065)	(456.065)
Valores registados nos resultados do exercício:						
Serviços correntes	21.891	-	-	4.437.586	-	4.459.477
Juro líquido	211.837	700.417	55.461	1.535.840	316.854	2.820.409
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 28)	-	17.305.876	-	-	-	17.305.876
Ganhos e perdas atuariais	867.369	1.967.522	208.147	13.822.725	-	16.865.763
Benefícios pagos	(737.135)	(3.962.988)	-	(6.066.961)	-	(10.767.084)
Alterações aos planos	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades no fim do exercício	10.955.825	51.031.672	3.036.709	83.939.828	16.919.499	165.883.533

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios pós-emprego

Nos exercícios de 2019 e 2018 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

	2019			Total
	Fundo VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Saldo inicial	15.230.464	48.942.794	15.497.524	79.670.782
Contribuição efetuada no exercício	-	5.416.724	-	5.416.724
Juro líquido	1.271.562	921.721	-	2.193.283
Benefícios pagos	(764.840)	(4.023.807)	-	(4.788.647)
Remensurações	-	(19.945)	-	(19.945)
Saldo final	15.737.186	51.237.487	15.497.524	82.472.197

	2018			Total
	Fundo VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Saldo inicial	16.398.887	48.296.222	15.625.035	80.320.144
Contribuição efetuada no exercício	-	5.871.000	328.554	6.199.554
Juro líquido	(431.287)	965.924	-	534.637
Benefícios pagos	(737.136)	(6.066.961)	-	(6.804.097)
Remensurações	-	(123.391)	-	(123.391)
Variação cambial	-	-	(456.065)	(456.065)
Saldo final	15.230.464	48.942.794	15.497.524	79.670.782

A composição dos fundos e respetiva categoria das quantias incluídas, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme segue:

	Nível de justo valor	2019			Total
		Fundo VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Ações	1	4.168.874	-	13.618.325	17.787.199
Obrigações	1	6.300.699	49.700.362	1.666.797	57.667.858
Dívida Pública	1	3.985.378	-	-	3.985.378
Imobiliário	2	321.915	-	-	321.915
Liquidez	1	960.320	1.537.125	-	2.497.445
Outras aplicações correntes	1	-	-	212.402	212.402
		15.737.186	51.237.487	15.497.524	82.472.197

	Nível de justo valor	2018			Total
		Fundo VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Ações	1	4.376.374	-	13.618.325	17.994.699
Obrigações	1	5.925.756	47.885.630	1.666.797	55.478.183
Dívida Pública	1	3.728.897	-	-	3.728.897
Imobiliário	2	473.919	-	-	473.919
Liquidez	1	725.518	1.057.164	-	1.782.682
Outras aplicações correntes	1	-	-	212.402	212.402
		15.230.464	48.942.794	15.497.524	79.670.782

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego o detalhe é conforme segue:

	2019					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Serviços correntes	20.686	-	-	4.246.404	-	4.267.090
Juro líquido	644.289	721.322	60.735	308.242	-	1.734.588
Sub-total (Nota 28)	664.975	721.322	60.735	4.554.646	-	6.001.678
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 28)	-	2.035.816	-	-	-	2.035.816
Total	664.975	2.757.138	60.735	4.554.646	-	8.037.494

	2018					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
Serviços correntes	21.891	-	-	4.437.586	-	4.459.477
Juro líquido	643.124	700.417	55.461	569.916	316.854	2.285.772
Total (Nota 28)	665.015	700.417	55.461	5.007.502	316.854	6.745.249
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 28)	-	17.305.876	-	-	-	17.305.876
Total	665.015	18.006.293	55.461	5.007.502	316.854	24.051.125

Conforme mencionado, os pilotos do Grupo, admitidos após 1 de junho de 2007, beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o exercício de 2019, um gasto na rubrica de gastos com o pessoal no montante de 750 milhares de Euros (2018: 1.818 milhares de Euros), relativo às contribuições efetuadas no ano a favor dos seus empregados (Nota 25).

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego dos exercícios de 2019 e 2018 encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal da demonstração dos resultados (Nota 25).

Ganhos/perdas com acturiais

Os ganhos/perdas com acturiais, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	2019					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
(Ganhos)/Perdas acturiais						
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	19.945	-	19.945
	-	-	-	19.945	-	19.945
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	11.684.871	-	11.684.871
(Ganhos)/perdas de experiência	(118.121)	2.404.426	126.629	3.457.347	-	5.870.281
	(118.121)	2.404.426	126.629	15.142.218	-	17.555.152
Total (Ganhos)/Perdas com acturiais	(118.121)	2.404.426	126.629	15.162.163	-	17.575.097

	2018					Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	
(Ganhos)/Perdas acturiais						
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	123.391	-	123.391
	-	-	-	123.391	-	123.391
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	12.819.605	-	12.819.605
(Ganhos)/perdas de experiência	867.369	1.967.522	208.147	1.003.120	-	4.046.158
	867.369	1.967.522	208.147	13.822.725	-	16.865.753
Total (Ganhos)/Perdas com acturiais	867.369	1.967.522	208.147	13.946.116	-	16.989.154

As perdas atuariais por alteração dos pressupostos financeiros reconhecidos em 2019, no montante de 11.684.871 Euros, decorrem da revisão salarial e acordos estabelecidos em 2019 com o pessoal de navegação técnico.

Os ganhos/perdas com acturiais foram reconhecidos diretamente no capital próprio do Grupo.

20. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe da rubrica “Outras contas a pagar” é como segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores	159.050.253	-	236.954.507	-
Acréscimos de gastos	267.846.567	-	308.895.811	49.741.211
Adiantamentos de clientes	780.485	-	835.687	-
Outros	144.041.311	-	120.806.723	-
	571.718.616	-	667.492.728	49.741.211

→ Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Fornecedores” detalha-se como segue:

	2019	2018
Fornecedores - conta corrente	43.124.554	92.617.537
Fornecedores - Entidades relacionadas (Nota 34)	24.272.384	60.006.523
Fornecedores - faturas em recepção e conferência	91.653.315	84.330.447
	159.050.253	236.954.507

→ Acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Acréscimos de gastos” detalha-se como segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Remunerações a liquidar	104.486.573	-	93.556.918	-
Manutenção - locação (Nota 2.2)	-	-	54.197.716	49.741.211
Combustíveis de avião e licenças e emissão CO2	55.014.529	-	49.429.139	-
<i>Swaps jet fuel</i>	-	-	41.322.387	-
Remunerações - pessoal navegante	23.985.431	-	18.799.079	-
Taxas de navegação	13.777.851	-	5.057.486	-
Encargos especiais da atividade de venda	11.340.873	-	10.002.238	-
Trabalhos especializados	7.877.443	-	4.997.659	-
Partes relacionadas (Nota 34)	2.152.649	-	6.523.323	-
Assistência por terceiros	5.200.894	-	5.693.489	-
Seguros a liquidar	4.828.488	-	5.279.991	-
Outros acréscimos de gastos	39.181.836	-	14.036.386	-
	267.846.567	-	308.895.811	49.741.211

A redução dos acréscimos de gastos ocorrida no exercício de 2019 resulta essencialmente da adoção da IFRS 16 (Nota 2). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desta rubrica inclui a estimativa de encargos com a manutenção estrutural das

aeronaves em regime de locação sem opção de compra, atendendo à responsabilidade contratual existente com os locadores, deduzida das reservas de manutenção pagas que se estima serem recuperáveis considerando as atuais condições contratuais estabelecidas com os locadores e a estimativa dos respetivos encargos com a manutenção estrutural dessas aeronaves. Adicionalmente, a reversão dos acréscimos de gastos decorre igualmente do justo valor dos swaps compensada pelo aumento generalizado de gastos com pessoal e Fornecimentos e serviços externos.

O aumento registado em remunerações é relativo ao aumento de empregados e do salário médio em 2018 (Nota 27).

O incremento da rubrica de combustíveis de avião e licenças e emissão de CO2 resulta, maioritariamente, do efeito do incremento das cotações internacionais de *fuel* e CO2.

Os encargos especiais da atividade de venda referem-se a comissões atribuídas a agentes em função da receita voada do exercício obtida por este canal.

→ Outros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Outros decompõe-se como segue:

	2019	2018
Taxas e impostos a pagar	116.644.678	88.733.129
Fornecedores de imobilizado	12.648.319	16.283.365
Saldos credores de clientes	3.581.126	3.057.731
Partes relacionadas (Nota 34)	929.836	2.588.237
Indemnizações de acidentes de trabalho	936.699	937.034
Outras contas a pagar	9.300.653	9.207.227
	144.041.311	120.806.723

A rubrica de taxas e impostos a pagar refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos.

21. Documentos pendentes de voo

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a responsabilidade do Grupo referente a bilhetes emitidos e não utilizados, era a seguinte:

	2019	2018
Passageiros	480.330.860	393.260.983
Carga	431.617	204.729
	480.762.477	393.465.712

22. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Outros passivos correntes decompõe-se como segue:

	2019	2018
Ganhos diferidos	55.823.690	58.594.413
Estado	38.989.195	35.736.669
	94.812.885	94.331.082

→ Ganhos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Ganhos diferidos decompõe-se como segue:

	2019	2018
Programa de fidelização de clientes	46.664.431	52.035.848
Ganhos com locações de aeronaves	-	3.230.195
Subsídios ao investimento	276.787	2.882.523
Partes relacionadas (Nota 34)	359.021	348.496
Outros ganhos diferidos	8.523.451	97.351
	55.823.690	58.594.413

No âmbito da aplicação da IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, na alocação inicial de milhas aos clientes aderentes do programa de fidelização “TAP Miles&Go”, a obrigação contratual é reconhecida baseada no valor unitário da milha (Nota 2). Um impacto de 1% da valorização da milha corresponde a 1% da variação no valor do passivo.

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de Outros ganhos diferidos é relativa a taxas de serviço faturadas a clientes, a reconhecer como receita aquando da ocorrência do voo.

→ Estado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica é detalhado como segue:

	2019	2018
Contribuição para a Segurança Social	20.791.154	18.867.431
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	18.162.559	16.832.098
Outros	35.482	37.140
	38.989.195	35.736.669

23. Rendimentos e ganhos operacionais

Os Rendimentos e ganhos operacionais incorridos durante 2019 e 2018 foram como segue:

	2019				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Receita					
Vendas	-	1.788.321	-	103.196	1.891.517
Serviços prestados	2.914.005.095	209.500.930	137.392.757	9.582.392	3.270.481.174
Outros rendimentos	-	-	-	26.380.835	26.380.835
	2.914.005.095	211.289.251	137.392.757	36.066.423	3.298.753.526
	2018				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Receita					
Vendas	-	2.352.073	-	151.298	2.503.371
Serviços prestados	2.782.440.616	225.817.761	134.684.113	7.937.972	3.150.880.462
Outros rendimentos	-	-	-	23.849.565	23.849.565
	2.782.440.616	228.169.834	134.684.113	31.938.835	3.177.233.398

→ Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as Vendas e Serviços prestados, por mercado externo e interno, são apresentados como segue:

	2019					2018				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Continente e ilhas	226.759.827	18.589.560	8.414.999	6.421.420	260.185.806	200.327.847	3.782.077	7.579.503	5.822.531	217.511.958
Europa	1.190.760.336	140.237.733	12.641.723	2.265.914	1.345.905.706	1.160.531.940	200.497.681	13.251.006	1.635.962	1.375.916.589
Atlântico Sul	743.871.104	637.436	73.612.870	443.699	818.565.109	793.717.242	94.510	77.134.484	296.613	871.242.849
Atlântico Norte	403.933.173	45.985.248	25.087.134	239.344	475.244.899	302.718.382	2.300.528	20.171.431	136.399	325.326.740
Atlântico Médio	15.268.757	5	1.349.884	8.982	16.627.628	20.630.581	7	1.334.162	7.799	21.972.549
África	314.705.283	650.141	16.214.388	287.559	331.857.371	304.514.624	12.401.473	15.213.527	189.966	332.319.590
Outros	18.706.615	5.189.128	71.759	18.670	23.986.172	-	9.093.558	-	-	9.093.558
	2.914.005.095	211.289.251	137.392.757	9.685.588	3.272.372.691	2.782.440.616	228.169.834	134.684.113	8.089.270	3.153.383.833

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são definidas com base no país de destino dos bens e serviços prestados pelo Grupo, sendo que, no caso do transporte aéreo, é considerado o país de destino do voo.

→ **Outros rendimentos**

Durante 2019 e 2018, esta rubrica é apresentada da seguinte forma:

	2019	2018
Material de armazém recuperado	4.554.793	5.951.797
Serviços partilhados	9.582.392	5.240.731
Rendas e sublocações	3.596.659	4.157.589
Publicidade	2.190.204	2.401.635
Ganhos em ativos fixos tangíveis	7.686.635	1.768.730
Subsídios à exploração	2.188.306	1.582.435
Comissão de vendas a bordo	674.222	1.288.065
Variação justo valor	17.800	1.292.804
Outros rendimentos suplementares	5.575.412	8.255.049
	36.066.423	31.938.835

Os ganhos registados em 2019, na rubrica Ganhos em ativos fixos tangíveis, referem-se essencialmente ao montante relativo à alienação de três aeronaves e um motor (Nota 4).

24. Gastos operacionais por naturezas

Durante os exercícios de 2019 e 2018, os gastos operacionais por natureza são como segue:

	2019	2018
Combustível para aeronaves	789.677.244	798.623.576
Custos operacionais de tráfego	807.340.162	939.590.284
Rendas de aeronaves	-	151.978.065
Gastos com manutenção de aeronaves	56.127.269	89.930.145
Custo dos materiais consumidos	141.326.887	166.035.350
Custos comerciais, marketing e comunicação	153.171.796	186.503.880
	1.947.643.358	2.332.661.300

→ **Combustível para aeronaves**

A rubrica Combustível para aeronaves relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Combustíveis de avião	767.293.767	768.910.594
Licenças emissão CO2	22.383.477	29.712.982
	789.677.244	798.623.576

A redução nos gastos de combustível de aeronaves deve-se ao efeito combinado do aumento das quantidades consumidas e da diminuição do preço médio do combustível.

→ **Custos operacionais de tráfego**

A rubrica Custos operacionais do tráfego, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, têm a seguinte composição:

	2019	2018
Serviços de handling	203.686.746	200.796.482
Taxas de navegação aérea	166.324.400	166.416.066
Despesas a bordo	107.359.237	97.291.540
Taxas de aterragem	107.348.423	95.866.749
Irregularidades operacionais	70.319.848	57.188.290
Alojamento e alimentação nas escalas	35.503.538	30.406.522
Facilidades aeroportos	31.431.922	25.228.802
Taxas de controlo de tráfego aéreo	27.960.894	17.104.761
Encargos com bagagem, carga e correio	23.246.687	23.076.866
Despesas em terra com passageiros classe executiva	13.428.385	12.337.959
Fretamentos aviões	10.189.737	205.302.804
Outros custos operacionais de tráfego	10.540.345	8.573.443
	807.340.162	939.590.284

A variação na rubrica “Fretamentos aviões” está relacionada com a adoção da IFRS 16 (Nota 2.2).

→ **Rendas de aeronaves**

A rubrica Rendas de aeronaves, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
Locação operacional de aeronaves	-	139.024.066
Locação operacional de sobressalentes	-	12.953.999
	-	151.978.065

A variação na rubrica “Rendas de aeronaves” está relacionada com a adoção da IFRS 16 (Nota 2.2).

→ **Gastos de manutenção de aeronaves**

A rubrica Gastos de manutenção de aeronaves, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
Inventários consumidos (Nota 13)	28.142.606	63.471.139
Subcontratação de manutenção de equipamento de voo TAP	27.984.663	26.459.006
	56.127.269	89.930.145

A variação da rubrica de gastos de manutenção de aeronaves está relacionada com a adoção da IFRS 16 (Nota 2.2.), dado que a partir de 1 de janeiro de 2019 encontra-se registada nesta rubrica a manutenção de linha recorrente das aeronaves da TAP.

→ **Custos de materiais consumidos**

O custo de materiais consumidos na prestação de serviços de manutenção a terceiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

	2019	2018
Inventários consumidos e vendidos (Nota 13)	112.524.874	139.407.195
Subcontratação de manutenção de equipamento de voo de terceiros	28.802.013	26.628.155
	141.326.887	166.035.350

→ **Custos comerciais, marketing e comunicação**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os Custos comerciais, marketing e comunicação são os seguintes:

	2019	2018
<i>Booking fees</i>	45.394.158	69.938.630
Comissões	44.737.219	47.041.052
Encargos especiais de venda - transporte aéreo	29.180.723	36.753.361
Publicidade	24.085.053	21.849.170
Trabalhos especializados	9.322.059	10.468.679
Outros gastos comerciais, marketing e comunicação	452.584	452.988
	153.171.796	186.503.880

A variação na rubrica Booking fees respeita, essencialmente, à renegociação de contratos de comissão com os agentes.

25. Gastos com o pessoal

Os Gastos com o pessoal incorridos durante 2019 e 2018 foram como segue:

	2019	2018
Remunerações fixas	339.380.013	305.266.113
Remunerações variáveis	176.259.664	153.783.708
Encargos sobre remunerações	111.154.146	95.978.215
Outros seguros de pessoal	13.492.936	11.462.251
Custos de ação social	11.193.138	10.719.570
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	6.751.678	8.563.675
Instrução e recrutamento de pessoal	3.231.638	7.136.407
Seguro de acidentes de trabalho	8.536.803	6.989.374
Comparticipação de refeições	6.022.685	4.820.842
Uniformes e trajes de trabalho	1.738.801	1.674.218
Outros gastos com o pessoal	874.198	1.382.350
	678.635.700	607.776.723

O aumento dos Gastos com o pessoal deve-se à variação do número de funcionários e às despesas de formação relacionadas, ao aumento salarial médio e ao aumento da remuneração variável, decorrente do forte crescimento da operação e dos acordos celebrados com os empregados e seus representantes em 2019 e 2018.

A variação da rubrica Benefício pós-emprego consiste no decréscimo dos gastos com serviços e juros entre 2019 e 2018.

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais e restantes gastos com pessoal, em 2019 e 2018, foram como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Pessoal	678.593.700	607.727.723
Órgãos sociais (*)	42.000	49.000
	678.635.700	607.776.723

(*) Esta rubrica inclui exclusivamente as remunerações relativas ao Conselho fiscal, sendo que os remanescentes Órgãos sociais se encontram a ser remunerados na TAP SGPS.

Durante 2019 e 2018, o número médio de colaboradores ao serviço do Grupo e todas as suas subsidiárias foi 8.939 e 8.081, respectivamente:

	2019	2018
Sede		
Pessoal Navegante de Cabine	3.561	3.181
Pessoal Manutenção e Engenharia	1.848	1.843
Pessoal de Terra	1.880	1.618
Pessoal Navegante Técnico	1.274	1.063
Representações		
Brasil	99	102
Estados Unidos	42	38
Espanha	33	32
França	29	32
Angola	27	27
Alemanha	24	25
Itália	25	23
Reino Unido / Irlanda	21	21
Venezuela	8	11
Suíça	4	9
Bélgica / Luxemburgo	3	3
Outras	61	53
	8.939	8.081

26. Imparidade de contas a receber, inventários e provisões

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica detalha-se como segue:

	2019	2018
Imparidade de inventários (Nota 11)	430.351	(902.872)
Imparidade de contas a receber (Nota 10)	(3.384.029)	(1.072.273)
Provisões (Nota 16)	2.958.327	(5.026.574)
	4.649	(7.001.719)

27. Outros gastos

A rubrica Outros gastos é detalhada como segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados e subcontratos	77.264.939	93.495.554
Conservação e reparação de outros ativos	13.394.138	9.061.732
Rendas e alugueres	7.407.952	6.682.876
Transporte de mercadorias	5.131.519	4.171.750
Comunicação	11.261.956	3.962.278
Deslocações e estadas	4.015.568	3.050.352
Seguros	3.470.673	3.042.832
Vigilância e segurança	3.571.487	3.014.966
Honorários	3.599.154	2.621.340
Livros e documentação técnica	2.038.435	1.897.721
Impostos	1.712.864	1.856.074
Eletricidade	2.070.798	1.758.363
Limpeza, higiene e conforto	1.635.589	1.758.258
Outros gastos operacionais	7.493.160	4.811.595
	144.068.232	141.185.691

A rubrica "Rendas e alugueres" inclui contratos de locação de curta duração relativos, essencialmente, a escritórios e *software*.

28. Reestruturação

O detalhe da rubrica de gastos com reestruturação é apresentada no seguinte quadro:

	2019	2018
Pré-reformas (Nota 19)	2.035.816	17.305.876
Indemnizações ao pessoal	2.947.281	7.344.730
	4.983.097	24.650.606

Em 2017, o Grupo iniciou um programa de reestruturação em Portugal. Este programa englobou 18 e 133 empregados em 2019 e 2018, respetivamente.

Adicionalmente, em resultado do processo de transformação do Grupo em curso, um programa de reformas antecipadas foi lançado em julho de 2018 para pessoal navegante e pessoal de terra e/ou situações devidamente aprovadas pela Comissão Executiva. O Grupo celebrou 83 acordos de reforma antecipada, que correspondem a um passivo total de 16.675 milhares de Euros, conforme apresentado na Nota 19.

29. Outros itens não recorrentes

O detalhe da rubrica Outros itens não recorrentes para além de itens reestruturação (Nota 28) resultam essencialmente de acordos celebrados com os sindicatos, como segue:

	2019	2018
Prestação extraordinária Pessoal Navegante Técnico	-	12.715.749
Anuidades - Prestações compensatórias Pessoal Navegante	501.098	4.737.860
Negociação SNPVAC - Complemento de Gravidez	-	2.686.765
	501.098	20.140.374

Na sequência do Regulamento de Recurso à Contratação Externa (“RRCE”) celebrado em 14 de maio de 2018 com o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (“SPAC”), que revogou o Regulamento de Efetivos e de Recurso à Contratação Externa (“RERCE”), celebrado em 30 de julho de 1998, fixando novas condições para a contratação externa, foi acordado, a título excecional, o pagamento de prestações extraordinárias referente aos anos de 2017 e 2018 no montante total de 12.716 milhares de Euros.

Em 17 de maio de 2016 foi celebrado um memorando de entendimento sobre o modelo de atribuição de senioridades dos pilotos da TAP. No âmbito deste memorando, foi definido que iria ser repostado até 2019, sem quaisquer efeitos retroativos, as senioridades referentes aos anos de 2011 a 2016, incluídas no âmbito da proibição de valorizações remuneratórias, impostas pelos regimes orçamentais vigentes à data. Esta medida gerou um custo total de 4.878 milhares de Euros em 2018 e de 5.288 milhares de Euros em 2017.

No âmbito do acordo celebrado em 30 de janeiro de 2018 com o Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (“SNPVAC”) foi acordado o pagamento de complemento de gravidez em situações anteriormente não abrangidas, referente a anos anteriores, no montante total de 2.687 milhares de Euros.

Dado o seu enquadramento e natureza, as referidas situações foram consideradas pelo Conselho de Administração como não recorrentes no contexto das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

30. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica detalha-se como segue:

	2019	2018
Depreciações de ativos fixos tangíveis (Nota 4)		
Edifícios e outras construções	5.431.247	5.409.679
Equipamento básico	62.424.035	56.639.172
Equipamento de transporte	54.293	91.089
Ferramentas e utensílios	697.722	674.540
Equipamento administrativo	1.544.262	880.014
Outros ativos fixos tangíveis	342.795	332.964
	70.494.354	64.027.458
Direito de uso de ativos (Nota 4)		
Edifícios e outras construções	714.284	
Equipamento básico	393.181.811	
Equipamento de transporte	254.838	
	394.150.933	-
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 7)		
Programas de computador	8.359.097	2.492.247
	8.359.097	2.492.247
Perdas por imparidade em ativos tangíveis (Nota 4)		
Equipamento básico	2.740.781	4.186.407
Total	475.745.165	70.706.112

As perdas por imparidade em ativos tangíveis, reconhecidas em 2019 e 2018 referem-se, essencialmente, a equipamentos sobressalentes e outros relacionados com *phase-in* e *phase-out* de aeronaves.

31. Resultados financeiros

O detalhe dos resultados financeiros dos exercícios de 2019 e 2018 são como segue:

	2019	2018
Juros suportados	(39.523.075)	(31.723.072)
Juros relacionados com contratos de locação sem opção de compra	(119.769.279)	-
Outros custos e perdas financeiros	(26.138.790)	(11.499.263)
Juros e gastos similares suportados	(185.431.144)	(43.222.335)
Juros obtidos	33.820.521	36.911.444
Juros e rendimentos similares obtidos	33.820.521	36.911.444
Diferenças de câmbio líquidas	(21.283.835)	(49.073.869)
Diferenças de câmbio líquidas	(21.283.835)	(49.073.869)
	(172.894.458)	(55.384.760)

A rubrica Diferenças de câmbio líquidas inclui diferenças de câmbio de moeda estrangeira relativas a locações sem opção de compra no montante de, aproximadamente, 13,7 milhões de Euros, relativas à variação do dólar face ao euro.

Os juros suportados relativos a contratos de locação sem opção de compra derivam da adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019.

As diferenças cambiais desfavoráveis ocorridas nos exercícios de 2019 e 2018 decorreram, essencialmente, da desvalorização do real brasileiro e do kwanza, assim como da valorização do dólar tendo em consideração o volume de dívida nesta moeda.

32. Impostos sobre o rendimento do exercício

A TAP SA é tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

As empresas pertencentes ao Grupo com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 9% sobre a parte do lucro tributável que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 31,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo n.º 88 do Código do IRC, o Grupo encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das Empresas, com sede em Portugal, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a decomposição do montante de impostos sobre o rendimento, reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, é conforme segue:

	2019	2018
Imposto diferido (Nota 9)	(30.335.538)	(21.901.339)
Imposto corrente (Nota 12)	354.236	199.289
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	(94.198)	(2.506.479)
	(30.075.500)	(24.208.529)

A reconciliação do montante de imposto dos exercícios de 2019 e 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Resultado antes de impostos	(125.712.933)	(82.273.887)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	(26.399.716)	(17.277.516)
Diferenças permanentes	(3.935.822)	(4.623.823)
Tributação autónoma	354.236	199.289
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	(94.198)	(2.506.479)
	(30.075.500)	(24.208.529)
Taxa efetiva de imposto	24%	29%

33. Relato por segmentos

Os seguintes segmentos de negócio foram identificados: transporte aéreo e manutenção e engenharia. O resultado líquido de cada segmento corresponde aos resultados diretamente alocados aos mesmos, bem como aqueles que possam ser razoavelmente atribuídos a cada segmento. As atividades agregadas em "Outros" não qualificam para ser reportados separadamente.

A informação financeira por segmento operacional em 2019 e 2018 detalha-se como segue:

	2019				2018			
	Transp. Aéreo	Manutenção e engenharia	Outros	Total	Transp. Aéreo	Manutenção e engenharia	Outros	Total
Rendimentos e ganhos operacionais	3.070.330.492	218.915.522	9.507.512	3.298.753.526	2.919.997.369	228.169.834	29.066.195	3.177.233.398
Resultados operacionais	15.679.547	44.783.638	(13.281.660)	47.181.525	(39.359.671)	29.135.902	(16.665.358)	(26.889.127)
Resultados financeiros líquidos externos	(174.516.441)	1.621.983	-	(172.894.458)	(55.737.596)	352.836	-	(55.384.760)
Imposto sobre o rendimento	37.304.221	(10.127.209)	2.898.488	30.075.500	27.981.720	(8.676.859)	4.903.668	24.208.529
Resultado líquido do exercício	(121.532.673)	36.278.412	(10.383.172)	(95.637.433)	(67.115.547)	20.811.879	(11.761.690)	(58.065.358)

34. Partes relacionadas

Saldos e transações entre empresas do Grupo que se encontrem incluídas no perímetro de consolidação são eliminadas no processo de consolidação e, conseqüentemente, não são divulgadas nesta nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as suas partes relacionadas são apresentados abaixo. Os termos e condições praticados entre o Grupo e as suas partes relacionadas são semelhantes em substância aos termos que seriam normalmente contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os membros do Conselho de Administração do Grupo foram considerados, nos termos do IAS 24, como os únicos membros “chave” da gestão do Grupo. Ver remuneração divulgada na Nota 25.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos com partes relacionados detalham-se como segue:

	2019 - Ativos							Totais
	Clientes (Nota 10)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	Acréscimos de rendimentos (Nota 10)	Diferimento de gastos a reconhecer (Nota 13)	Imposto sobre o rendimento a receber (Nota 12)	Direito de uso de ativos	Outras contas a receber correntes (Nota 10)	
TAP SGPS	9.082	-	1.563.885	-	539.123	-	835.105.332	837.217.422
Azul S.A.	309.669	-	-	-	-	-	1.562	311.231
TAPGER	615.000	-	-	-	-	-	-	615.000
PGA	-	-	841.051	-	-	211.066.341	22.351	211.929.743
SPdH	966.959	-	3.619.421	1.471.775	-	-	334.512	6.392.667
TAP ME Brasil	14.974.994	2.742.637	-	-	-	-	7.904.991	25.622.622
Cateringpor	268.260	-	-	-	-	-	276.776	545.036
UCS	111.211	1.000	-	1.408.651	-	-	37.544	1.558.406
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	595.467	-	-	-	-	-	380.096	975.563
Grupo Barraqueiro	2.411	-	-	-	-	-	-	2.411
Total	17.853.053	2.743.637	6.024.357	2.880.426	539.123	211.066.341	844.063.164	1.085.170.101

	2018 - Ativos							Totais
	Clientes (Nota 10)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	Acréscimos de rendimentos (Nota 10)	Diferimento de gastos a reconhecer (Nota 13)	Imposto sobre o rendimento a receber (Nota 12)	Outras contas a receber não correntes (Nota 10)	Outras contas a receber correntes (Nota 10)	
TAP SGPS	3.243	-	885	-	8.329.644	-	808.491.987	816.825.759
Azul S.A.	3.220.887	-	-	-	-	-	16.269	3.237.156
TAPGER	615.000	-	-	-	-	-	329	615.329
PGA	166.842	-	5.781.144	616.182	-	-	308.623	6.872.791
SPdH	983.757	-	2.760.000	-	-	-	655.665	4.399.422
MEGASIS	356.771	-	-	-	-	-	1.805.184	2.161.955
TAP ME Brasil	14.170.372	20.371.710	-	-	-	-	6.037.598	40.579.680
Cateringpor	42.780	-	-	-	-	-	404.156	446.936
UCS	295.942	-	-	-	-	-	2.009.972	2.305.914
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	64.472	-	-	4.080.786	-	372.926	-	4.518.184
Grupo Barraqueiro	2.382	-	-	-	-	-	-	2.382
Total	19.922.448	20.371.710	8.542.029	4.696.968	8.329.644	372.926	819.729.783	881.965.508

2019 - Passivos

	Fornecedores (Nota 20)	Acréscimos de gastos (Nota 20)	Ganhos diferidos (Nota 22)	Passivo com obrigações contratuais não correntes	Passivo com obrigações contratuais correntes	Outras contas a pagar correntes (Nota 20)	Totais
TAP SGPS	(613.561)	-	-	-	-	-	(613.561)
Azul S.A.	(35.298)	(32.046)	-	-	-	-	(67.344)
PGA	(7.351.988)	(28.254)	-	(121.685.681)	(101.131.623)	(908.189)	(231.105.735)
SPdH	(9.220.206)	(926.001)	(126.510)	-	-	(82)	(10.272.799)
TAP ME Brasil	(1.385.147)	(17.716)	-	-	-	-	(1.402.863)
Cateringpor	(3.550.531)	(995.837)	(203.675)	-	-	-	(4.750.043)
UCS	(1.742.097)	(152.795)	(28.836)	-	-	(21.565)	(1.945.293)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	(315.925)	-	-	-	-	-	(315.925)
Grupo Barraqueiro	(57.631)	-	-	-	-	-	(57.631)
	(24.272.384)	(2.152.649)	(359.021)	(121.685.681)	(101.131.623)	(929.836)	(250.531.194)

2018 - Passivos

	Fornecedores (Nota 20)	Acréscimos de gastos (Nota 20)	Ganhos diferidos (Nota 22)	Outras contas a pagar correntes (Nota 20)	Totais
TAP SGPS	(362.279)	(2.483.200)	-	(30.581)	(2.876.060)
Azul S.A.	(36.681)	(152.838)	-	-	(189.519)
PGA	(9.659.422)	-	-	-	(9.659.422)
SPdH	(11.105.356)	(1.530.825)	(103.113)	-	(12.739.294)
MEGASIS	(6.337.242)	-	(16.368)	(2.540.663)	(8.894.273)
TAP ME Brasil	(24.533.545)	-	-	-	(24.533.545)
Cateringpor	(4.372.245)	(2.356.460)	(200.507)	-	(6.929.212)
UCS	(3.095.617)	-	(28.508)	(16.993)	(3.141.118)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	(502.183)	-	-	-	(502.183)
Grupo Barraqueiro	(1.953)	-	-	-	(1.953)
	(60.006.523)	(6.523.323)	(348.496)	(2.588.237)	(69.466.579)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as transações com partes relacionadas foram como segue:

2019

	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Depreciações de direito de uso	Juros obtidos	Juros suportados	Consolidado fiscal	Total
TAP SGPS	-	(4.921.060)	-	30.666.784	(4.734)	(554.450)	25.186.540
Azul S.A.	1.004.782	(302.289)	-	-	-	-	702.493
TAPGER	500.000	-	-	-	-	-	500.000
PGA	2.855.756	(14.099.325)	(92.733.424)	-	(22.386.558)	-	(126.363.551)
SPdH	7.360.975	(104.232.556)	-	-	-	-	(96.871.581)
TAP ME Brasil	455.370	(10.834.815)	-	-	-	-	(10.379.445)
Cateringpor	1.670.672	(54.347.920)	-	-	-	-	(52.677.248)
UCS	988.212	(5.087.905)	-	-	-	-	(4.099.693)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	204.614	(741.945)	(6.555.381)	-	(125.485)	-	(7.218.197)
Grupo Barraqueiro	1.759	(154.625)	-	-	-	-	(152.866)
	15.042.140	(194.722.440)	(92.733.424)	30.666.784	(22.516.777)	(554.450)	(271.373.548)

	2018			Total
	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Juros obtidos	
TAP SGPS	-	(6.039.157)	31.247.064	25.207.907
Azul S.A.	2.964.409	(416.531)	-	2.547.878
TAPGER	500.000	-	-	500.000
PGA	1.460.097	(118.906.588)	-	(117.446.491)
SPdH	6.203.652	(104.470.969)	-	(98.267.317)
MEGASIS	2.509.084	(35.730.977)	-	(33.221.893)
TAP ME Brasil	202.671	(8.780.289)	-	(8.577.618)
Cateringpor	1.878.587	(44.799.821)	-	(42.921.234)
UCS	743.293	(4.284.286)	-	(3.540.993)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	2.949.591	(6.712.591)	-	(3.763.000)
Grupo Barraqueiro	561	(83.921)	-	(83.360)
	19.411.945	(330.225.130)	31.247.064	(279.566.121)

As transações com a SPdH referem-se a serviços de *ground handling* prestados pela SPdH para suporte a aviões, passageiros, bagagem, carga e correio.

Adicionalmente às operações acima mencionadas, o Grupo, no âmbito do normal desenvolvimento da sua atividade de transporte aéreo, mantém relações comerciais, essencialmente de *code-share*, com a Azul e Aigle Azur. Estas transações são realizadas em termos e condições semelhantes aos praticados nos acordos comerciais habitualmente celebrados com outras companhias aéreas.

Adicionalmente as partes relacionadas em 2019 são como se segue:

Aeropar	Frota Azul (Algarve), Lda.	Rodoviária do Alentejo, S.A.
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	Laso Transportes, SA	Rodoviária do Tejo, S.A.
Atlantic Cargo-Soc.Transportes, S.A.	MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.
Atlantic Gateway, SGPS	Parública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	TAP ME Brasil
Azul Linhas Aéreas Brasileiras	PGA	TAP SGPS
Barraqueiro Transportes, S.A.	RDL - Rodoviária do Lis, Lda.	TAPGER
Cateringpor	RDO - Rodoviária do Oeste, Lda	UCS
Cityrama - Viagens e Turismo, S.A.	RNE - Rede Nac. Expressos, Lda	
Eva Transportes, S.A.	Rodo Cargo - Transp. Rodoviário de Mercadorias, S.A.	
Fertagus-Travessia do Tejo Transportes, S.A.	Rodoviária de Lisboa, S.A.	

35. Contingências

Ativos e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não tinha ativos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo tinha passivos contingentes como segue:

	2019	2018
Contingências fiscais	7.574	-
Contingências cíveis	7.704.097	-
Contingências regulatórias	9.291.545	405.278
Total	17.003.216	405.278

As contingências regulatórias incluem, essencialmente, processos instaurados pelos clientes relativamente às irregularidades da atividade. O Grupo, suportada pela opinião dos Advogados, considerou que um resultado não favorável destes processos não é provável.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

	2019	2018
Garantias bancárias prestadas pela Sede		
Aeronaves	93.241.143	57.092.188
INEA - Projeto "Spice"	-	2.974.169
Combustíveis	1.540.155	1.523.362
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1.653.985	1.653.985
Aeroportos	1.028.088	-
Clean Sky - Projeto de Investigação e desenvolvimento - M&E	-	1.612.116
Tribunal do Trabalho	521.842	374.530
Outras	6.098.452	6.463.628
Garantias bancárias prestadas pelas Representações	2.145.382	1.969.596
	106.229.046	73.663.574

O reforço efetuado, durante o corrente exercício, nas garantias bancárias prestadas pela Sede referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação sem opção de compra.

As garantias reais prestadas no âmbito de contratos de locação com opção de compra encontram-se divulgadas na Nota 18.

Conforme mencionado na Nota Introdutória, foi deliberado pela Assembleia Geral da TAP SGPS, em 8 de março de 2016, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L.

36. Ativos e passivos Financeiros

A política contábilística descrita na Nota 2.11 foi aplicada de acordo com as categorias apresentadas abaixo:

	2019				Total
	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados	Ativos e passivos financeiros fora de âmbito da IFRS 9	
Ativos					
Outros ativos financeiros	5.361.386	-	-	-	5.361.386
Outras contas a receber	1.327.860.319	23.966.714	-	52.558.098	1.404.385.131
Caixa e seus equivalentes	426.240.329	-	-	-	426.240.329
Total Ativos	1.759.462.034	23.966.714	-	52.558.098	1.835.986.846
Passivos					
Passivos remunerados e locações com opção de compra	(1.358.295.244)	-	-	-	(1.358.295.244)
Passivo locação sem opção de compra	(2.278.678.486)	-	-	-	(2.278.678.486)
Outras contas a pagar	(570.938.131)	-	-	(780.485)	(571.718.616)
Total Passivos	(4.207.911.861)	-	-	(780.485)	(4.208.692.346)

	2018				Total
	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados	Ativos e passivos financeiros fora de âmbito da IFRS 9	
Ativos					
Outros ativos financeiros	13.705.761	-	-	-	13.705.761
Outras contas a receber	1.190.896.707	-	-	24.861.437	1.215.758.144
Caixa e seus equivalentes	223.714.593	-	-	-	223.714.593
Total Ativos	1.428.317.061	-	-	24.861.437	1.453.178.498
Passivos					
Passivos remunerados e locações com opção de compra	(643.970.125)	-	-	-	(643.970.125)
Outras contas a pagar	(675.075.865)	(41.322.387)	-	(835.687)	(717.233.939)
Total Passivos	(1.319.045.990)	(41.322.387)	-	(835.687)	(1.361.204.064)

As seguintes tabelas apresentam os ativos e passivos mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor estabelecidos no IFRS 13:

	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.148.564	-
Ativos financeiros			
Instrumentos financeiros derivados	-	23.966.714	-
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-
	2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	1.925.764	-
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivados	-	(41.322.387)	-

Nível1: o justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços disponíveis em mercados ativos e líquidos à data da posição financeira;

Nível 2: o justo valor dos instrumentos financeiros não é determinado com base em preços em mercados ativos, mas através de modelos de avaliação. Os principais inputs destes modelos são informações observáveis no Mercado; e

Nível 3: o justo valor dos instrumentos financeiros não é determinado com base em preços em mercados ativos, mas através de modelos de avaliação, cujos inputs principais não são observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado na rubrica de Outras contas a pagar quando negativo, e na rubrica de Outras contas a receber quando positivo.

Durante 2019 e 2018, a variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados foi reconhecida no capital próprio.

O detalhe do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apresentado na Nota 15.

37. Compromissos

→ **Compromissos de compra**

Está contratada com a Airbus S.A.S. (“Airbus”) a aquisição de 53 aeronaves (39 A320 NEO Family e 14 A330 NEO) a receber entre 2018 e 2025. Esta encomenda decorre da novação à TAP S.A. do contrato de aquisição previamente negociado e assinado entre a Airbus e a DGN Corporation. Destas, foram celebrados até ao presente, contratos de cedência de posição contratual com subsequente *leaseback* e contratos de *sale and leaseback* para 17 aeronaves (oito A320 NEO Family e nove A330 NEO), dos quais foram recebidos em 2019 dois A321 NEO, dois A321 NEO-LR e doze A330 NEO.

Está igualmente em vigor um contrato com a CFM International Inc., S.A. relativo à aquisição de 83 reatores LEAP-A1, incluindo 5 reatores de reserva, que equiparão e servirão a nova frota de aeronaves A320 NEO Family. De referir, que estes reatores serão adquiridos diretamente pela Airbus, com exceção dos reatores de reserva.

Foram ainda firmados contratos com a Rolls-Royce, que englobam o suporte de manutenção à totalidade dos reatores TRENT 7000, que equipam as aeronaves A330 NEO, bem como a aquisição de três reatores de reserva. Em relação aos reatores de reserva, em 30 de setembro de 2019, dois reatores foram adquiridos e financiados sob contratos de locação com opção de compra, e o terceiro reator de reserva foi contratado para financiamento, com entrega prevista para maio de 2020.

→ **Outros compromissos**

Os contratos de locação sem opção de compra são assinados para aeronaves cuja entrada prevista deve ocorrer nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, cujos pagamentos futuros mínimos não canceláveis ascendem a aproximadamente 370.899 mil Euros em 31 de dezembro de 2019.

38. Resultados por ação

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP S.A., pelo que não existe diluição de resultados.

	2019	2018
Resultado atribuível ao acionista da TAP S.A.	(134.292.038)	(58.065.358)
Número médio ponderado de ações	8.300.000	8.300.000
Resultado básico e diluído por ação	(16,2)	(7,0)

39. Eventos subsequentes

Em 6 de fevereiro de 2020 a TAP formalizou um acordo de cooperação comercial (“Acordo de Cooperação”) com a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (“Azul”). O Acordo de Cooperação tem por objetivo estabelecer um modelo de cooperação comercial entre a TAP e a Azul, comumente usado na indústria da aviação, para prestar serviços de transporte aéreo conjuntos, aumentando a eficiência e a diversidade de produtos e serviços que são disponibilizados aos passageiros, nomeadamente em termos de frequências, horários disponíveis e número de origens e destinos servidos em combinação. Este Acordo de Cooperação não implica qualquer alteração acionista ao nível da TAP ou da Azul. A implementação do Acordo de Cooperação fica condicionada à obtenção das autorizações e/ou não oposição e realização das comunicações necessárias junto das autoridades de regulação e da concorrência competentes.

Em 12 de fevereiro de 2020, a TAP efetuou uma amortização referente a um financiamento com um sindicato de Bancos Portugueses no montante de EUR 158,6 milhões. Com este montante, a TAP amortizou desde o início de 2019 um total de EUR 322,2 milhões referente a este financiamento, sendo o montante remanescente atualmente em dívida de EUR 142 milhões.

Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global. Os efeitos da disseminação do vírus estão ainda a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que venham a ser implementadas novas iniciativas com impacto na situação atual.

Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços de transporte aéreo a nível mundial, estando a Administração da TAP a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Considerando o contexto de incerteza acima descrito, a Administração da TAP, em articulação com as autoridades de saúde e da aviação civil, e demais entidades relevantes, nacionais e internacionais, implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e passageiros, bem como à adequação da sua oferta às constantes alterações da procura, incluindo a redução do número de voos para os meses de março (-7%), abril (-11%) e maio (-19%) de 2020 e diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo a suspensão ou adiamento de investimentos não críticos, renegociação de contratos e prazos de pagamento, corte de despesas acessórias, suspensão de contratações

de novos trabalhadores, de progressões e de formações, bem como a implementação de programas de licenças sem vencimento temporárias.

As medidas implementadas para proteção da posição financeira da TAP foram determinadas tendo por base a melhor informação disponível a esta data, salientando-se no entanto a existência de um contexto de incerteza associado à evolução futura da disseminação do Covid-19.

40. Custos com revisão legal de contas

No decurso do período em análise, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral, de 17 de dezembro de 2019, a TAP S.A. procedeu à alteração do seu Revisor Oficial de Contas, com referência ao exercício de 2019, para a PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Os honorários referentes ao exercício de 2018 respeitam a faturação emitida pelo anterior Revisor Oficial de Contas, Oliveira, Reis & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, em funções até à data de nomeação da PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Os honorários prestados pelo Revisor Oficial de Contas referentes aos exercícios de 2019 e 2018 ascendem a 80.750 Euros e 101.150 Euros, respetivamente.

Importa ainda salientar que não foram prestados outros serviços não relacionados com auditoria pelos Revisores Oficiais de Contas em funções no exercício de 2019 e 2018.

CONTABILISTA CERTIFICADO

João Carlos da Silva Bernardes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Presidente

David Gary Neeleman
Vogal

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal da Comissão Executiva

Raffael Guarita Quintas Alves
Vogal da Comissão Executiva



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.152.800.895 euros e um total de capital próprio de 134.536.923 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 95.637.433 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na nota 39 do anexo contendo as notas explicativas, nomeadamente no que diz respeito aos impactos do vírus COVID-19 no setor do transporte aéreo e sua incerteza atual na atividade operacional futura do Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Reconhecimento do rédito, incluindo responsabilidades com documentos pendentes de voo e programa de fidelização de clientes

Divulgações relacionadas com o rédito apresentadas nas notas 2.27, 2.33, 21, 22 e 23 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2019, os rendimentos e outros ganhos operacionais ascendem a 3.298,8 milhões de euros, os quais correspondem, essencialmente, ao transporte de passageiros. Tal como divulgado na nota 2.27 das demonstrações financeiras consolidadas, no momento da venda, o valor é registado como um passivo na rubrica de Documentos pendentes de voo, a qual, a 31 de dezembro de 2019, ascende a 480,8 milhões de euros, sendo o respetivo rédito reconhecido quando o transporte é efetuado ou no momento da caducidade do bilhete, tendo em consideração neste caso as condições associadas à sua venda e respetiva estimativa quanto à probabilidade do passageiro solicitar o respetivo reembolso ou emissão de novo bilhete.

No que respeita ao programa “TAP Miles&Go”, tal como divulgado nas notas 2.27 e 2.33 das demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo reconhece uma obrigação contratual com base no histórico do número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização. As milhas apuradas são valorizadas de acordo com o seu *stand alone price* considerando a redenção histórica de milhas. A

Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação dos diversos sistemas de informação relacionados com o reconhecimento do rédito de transporte de passageiros, a identificação e avaliação da eficiência operacional do sistema de controlo interno do Grupo associado aos processos de gestão de sistemas de informação, tendo para o efeito recorrido a especialistas em auditoria de sistemas de informação, bem como à avaliação dos respetivos controlos-chave destinados a assegurar o correto, completo e atempado reconhecimento do rédito de transporte de passageiros.

Procedemos à realização de testes substantivos específicos sobre o rédito de transporte de passageiros e o saldo da rubrica de Documentos pendentes de voo, nomeadamente a reconciliação de informação extraída dos diversos sistemas de suporte com os registos contabilísticos, a validação, por amostragem, dos diversos *inputs* da listagem de documentos pendentes de voo e a análise das reconciliações bancárias. Efetuámos, também, procedimentos de revisão analítica para as diversas categorias de rédito de transporte de passageiros, nomeadamente, tarifas, taxas e comissões. Validámos, igualmente, o percentual de bilhetes caducados cujo respetivo rédito foi reconhecimento tendo por base o histórico de documentos não reembolsados ou reemitidos.

No que respeita ao programa “TAP Miles&Go”, os procedimentos de auditoria que desenvolvemos, incluíram, entre outros, a apreciação da adequabilidade do modelo, desenvolvido internamente, para a quantificação

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>responsabilidade associada ao programa de fidelização de clientes, a 31 de dezembro de 2019, ascende a 46,7 milhões de euros.</p> <p>O Conselho Administração efetua análises periódicas, quer do saldo da rubrica de Documentos pendentes de voo, de forma a verificar os bilhetes que já foram voados ou que perderam validade, quer do saldo da rubrica de Programa de fidelização de clientes, de forma a avaliar a utilização e validade das milhas.</p> <p>Face à expressão dos montantes em causa, bem como ao grau de julgamento inerente ao reconhecimento do rédito, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>das responsabilidades relacionados com milhas por utilizar, assim como da razoabilidade dos pressupostos embutidos no mesmo, e a validação dos respetivos cálculos incorporados para determinação do <i>stand alone price</i>.</p> <p>Desafiámos a Gestão quanto à razoabilidade dos pressupostos utilizados, e realizámos análises de sensibilidade de forma a aferir os potenciais impactos nas responsabilidades com o programa de fidelização com clientes decorrentes de alterações ao valor unitário da milha e da taxa estimada de milhas a expirar.</p> <p>Verificamos, igualmente, a adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.</p>
<p>Adoção da IFRS 16 para contratos de locação de aeronaves e reatores</p> <p><i>Divulgações relacionadas com a adoção da IFRS 16 apresentadas nas notas 2.2, 2.3, 2.25, 2.33, 4, 17, 30 e 31 das demonstrações financeiras consolidadas.</i></p> <p>Tal como divulgado na nota 2.2 das demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo adotou no presente exercício a IFRS 16 – Locações, através do modelo retrospectivo modificado, sem reexpressão da informação comparativa. Na sua implementação, o Grupo utilizou algumas das isenções previstas na norma, nomeadamente, a aplicação do tratamento contabilístico previsto apenas aos contratos anteriormente classificados como locação e a mensuração dos ativos sob direito de uso pelo mesmo valor apurado para o passivo de locação em 1 de janeiro de 2019.</p> <p>Com a adoção da IFRS 16, o Grupo reconhece ativos sob direito de uso e passivos com rendas vincendas de contrato de locação tendo em consideração a estimativa de pagamentos a</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do cálculo dos impactos da IFRS 16 preparado pelo Conselho de Administração do Grupo, por forma a avaliar a aderência da metodologia e a adequabilidade dos pressupostos considerados com o enunciado na respetiva norma.</p> <p>Testámos a frota considerada no cálculo acima referido com base nas respostas obtidas por parte das locadoras por forma a garantir a totalidade da mesma, tendo em consideração a definição de locação embutida na norma.</p> <p>Obtivemos e analisámos os contratos de locação considerados relevantes e avaliámos o seu adequado registo nos termos da IFRS 16, tomando em consideração as cláusulas estabelecidas, as quantias e encargos futuros a despender, bem como o prazo de locação.</p> <p>Testámos, igualmente, o cálculo da taxa de juro implícita e verificámos que as condições se encontram de acordo com os respetivos contratos. Nos casos em que a mesma não se encontra disponível, analisámos a taxa de juro</p>

Matérias relevantes de auditoria

ocorrer durante o prazo da locação correspondente ao período não cancelável de cada contrato, sendo utilizada, no desconto dos fluxos futuros, a respetiva taxa implícita ou, caso esta não se encontre disponível, a taxa de juro incremental.

O impacto da adoção da IFRS 16 originou o reconhecimento de direitos de uso de ativos e passivos com obrigações contratuais de 1.167 milhões de euros, assim como um impacto positivo nos capitais próprios de 91 milhões de euros, o qual resulta do facto dos gastos de manutenção estrutural passarem a ser capitalizados no respetivo direito de uso das aeronaves ao invés de serem reconhecidos na cadência da sua utilização.

Face à expressão dos montantes em causa, assim como o grau de julgamento inerente ao conjunto de pressupostos e estimativas utilizados nos termos da IFRS 16, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

incremental considerada, tendo por base as características específicas de cada contrato de locação e respetiva aeronave.

Efetuámos o recálculo do montante dos direitos de uso de ativos e passivos com obrigações contratuais na data da transição e em 31 de dezembro de 2019, bem como dos respetivos impactos nos resultados do exercício de 2019.

Verificamos, igualmente, a adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.

Estimativas para manutenção da frota

Divulgações relacionadas com a manutenção na frota apresentadas nas notas 2.2, 2.3, 2.7, 2.25, 2.33, 4, 10 e 16 das demonstrações financeiras consolidadas.

Tal como divulgado na nota 2.33 das demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas para manutenção da frota requerem a definição de um conjunto de pressupostos significativos por parte do Conselho de Administração, assentes em previsões com elevado grau de julgamento, nomeadamente, a utilização das aeronaves e suas condições de navegabilidade, custo das intervenções, cláusulas contratuais e eventuais renegociações dos contratos de locação. Estas estimativas influenciam o registo das provisões para os trabalhos realizados imediatamente antes da devolução das aeronaves em regime de locação

Desenvolvemos diversos procedimentos de auditoria com o objetivo de avaliar a razoabilidade das estimativas para manutenção da frota, nomeadamente, o entendimento e apreciação dos processos e procedimentos de controlo interno adotados pelo Grupo no que respeita ao seu apuramento.

Obtivemos os elementos de suporte ao cálculo das estimativas de manutenção, aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, tendo apreciado a razoabilidade dos pressupostos assumidos. Questionámos os técnicos internos da área de manutenção e a Administração quanto à razoabilidade dos mesmos e verificámos os cálculos efetuados.

Analisámos os diferentes períodos de intervenção considerados nas estimativas, bem como as especificidades de cada aeronave, assim como os respetivos custos futuros, tendo

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

operacional, designados por *redelivery*, assim como a determinação da vida útil das manutenções estruturais e a recuperabilidade das reservas de manutenção entregues aos locadores.

No que respeita aos custos resultantes dos trabalhos de *redelivery*, estes são reconhecidos, desde que possam ser estimados com fiabilidade, como provisões, por contrapartida do respetivo direito de uso das aeronaves, o qual é depreciado linearmente ao longo do contrato de locação.

Relativamente às manutenções estruturais, que incrementam a vida útil dos ativos subjacentes, são capitalizadas e reconhecidas como um complemento ao direito de uso dos ativos, sendo subsequentemente depreciadas até à ocorrência da nova manutenção. A estimativa do prazo até à ocorrência da próxima manutenção é definida de acordo com o melhor julgamento da Administração, sendo esta revista na data de apresentação de contas. O período de ocorrência das manutenções estruturais das aeronaves em regime de locação, assim como a estimativa do respetivo valor, influencia, igualmente, a utilização das reservas de manutenção entregues aos locadores, sendo as mesmas recuperadas através da realização das manutenções.

Face aos montantes envolvidos e ao elevado nível de julgamento associado aos pressupostos utilizados na estimativa para manutenção da frota, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

por base as condições que se encontram definidas contratualmente, assim como a informação fornecida por engenheiros internos com experiência específica desta matéria.

Averiguámos, igualmente, a consistência histórica das estimativas de manutenção face aos eventos efetivamente ocorridos, bem como a razoabilidade da taxa de desconto utilizada.

Verificámos a adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares

aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de dezembro de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 11 de março de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

11 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(CONTAS CONSOLIDADAS)

Ao Acionista da Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa e sua subsidiária, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e sua subsidiária, as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a Demonstração da Posição Financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019, as Demonstrações dos Resultados consolidados, do Rendimento Integral consolidado, dos Fluxos de Caixa consolidados e das Alterações nos Capitais Próprios consolidados, para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão consolidado de 2019, preparado pelo Conselho de Administração, tendo verificado que no anexo às demonstrações financeiras é incluída uma divulgação sobre o impacto do vírus COVID-19. Também revimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, emitida pelos revisores oficiais de contas da Empresa sobre as demonstrações financeiras consolidadas, a qual não contém reservas e que contém uma ênfase relacionada com o impacto do vírus COVID-19.

A posição financeira da Empresa evidencia que as disposições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais lhe são aplicáveis, sendo desejável que a Administração continue a desenvolver e a implementar as medidas que se manifestem adequadas para a inversão desta situação.

Face ao exposto é nosso parecer que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão consolidado, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e sua subsidiária, o nosso apreço pela colaboração prestada, nomeadamente pela disponibilidade dos seus colaboradores no esclarecimento das questões colocadas pelo Conselho Fiscal.

Lisboa, 11 de março de 2020

Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André
Presidente

Susana Nereu de Oliveira Ribeiro
Membro Vogal Efetivo

Maria Susana da Mota Furtado e Almeida Rodrigues
Membro Vogal Efetivo

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

SOBRE O GOVERNO DAS SOCIEDADES

(CONTAS CONSOLIDADAS)

Aos Acionistas da

Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, fiscalizámos a atividade e os documentos de prestação de contas consolidadas da Transportes Aéreos Portugueses, S.A., relativos ao exercício de 2019 (da responsabilidade do Conselho de Administração) tendo emitido na data desta declaração, Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, favorável à sua aprovação.

Adicionalmente, declaramos que nos termos do art. 8º nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 11 de março de 2020

Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

Presidente

Susana Nereu de Oliveira Ribeiro

Membro Vogal Efetivo

Maria Susana da Mota Furtado e Almeida Rodrigues

Membro Vogal Efetivo